



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Carolina de Souza Santana Magalhães

**PARÂMETROS PARA UM MODELO DE GESTÃO
DE *EBOOKS* EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

Salvador, BA
2019

CAROLINA DE SOUZA SANTANA MAGALHÃES

**PARÂMETROS PARA UM MODELO DE GESTÃO
DE *EBOOKS* EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação (Doutorado) do Instituto de
Ciência da Informação da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para obtenção do título
de Doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Isa Maria Freire

Salvador, BA
2019

Magalhães, Carolina de Souza Santana
M188 Parâmetros para um modelo de gestão de *eBooks* em bibliotecas universitárias.
Carolina de Souza Santana Magalhães. Salvador, 2019.
152 f. ; il. 29 cm x 21 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da
Bahia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Isa Freire

1.Livro digital 2.Livro eletrônico 3.Mercado Editorial 4.Modelo de Negócios
5.Bibliotecas universitárias I. Freire, Isa II. Universidade Federal da Bahia III.
Título

CDD - 025.2

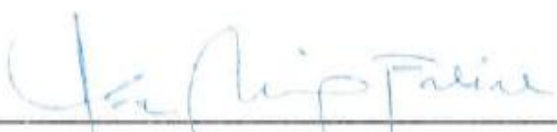
CAROLINA DE SOUZA SANTANA MAGALHÃES

**PARÂMETROS PARA UM MODELO DE GESTÃO
DE EBOOKS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS:**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Doutora em Ciência da Informação

Aprovado em: 28/ 08 / 2019

Banca examinadora:



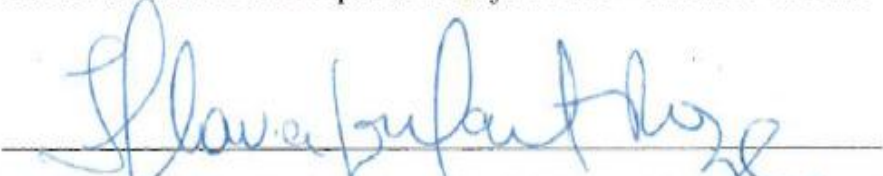
Prof.^a Dra. Isa Maria Freire - Orientadora – UFPB



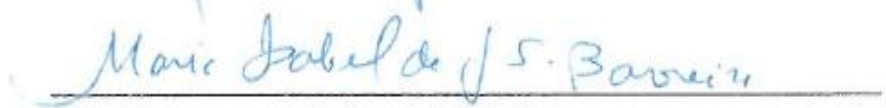
Prof.^a Dra. Suely Moraes Ceravolo – Membro Externo Titular – USP



? | Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – Membro Externo Titular – UFRJ



Prof.^a Dra. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa – Membro Externo Titular – UFBA



Prof.^a Dra. Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira - Membro Interno Titular – UFBA

Dedico ao meu filho
Que sempre inspira o melhor de mim!

AGRADECIMENTOS

As forças da natureza que me dão vitalidade para começar e encerrar ciclos, não estou só!

Ao meu filho, sua torcida e apoio são essenciais!

A minha mãe e família agradeço pela sua presença em minha vida!

A minha orientadora por acreditar nessa pesquisa e direcionar para as trilhas possíveis com sua experiência e sabedoria. Grata pelo convívio e acolhimento!

Aos colegas do grupo de pesquisa Difusas pelas discussões formais e informais que apontaram caminhos importantes.

A equipe do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)/UFBA pelo acesso as informações durante a pesquisa de campo.

Ao editor Edinei Procópio por dispor do seu tempo para uma entrevista.

A Juliana Bahiense estatística da UFBA por compilar os dados quantitativos.

A Andrea Doyle, grata pela parceria durante a revisão textual.

A amiga Leyde Klebia pelo olhar criterioso para normalização e o constante apoio durante essa caminhada!

A Rubem de Santana pelo Design do protótipo.

A agência de formento brasileira, Capes que apoiou essa pesquisa durante o período de 1 ano (Jun./2015 a jul./2016)

As amigas, companheiras de pores do sol a beira mar e cafés diversos! Trocas fundamentais que alimentam os sonhos, a alma e a criatividade!

A Banca pelas suas valiosas contribuições para esta pesquisa.

*“[...] qualquer um, independentemente das habilitações que tenha,
ao menos uma vez na sua vida fez ou disse coisas
muito acima da sua natureza e condição,
e se a essas pessoas pudéssemos retirar do quotidiano
pardo em que vão perdendo os contornos,
ou elas a si próprias por violência se retirassem
de malhas e prisões, quantas mais maravilhas
seriam capazes de obrar, que pedaços de conhecimento
profundo poderiam comunicar,
porque cada um de nós sabe infinitamente mais
do que julga e cada um dos outros
infinitamente mais do que neles aceitamos reconhecer”*

(José Saramago, a Jangada e a pedra)

RESUMO

O livro digital integra o processo de convergência dos suportes informacionais, envolvendo uma complexidade de fatores relacionados ao conceito, produção, comercialização, seleção, circulação e disponibilização deste artefato na sociedade em rede. A presente pesquisa parte da hipótese que os atuais modelos de negócio não atendem satisfatoriamente aos critérios para a livre aquisição de livros digitais, respeitando os interesses e necessidades dos usuários de bibliotecas universitárias. Diante deste panorama, o objetivo geral pretende elaborar parâmetros para um modelo de gestão de livros digitais nessas bibliotecas, considerando sua livre aquisição. Como objetivos específicos procurou-se caracterizar os modelos de negócios de livros digitais técnico-científicos vigentes no mercado; verificar como ocorre o fluxo do processo de aquisição de livros digitais; identificar os principais indicadores de uso dos livros digitais gerados pelas plataformas; e propor um protótipo de modelo que auxilie a tomada de decisão das bibliotecas universitárias com relação à implementação de um modelo de gestão para o livro digital. A pesquisa é do tipo descritiva com uma abordagem metodológica qualitativa. Para análise dos dados realizou-se uma triangulação de métodos: inicialmente, a observação direta nos sites das universidades públicas brasileira permitiu a delimitação do *locus* de investigação no Sistema de Biblioteca da Universidade Federal da Bahia; em um segundo momento, aplicou-se métodos qualitativos e quantitativos como: a análise documental, entrevista e pesquisa de campo, além da observação encoberta participante como um método aplicado a pesquisas mediadas por computador. Os resultados mostram que houve um crescimento da inserção do livro digital nas bibliotecas universitárias públicas brasileiras, identificando o modelo de negócio de compra perpétua como o mais sustentável, em termos de garantia do serviço de acesso às coleções, em relação ao modelo de negócio por assinatura. Eles também indicam que as bibliotecas universitárias não possuem seus próprios modelos de negócio ou gestão de *eBooks*, acarretando a adesão ao modelo de negócio dos editores ou agregadores e implicando na aceitação das parametrizações (licenciamento, precificação) definidas entre os agentes da cadeia de valor: produtor (autor) – editor – agregador. Por fim, indicam que os atuais modelos de negócio de *eBook* ofertados ainda carecem de uma revisão sistêmica. Recomenda-se a atuação em redes de cooperação e/ou consórcios que possam garantir um melhor posicionamento das bibliotecas universitárias na cadeia de valor do livro e propõe-se, como produto final da tese, um modelo multidimensional com parâmetros para a gestão de livros digitais em bibliotecas universitárias. Esse modelo tenta atender a livre aquisição e circulação de coleções digitais respeitando os interesses e necessidades dos usuários de bibliotecas universitárias.

Palavras-chave: Livro digital. eBook. Bibliotecas universitárias. Cadeia produtiva do livro. Modelos de negócio.

ABSTRACT

The digital book integrates the process of convergence of informational technologies, involving a complexity of factors related to this artifact's concept, production, marketing, selection, circulation and availability in the network society. This research assumes that current business models do not satisfactorily meet the criteria for the free acquisition of digital books, respecting the interests and needs of university library users. Given this scenario, the general objective is to develop parameters for a digital book management model in these libraries, considering its free acquisition. As specific objectives we sought to characterize the business models of technical-scientific digital books currently marketed; verify the flow of the digital book acquisition process; identify the main platform-generated indicators of digital books use; and propose a model prototype that assists the decision making of university libraries regarding the implementation of a management model for the digital book. The research is descriptive with a qualitative methodological approach. For data analysis, a triangulation of methods was performed: initially, direct observation of Brazilian public universities websites allowed to limit the research locus to the Federal University of Bahia's Library System; secondly, qualitative and quantitative methods were applied, such as documentary analysis, interview and field research, in addition to covert participant observation as a method applied to computer-mediated research. The results show there was a growth in the presence of digital book in Brazilian public university libraries, identifying the perpetual purchase business model as the most sustainable, in terms of guaranteeing the access to collections service, in relation to the subscription business model. They also indicate that university libraries do not have their own business models for eBook management, leading to adherence to the business model of publishers or aggregators and implying the acceptance of parametrizations (licensing, pricing) defined by the value chain agents: producer (author) - editor - aggregator. Finally, they indicate that the currently offered eBook business models still require a systemic review. It is recommended to work in cooperation networks and / or consortia that can ensure a better positioning of university libraries in the book value chain and proposes, as the final product of the thesis, a multidimensional model with parameters for the management of digital books in university libraries. This model attempts to address the free acquisition and circulation of digital collections while respecting the interests and needs of university library users.

Palavras-chave: Digital book. eBook. University libraries. Book productive chain. Business models.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Rede conceitual da pesquisa	27
Figura 02	Prensa de impressão rotativa a vapor	35
Figura 03	Esboço do dispositivo MEMEX	39
Figura 04	Pesquisa sobre a leitura do eBook no Brasil	46
Figura 05	Percentual de faturamento do eBook x livro físico	47
Figura 06	Cadeia de suprimento do livro	58
Figura 07	Cadeia de valor na área editorial	59
Figura 08	Desintermediação da cadeia de valor do livro	60
Figura 09	Cadeia de valor do livro incorporando os livros digitais	61
Figura 10	Esquema de Triangulação de dados	93
Figura 11	Método de Triangulação de dados	94
Figura 12	Cenário do crescimento das coleções dos livros digitais nos sites das universidades públicas brasileiras	96
Figura 13	Destaque dos fornecedores de livros digitais por Estados do nordeste	98
Figura 14	Unidades de Informação (UI) do SIBI/UFBA	100
Figura 15	Organograma do SIBI/UFBA	101
Figura 16	Serviços de base tecnológica da UFBA	102
Figura 17	Fluxo de aquisições UFBA	108
Figura 18	Tela com metadados importados da base do editor	115
Figura 19	Divulgação dos eBooks no site do SIBI/UFBA	115
Figura 20	Tela para acesso remoto aos eBooks da UFBA	116
Figura 21	Acesso as plataformas de eBooks da UFBA	117
Figura 22	Modelo multidimensional para gestão de eBooks em Bibliotecas universitárias	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Quantidade de depósitos legais de 2007 a 2014	48
Gráfico 02	Quantidade de editoras PF e PJ que de 2013-2017	82
Gráfico 03	Numero de acesso à coleção de eBook. Ed. Atheneu,UFBA 2015-2018	119
Gráfico 04	Títulos ebooks mais acessados no período de 2015 a 2018, ed. Atheneu	120
Gráfico 05	Número de acesso às coleções de eBook, ed. Springer	122
Gráfico 06	Títulos de eBooks mais acesados, ed. Springer 2012-2018	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Gerações de eBooks	40
Quadro 2	Quadro cronológico de tecnologias associadas a leitura	41
Quadro 3	Conceito de livro eletrônico e livro digital	42
Quadro 4	Vantagens e desvantagens da autopublicação	83
Quadro 5	IES com coleções de <i>eBooks</i> disponibilizadas em seus sites	87
Quadro 6	Objetivos e estratégia metodológica	90
Quadro 7	Universidades públicas do nordeste com coleções de eBooks	97
Quadro 8	Referência aos livros digitais nos relatórios da UFBA	104
Quadro 9	Problemáticas sobre os eBooks extraídas da Lista de discussão CBBU	111
Quadro 10	Quadro multidimensional com parâmetros para gestão de eBooks	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Editores de livros digitais identificados no Portal Capes	53
Tabela 2	Universidades Públicas da Região Nordeste	87
Tabela 2	Quantidade de eBooks adquiridos pela UFBA	109
Tabela 4	Média de acessos das coleções de eBooks, Ed. Atheneu 2015 2018	121
Tabela 5	Média de acessos das coleções de eBooks, Ed. Spinger 2015 2018	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
ANE	Associação Nacional do Livro
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BENANCIB	Base de dados dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BIREME	Biblioteca Regional de Medicina Biblioteca Regional de Medicina
BMC	<i>Bussiness Model Canvas</i>
BN	Biblioteca Nacional
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
BU	Bibliotecas Universitárias
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CI	Ciência da Informação
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
COPERE	Consórcio de Periódicos eletrônicos
CRUESP	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo
CTP	Conteúdo Técnico-Profissional
DRM	<i>Digital Right Management</i>
EAD	Educação à distância
EBLIDA	<i>European Bureau of Library, Information and Documentation Associations</i>
<i>E-BOOK</i>	<i>Electronic book</i>
EBS	<i>Evidence Based Selection</i>
EDUFBA	Editora universitária da UFBA
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
<i>E-PUB</i>	<i>Electronic publication</i>
<i>E-READERS</i>	<i>Electronic readers</i>
EUA	Estados Unidos da América

FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDPF	<i>International Digital Publishing Forum</i>
IES	Instituições de ensino superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISBN	International Standard Book Number
LDE	Livro digital/eletrônico
LISA	<i>Library and Information Science</i>
LTC	Livro Técnico-Científico
MARC	Machine Readable Cataloging
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OA	<i>Open Access</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OJS	<i>Open Journal System</i>
PDA	<i>Patron Driven Acquisition</i>
PNBE	Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro no Ensino Médio
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPGCI-UFBA	Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PROSSIGA	<i>Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação</i>
PUC-CAMPINAS	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
REA	Recursos Educacionais Abertos
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SGA	Sistema de Gestão de Acervos
SGI	Sistema de Gestão de Informação

SIBI	Sistema Integrado de Bibliotecas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
STL	<i>Short Term Loan</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRG	Tendências Regulatórias
TSC	Tendências Sociais e Culturais
TSE	Tendências Socioeconômicas
TTC	Tendências Tecnológicas
TTX	Texto
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
UNCISAL	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
USF	Universidade São Francisco
USP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	21
1.2	OBJETIVOS	24
1.3	ESTRUTURA DA TESE	25
2	SOCIEDADE EM REDE E CULTURA DA CONVERGÊNCIA	27
2.1	A REDE DIGITAL	29
2.2	CONVERGÊNCIA DO LIVRO IMPRESSO PARA O DIGITAL	34
2.3	O CONCEITO DE LIVRO	37
2.4	O LIVRO DIGITAL/ELETRÔNICO (<i>eBook</i>)	38
2.4.1	Conceito do livro digital/eletrônico (<i>eBook</i>)	42
2.4.2	<i>Digital Right Management</i>	44
2.3.3	O livro digital no Brasil	45
2.5	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E A GESTÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS	49
2.5.1	Portal Capes e os livros digitais	52
3	MODELOS DE NEGÓCIO DE LIVROS DIGITAIS	55
3.1	A CADEIA PRODUTIVA DO LIVRO	52
3.1.1	A cadeia produtiva do livro digital	57
3.2	MODELOS	63
3.2.1	MODELOS DE NEGÓCIO	62
3.3	MODELOS DE NEGÓCIO DE LIVROS DIGITAIS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	72
3.3.1	Aquisição e acesso	76
3.4	AUTOPUBLICAÇÃO COMO MODELO DE NEGÓCIO	80
4	METODOLOGIA	85
4.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	84
4.2	MÉTODOS E TÉCNICAS	87
4.3	TRATAMENTO DOS DADOS	91
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	95
5.1	LIVROS DIGITAIS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS BRASILEIRAS	96

5.2	LIVROS DIGITAIS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS PÚBLICAS DA REGIÃO NORDESTE	97
5.3	LIVROS DIGITAIS NA BIBLIOTECA DA UFBA	100
5.3.1	Seleção	103
5.3.2	O instrumento de avaliação do MEC e o acervo virtual	105
5.3.3	Aquisição	106
5.3.4	Modelos de negócio: um debate necessário (pesquisa encoberta participante)	110
5.3.5	Interoperabilidade	113
5.3.6	Acesso	115
5.3.7	Métricas	119
5.4	CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS	123
5.5	PARÂMETROS PARA UM MODELO DE GESTÃO DE LIVROS DIGITAS	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

Discutir a complexidade que envolve a produção, comercialização, circulação, disponibilização e uso do livro digital, significa estabelecer relações entre conceitos que tratam da cultura da convergência na sociedade em rede, da indústria de produção do livro e como esse processo de convergência do livro impresso para o digital tem afetado os agentes que fazem parte da cadeia de valor do livro, especificamente: leitores, editores e bibliotecas. Relata-se nestas notas introdutórias o percurso da pesquisa, as trilhas que levaram ao desejo de trabalhar essa temática e a justificativa de sua importância, considerando sua relevância social e para a Ciência da Informação (CI). Problematiza-se aspectos considerados chave que culminaram na elaboração da questão problema e dos objetivos, e por fim, apresenta-se a estrutura da tese.

A CI é um campo de pesquisa na área das Ciências Sociais (das ciências do ser humano e da sociedade) que se preocupa em elucidar um problema social concreto, o da informação, voltada para o ser social que cria e procura informação (LE COADIC, 1996). Como a CI é considerada uma ciência social aplicada, recorre-se à reflexão de Johanna Smit (2004) sobre o diálogo entre a ciência e as aplicações práticas. Embora os textos científicos sejam eficientes, pertinentes e com resultados bem formulados, a aplicação prática não parece ser uma questão relevante para muitos autores. A autora anuncia, então, um desafio para os pesquisadores e profissionais da área da CI: “aproximar os dois universos, adensar o diálogo entre a Ciência da Informação e o universo das práticas profissionais, aonde quer que as mesmas sejam exercidas e com qualquer tipo de suporte e código” (SMIT, 2004, p. 3).

No Campo de pesquisa da CI, é bastante fértil o conhecimento acumulado que trata dos impactos ou modificações dos processos em bibliotecas em função dos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O livro digital é um dos artefatos que, impulsionado pelas TICs, integra o processo de convergência dos suportes informacionais.

Tradicionalmente os livros sempre encheram (e continuam a encher) os espaços físicos das bibliotecas com sua versão impressa. A versão digital do livro poderia parecer uma solução para esse eterno problema. Entretanto, o livro digital parece provocar, em diversos âmbitos sociais, acaloradas discussões e elucubrações sobre o fim do livro impresso. Mas essa inquietação sobre o futuro do livro não é um fenômeno novo. Belo (2008) afirma que o sentimento de que o livro estava ameaçado surgiu pela primeira vez na segunda metade do século XIX. Para o autor, se desde essa época já era anunciada a “morte do livro”, sem ter

acontecido, essa é uma questão que pode ser relativizada. De fato o livro não acabou, mas ganhou uma vida digital, onipresente como objeto (RONCAGLIA, 2015). Na década de 1970, Michel Hart, estadunidense, começou a digitalizar obras que estavam em domínio público. Contudo, o processo de digitalização de um livro impresso é bem diferente de uma produção essencialmente digital do livro.

Atualmente, já existem selos editoriais em que os livros são produzidos e comercializados em formato digital, sem ter necessariamente uma “vida material”. Para além das discussões sobre o fim ou não do livro, é fato que a sua produção, uso e acesso continuam em diferentes formatos e modelos de negócios, haja vista, os livros digitais técnicos científicos produzidos por editoras comerciais, objetos desta tese. A pesquisa sobre o livro digital se iniciou na dissertação desenvolvida pela doutoranda no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que investigou o fenômeno do livro digital no contexto das Bibliotecas Universitárias (BU) públicas brasileiras.

O resultado indicou que, excetuando a Região Centro-Oeste, nas demais regiões do Brasil encontram-se bibliotecas universitárias públicas que adquiriram coleções de livros digitais técnico-científicos, em diversas modalidades, produzidos por editoras comerciais nacionais e internacionais. A maior concentração dessas coleções está entre as universidades públicas federais da Região Sul-Sudeste. Os dados da pesquisa, assim como os relatórios das entidades representativas do mercado editorial, a exemplo da Câmara Brasileira do Livro (CBL) identificaram uma tendência irreversível no aumento da produção de livros digitais, o que não significa uma sobreposição deste em relação ao livro impresso, mas sim, uma ampliação do seu espaço no mercado, favorecendo novas modalidades de produtos e serviços (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013).

Diante desse cenário, acredita-se que há variáveis passíveis de investigação nessa relação entre quem produz o livro digital técnico científico e quem disponibiliza o acesso. São mudanças na cadeia produtiva do livro que surgem aliadas a questões mercadológicas, principalmente sobre os modelos de negócio que têm sido ofertados para as bibliotecas universitárias formarem suas coleções de livros digitais. Essas novas práticas acabam por interferir nas tradicionais atividades de seleção, circulação e disponibilização de conteúdos em rede. Algumas questões centrais incluem o fato de alguns modelos de negócio de livros digitais terem restrições de acesso, não permitirem a seleção título a título e, serem disponibilizados, em sua grande maioria, em língua inglesa.

Assim sendo, realizou-se um levantamento bibliográfico para explorar o que tem sido produzido na literatura científica, no campo da CI, sobre o livro digital, com a finalidade de embasar essa pesquisa e conhecer as principais temáticas abordadas sobre o tema. Primeiramente, buscou-se nas principais bases de dados nacionais no campo da CI: Repositório do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB); na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci); na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) que objetiva dar visibilidade as teses e dissertações brasileiras.

A estratégia de busca utilizada foi pesquisar pelas palavras-chaves “livro digital”, “livro eletrônico” e “*eBook*”, sempre aplicando o filtro de busca pelo campo ‘assunto’. Obtivemos como resultado: Base Benancib 24 artigos; Brapci 13 artigos e a BDTD 73 dissertações e 7 teses. Importa ressaltar que das 73 dissertações, apenas 5 estavam relacionadas aos Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), no caso das teses, nenhuma delas estava relacionada aos PPGCIs. A conclusão mais relevante a que chegamos após listar e categorizar por assunto esses 42 resultados foi de que as temáticas predominantes relacionadas ao livro eletrônico e/ou digital estão relacionadas à leitura; arquitetura da informação; acesso e uso do livro digital em bibliotecas; mercado editorial; e os modelos de negócios. Nota-se que a área de gestão, e as atividades de medição e avaliação relacionadas ao livro digital são temáticas ainda pouco exploradas no campo da Ciência da Informação no Brasil.

Já as pesquisas realizadas em duas das principais bases de dados internacionais com o termo “*electronic book*”, “*eBook*” e “*digital book*”, utilizando a mesma estratégia de busca por assunto, obtive o seguinte resultado. Na *Library and Information Science* (LISA) encontrou-se 860 registros, sendo que 253 abordaram a temática do livro eletrônico na biblioteca acadêmica; os artigos na base *Web of Science* resultaram em 675 artigos após aplicar o filtro de assunto.

Não se pretendeu fazer um trabalho exaustivo e análise bibliométrica sobre o tema livro digital. Contudo, percorrer esse caminho em uma fase exploratória da pesquisa foi fundamental para selecionar artigos relacionados a problemática que tratamos na pesquisa e conhecer o panorama sobre o cenário mundial de produção de conhecimento na literatura internacional e no âmbito da Ciência da Informação.

A base LISA, por exemplo, permite um refinamento da busca por país, ao aplicar o filtro, verificou-se que existem artigos de diversos países como: Nigéria, Índia, China, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Cuba e EUA, que abordam o tema do livro digital em

bibliotecas acadêmicas com enfoques que tratam de aquisição, modelos de negócio dos editores, acesso e uso, relatos de experiência, comparação entre plataformas e outros temas. São temáticas relacionadas às práticas em unidades de informação acadêmicas.

Diante desse contexto, considerou-se explorar o fenômeno do livro digital associado à quatro perspectivas: a social (políticas públicas, leitura e cultura da convergência), a tecnológica (redes, cooperação e plataformas digitais), a da produção e circulação da informação (mercado, produção editorial e modelos de negócio) e a de gestão da informação (bibliotecas, gestão de conteúdos digitais, inovação, serviços e produtos). Entendendo que essas perspectivas estão inter-relacionadas, procurou-se problematizar alguns aspectos considerados relevantes, dando ênfase à perspectiva da gestão da informação, com vistas a explicitar um contexto que contribuiu para a elaboração dos objetivos geral e específicos, assim como, a hipótese e a rede conceitual da pesquisa.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A primeira questão problematizada está relacionada à perspectiva social e tem relação com o conceito de livro digital e/ou eletrônico e suas potencialidades tecnológicas. É fato que as editoras produzem um insumo que tradicionalmente incorpora os acervos das bibliotecas – o livro. Quando este artefato ganha uma “vida digital” e novos produtos podem ser gerados a partir dessa digitalização, todo valor simbólico agregado a esse artefato também é transferido para a realidade virtual, que dispõe de recursos tecnológicos para fazê-lo mais atraente ao leitor, embora essas potencialidades e as de acessibilidade ainda sejam pouco exploradas. Perguntamos: Quais as possibilidades em termos de acessibilidade e recursos interativos podem ser agregadas ao livro digital/eletrônico (LDE)? O que verdadeiramente importa para o leitor: ter um livro ou acessar o conteúdo? Obviamente, o livro científico tem uma função diferente do livro de literatura. Nessa pesquisa o foco é o Livro Técnico-Científico (LTC) cuja função é a de difusão e construção do conhecimento e, justamente por essa função, torna-se, para o editor científico, um artefato com potencial para geração de diferentes produtos.

Há uma imprecisão terminológica sobre se o livro digital é também o livro eletrônico e se o aparelho estritamente criado para leitura dos livros digitais (*e-readers*) pode ser considerado livro eletrônico (*eBook*). Esse conflito terminológico demanda uma discussão para definição de um conceito que efetivamente abarque as funcionalidades de um artefato digital associado ao conceito de livro. Essa ausência de precisão pode gerar um impacto na elaboração de políticas públicas para o livro.

Os livros digitais podem ter diversos formatos, sendo em sua grande maioria em *.pdf* ou *e-pub*. A forma de visualização do livro pode variar entre o acesso ao livro digital completo, como uma unidade monográfica (um único objeto digital), ou separado por capítulos (diversos objetos digitais) vinculados a uma plataforma digital. Ao lançar o olhar sobre a diversidade dos formatos dos arquivos de livros digitais vinculados a uma plataforma digital, é importante considerar a questão da preservação desses objetos digitais. As bibliotecas universitárias, ao contratarem o serviço de assinatura dos livros digitais, não necessitam empreender estratégias e recursos para preservação e acesso, uma vez que, esses processos estão sob a responsabilidade do agregador/editor. Mas, aqui cabe a questão: os editores que produzem livros digitais estão preocupados em gerar plataformas digitais com os requisitos para preservação digital? Será que essa questão é de interesse para editores com finalidade comercial?

A perspectiva tecnológica tem uma associação direta com a perspectiva de gestão, uma vez que, as plataformas digitais fornecem dados para subsidiar a gestão. Nesse aspecto ressaltamos o fato dos livros digitais adquiridos não serem, obviamente, uma informação orgânica, aquela gerada pela própria instituição como resultado dos seus processos. Esse tipo de conteúdo (orgânico) está armazenado nos repositórios institucionais, iniciativas oriundas de diversas universidades brasileiras que se preocupam com a preservação da sua produção técnica-científica.

Algumas universidades agregam, ao repositório, o acervo dos livros digitais de acesso aberto produzido pelas editoras universitárias. Já o livro digital adquirido está vinculado ao Sistema de Gestão de Acervos (SGA) adotado pela instituição, podendo ser consultado mediante *link* vinculado à arquitetura do SGA, sendo o usuário encaminhado para a plataforma do editor/agregador. Sempre haverá uma plataforma digital mediando o acesso ao livro digital, contudo nem todas as bibliotecas universitárias vinculam o livro digital e seus metadados ao SGA, dificultando a gestão dos indicadores para medir e avaliar a circulação dos livros digitais. Em muitos casos, os indicadores são disponibilizados pelos próprios fornecedores (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013).

Vislumbrando a perspectiva da produção e circulação da informação ressaltamos a forma como os editores científicos operam no mercado. São consórcios que ofertam ‘pacotes’ ou ‘combos’ de livros digitais incluindo títulos pré-determinados, em que nem sempre existe a possibilidade de escolha título a título, e quando há, os custos são mais altos para as bibliotecas universitárias. Todo o conteúdo adquirido será acessado via plataforma digital do agregador/editor mediante a assinatura mensal ou anual. As principais modalidades de

aquisição podem ser compra perpétua ou assinatura da coleção (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013; SERRA, 2014, 2016, 2017). Em ambas as modalidades, os editores/agregadores também têm a responsabilidade de garantir o acesso ao conteúdo e a manutenção tecnológica da plataforma em que os livros digitais estão armazenados. Ocorre que, quando a assinatura se dá na modalidade acesso perpétuo, o livro digital pertence à biblioteca, que poderá, caso tenha todas as condições e requisitos necessários, dispensar os serviços do fornecedor e disponibilizar os livros digitais em plataforma própria. Tal ação, demanda dessas unidades de informação, políticas, recursos tecnológicos e orçamentários que assegurem a sustentabilidade do serviço, a preservação do conteúdo e acesso aos livros digitais.

Uma das características do modelo de negócios das editoras comerciais científicas é proteger os direitos autorais através da tecnologia *Digital Right Management (DRM)*, que controla o acesso, impressão, cópia e distribuição do livro digital. Muitas bibliotecas universitárias optam pela forma de aquisição na modalidade de acesso perpétuo, em que os arquivos dos livros digitais não incorporam essa tecnologia. Neste caso, o modelo se aproxima um pouco mais do modelo tradicional em que os livros fazem parte do patrimônio das bibliotecas, não são apenas assinados. O velho paradigma do ‘acessar ou possuir?’ volta à baila quando questionamos o que seria mais importante: assinar uma coleção para dispor de uma ampla quantidade de títulos ou formar uma coleção, com títulos selecionados que efetivamente atenda a política de coleções?

Percebe-se que há interesses convergentes e divergentes entre as editoras comerciais e as bibliotecas universitárias, cujo centro identifica-se, justamente, no modelo de negócios que os editores científicos têm operado no mercado editorial. O mercado dos livros digitais ainda não está estabelecido, tem complexidades e restrições que precisam ser observadas e relatadas, especialmente a partir do amadurecimento dos agentes envolvidos nesse cenário: autores, fornecedores, bibliotecas e leitores.

Os editores científicos organizam-se e estabelecem um *modus operandi* onde impera a exclusividade do serviço, ofertando modelos de negócios próprios, gerando uma reserva de mercado para um fornecedor específico e impactando a cadeia produtiva do livro digital. Sendo um dos atores importantes da cadeia produtiva do livro é importante que as bibliotecas universitárias posicionem-se estabelecendo quais são as suas condições para aquisição e introdução dos livros digitais nas suas coleções. Torna-se, assim, absolutamente relevante pensar em parâmetros para um modelo de negócio de livros digitais oriundos das bibliotecas universitárias.

Com base no panorama apresentado a hipótese desta investigação pressupõe que os atuais modelos de negócios de livros digitais não atendem satisfatoriamente aos critérios para gestão da livre aquisição de livros digitais nas bibliotecas universitárias brasileiras, respeitando os interesses e as necessidades dos usuários. Sendo assim construiu-se a seguinte questão de pesquisa: os modelos de negócios de livros digitais, no Brasil, são pertinentes ao imperativo de livre aquisição nas bibliotecas universitárias?

1.2 OBJETIVOS

Essa pesquisa tem como **objetivo geral** elaborar parâmetros para um modelo de gestão de livros digitais para bibliotecas universitárias, considerando sua livre aquisição.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa traçamos os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Caracterizar dos modelos de negócios de livros digitais técnico-científicos vigentes no mercado;
- b) Verificar como ocorre o fluxo do processo de aquisição de livros digitais;
- c) Identificar os principais indicadores de uso dos livros digitais gerados pelas plataformas;
- d) Propor um protótipo de modelo prático que auxilie a tomada de decisão das bibliotecas universitárias com relação ao livro digital.

Do ponto de vista científico, essa investigação situa-se no domínio da produção, circulação e gestão da Informação no âmbito da Ciência da Informação. Especificamente, trata-se da gestão da informação digital, ao descrever um fenômeno empírico no âmbito das unidades de informação científicas como as bibliotecas universitárias, associando as teorias de modelagem, análise e fluxo de informação. Considera-se que essa pesquisa tem uma relevância social ao discutir o processo de virtualização do mais tradicional suporte de difusão do conhecimento, o livro, propondo um diálogo entre a Ciência da Informação, a atividade editorial e as bibliotecas universitárias. Entende-se que o resultado dessa investigação, inserida na linha de pesquisa ‘Produção, circulação e mediação da informação’ do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI-UFBA), contribui para geração de conhecimentos aplicados a contextos práticos, podendo

subsidiar as atividades de bibliotecários e gestores de unidades de informação, além de auxiliar outras pesquisas em nível de mestrado e doutorado.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

A presente pesquisa está estruturada em 6 seções. A primeira é a seção introdutória que descreve os fatores que levaram a pesquisadora a trabalhar com essa temática, justificando a sua importância no âmbito da CI e a sua relevância social. Em seguida problematiza-se questões consideradas relevantes que culminaram na elaboração da hipótese e da questão de partida, assim como o objetivo geral e os específicos.

Na seção 2, apresenta-se a rede conceitual da pesquisa, expondo as características da sociedade em rede e traçando um breve relato histórico do livro impresso ao digital. Discute-se o conceito de livro digital e eletrônico e as interlocuções com dispositivos legais como a Lei do livro e a Lei do depósito legal. Conclui-se com a subseção sobre as bibliotecas universitárias como organismos que têm um papel fundamental no fluxo da comunicação científica, como responsáveis pela gestão da informação e do conhecimento institucional e científico e provedoras de serviços e produtos informacionais. Levanta-se um histórico das redes tecnológicas para compartilhamento e cooperação de conteúdos digitais.

A seção 3 aborda os modelos de negócio de livros digitais técnico-científicos ofertados por editoras científicas internacionais e nacionais para as bibliotecas universitárias. Para tanto, discorre-se sobre o funcionamento da cadeia produtiva do livro e as modificações proporcionadas pela convergência digital que impulsionaram as editoras a inovarem gerando novos modelos de negócio. Discute-se, ainda, o conceito de modelo fazendo uma relação com a Ciência da Informação.

Já a seção 4 tem a função de apresentar a abordagem metodológica utilizada. Considera-se essa pesquisa qualitativa porque, para além de considerações quantitativas, analisa contextos e estabelece relações. Pode ser caracterizada como um estudo descritivo porque se empenha em apresentar uma realidade a partir de levantamento bibliográfico e pesquisa empírica. Além disso, a pesquisa também é propositiva, na medida em que gera um modelo de conduta destinado a guiar as bibliotecas universitárias a retomarem o protagonismo das discussões em torno do livro digital.

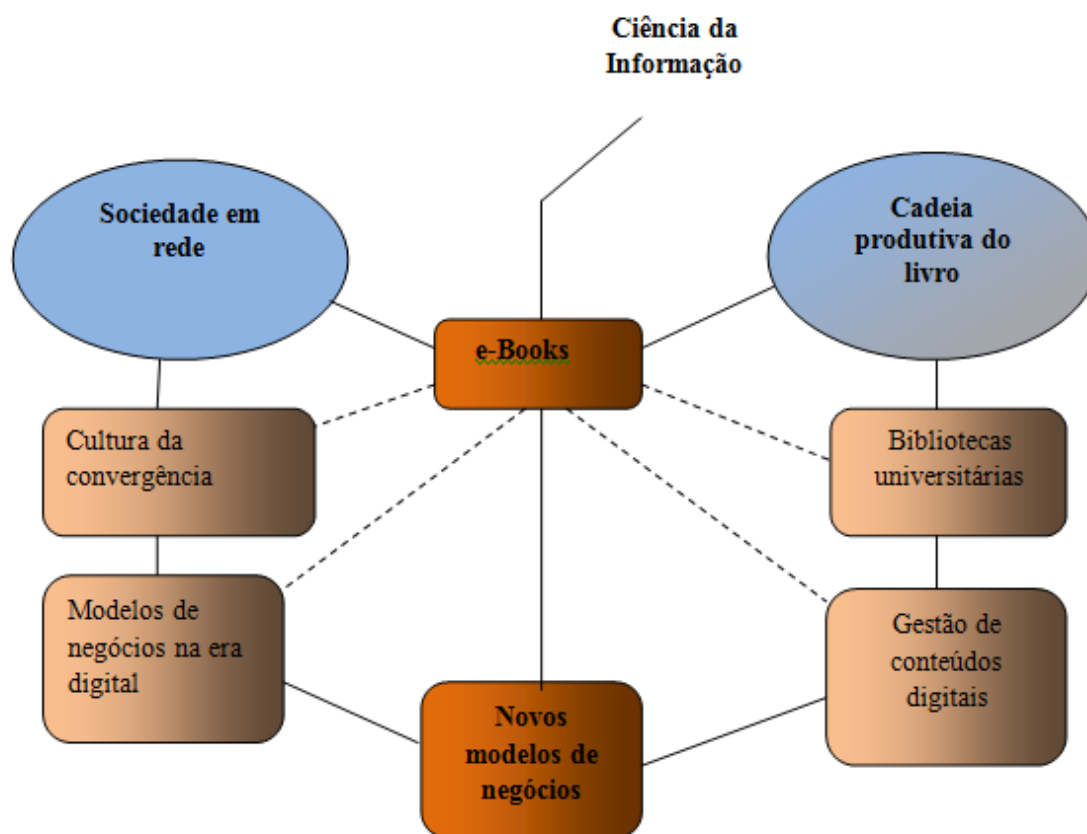
Na seção 5 realizou-se a apresentação, análise e discussão dos dados, assim como a elaboração dos parâmetros para gestão dos eBooks. A análise dos dados foi respaldada pelo método de triangulação: observação direta nos *sites* das universidades públicas brasileiras;

pesquisa de campo onde foi possível verificar o papel do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) no contexto da Universidade; análise documental de três documentos, sendo 1 (um) documento externo e dois internos: o instrumento de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o relatório anual do SIBI com vistas a identificar se o livro digital é mencionado entre as diretrizes do SIBI e a política de desenvolvimento de coleções e; a observação encoberta participante em que houve a participação da pesquisadora no grupo de discussão do Comitê Brasileiro de Bibliotecas Universitárias (CBBU) e a entrevista com um agente da cadeia produtiva do livro. Após a análise dos dados, apresenta-se o resultado final da pesquisa: os parâmetros para um modelo de gestão de livros digitais, organizados de forma esquemática, ou seja, um protótipo de modelo a ser implantado e testado em projetos futuros. Por fim, o capítulo 6 traz as considerações finais desta investigação.

2 SOCIEDADE EM REDE E CULTURA DA CONVERGÊNCIA

Diante do cenário apresentado e do caráter transversal que envolve o fenômeno do livro digital na sociedade teceu-se a rede conceitual desta pesquisa, representada na figura 1.

Figura 1 – Rede conceitual da pesquisa



Fonte: [▲] autoria própria

Essa pesquisa, além de uma linha teórica, tem uma linha empírica aplicada ao universo das bibliotecas universitárias, unidades que tradicionalmente acumularam o conhecimento e ao longo da história passaram a ser verdadeiras disseminadoras desse conhecimento na sociedade. A linha conceitual segue uma trilha que parte da necessidade de compreender o fenômeno da sociedade em rede e a cultura da convergência, situando o papel dos artefatos livros, *eBook* e do equipamento cultural biblioteca. Paralela a essa revolução digital há a industrial cultural de produção do livro que, em função das mudanças tecnológicas, reorganizam-se ofertando novos produtos e serviços.

Outros setores de atividades ligados diretamente com o conhecimento e a informação científica e cultural, como as bibliotecas universitárias, são impulsionados a se posicionarem de maneira a se integrarem à cultura digital. As reflexões advindas da observação nas bibliotecas universitárias serão confrontadas com o referencial teórico para analisar o que está representado no centro e abaixo da figura 1, os modelos de negócios de *eBooks*. Todas essas questões permeiam o campo de pesquisa da Ciência da Informação, sendo o grande ‘guarda-chuva’ que fornece, como campo de pesquisa, o arcabouço teórico-metodológico para discutir o fenômeno do livro digital ou *eBook*.

As tecnologias digitais propiciaram às redes sociais novas formas de configurações em ambientes virtuais alicerçados pelas plataformas digitais (CASTELLS, 2017). Essas tecnologias digitais de formação em redes são uma característica da chamada ‘Era da Informação’ onde, instrumentalizadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), desenvolvem-se redes sociais virtuais, possibilitando, conforme Castells (2017), sua expansão e reconfiguração, constituindo-se em um novo sistema de comunicação social global.

A consolidação da Internet foi um marco propulsor da possibilidade de interligar, por meio da ‘rede das redes’, as diversas nações. Produziu-se um fenômeno de fluxos informacionais em larga escala, que explica a emblemática denominação do momento atual como a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A partir desse processo histórico, diversos estudos e pesquisas relacionadas a esse fenômeno começam a surgir em diferentes áreas do conhecimento, as quais, numa perspectiva macro, abordam aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Diante dessa perspectiva de organização social a partir das redes em ambientes digitais e da mudança na cultura de acesso e uso da informação, discutem-se as características dessa sociedade em rede associada a um breve histórico para tratar da convergência do livro físico para o digital e os fatores sociais, legais e tecnológicos associados a esse artefato. Apresenta-se, também, um relato histórico da participação das bibliotecas universitárias na geração de produtos e serviços em redes tecnológicas, reconhecendo essas unidades de informação como gestoras da informação digital adquirida e produzida institucionalmente, configurando-se como espaços que proporcionam acesso livre, compartilhado e cooperativo ao conhecimento.

O livro digital técnico-científico adquirido por essas unidades de informação configura-se como mais um desafio no âmbito da gestão de conteúdos digitais. Contudo, ainda que o formato digital do livro tenha um alto potencial para compartilhamento e

cooperação, as unidades de informação enfrentam barreiras para promover a livre aquisição e circulação do livro digital.

2.1 A REDE DIGITAL

Castells (2017), no seu livro “*A sociedade em rede*”, usa o termo rede associado ao alcance da tecnologia para tratar do paradigma da tecnologia da informação¹, identificando cinco características que representam a base material da sociedade da informação.

A primeira característica apresentada por Castells (2017, p. 123) é: “a informação é sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foram o caso das revoluções tecnológicas anteriores”. No passado, a informação subsidiava as revoluções tecnológicas, atualmente, para além disso, as tecnologias de informação possuem um alto poder de processamento e manipulação de conteúdos informacionais, alimentados constantemente pelo grande volume de dados digitais produzidos e lançados nas redes, oriundos das diversas plataformas digitais, fenômeno denominado de *big data*².

A segunda característica refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Castells (2017, p. 124) parte do princípio de que “a informação é parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico”. O alto poder de penetrabilidade da tecnologia de informação favorece o avanço da cultura digital. Ela agrega, ao cotidiano das pessoas e organizações, de maneira invasiva ou não, artefatos e dispositivos digitais, ao ponto de ser irreversível, para algumas camadas da sociedade, pensar o indivíduo dissociado destes recursos tecnológicos. Esse comportamento pode ser um efeito da pervasividade que Castells (2007) associa à característica de penetrabilidade. Segundo o autor, todas as revoluções, incluindo a revolução industrial do século XVIII, são caracterizadas pela *pervasividade* e explica

[...] sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida. Em outras palavras, são voltadas para o processo, além de induzir novos produtos. Por outro lado, diferentemente de qualquer outra revolução,

¹ O autor apresenta o conceito de *paradigma tecnológico* elaborado por Carlota Perez, Christopher Freeman e Giovanni Dossi e adaptado da análise clássica das revoluções científicas por Thomas Kuhn.

² *Big Data* é um termo amplamente utilizado na atualidade para nomear conjuntos de dados muito grandes ou complexos, que os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar.

o cerne da transformação que estamos vivendo na revolução atual refere-se às tecnologias de processamento de informação e comunicação. (CASTELLS, 2017, p. 88).

Nesse ponto, o autor enaltece o poder da Revolução Digital, caracterizada pelas novas formas de acesso a conteúdos. As redes e conexões, a tendência à digitalização atingindo as técnicas de comunicação e processamento conectando, a um mesmo tecido eletrônico, o cinema, a radiotelevisão, o jornalismo, a edição, a música, as telecomunicações e a informática (LÉVY, 1993, p. 102).

A terceira característica citada por Castells (2007, p. 124) refere-se à “lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias de informação”. O autor considera que as redes têm uma capacidade de se adaptar à complexidade de interação e ao poder criativo derivado dessa interação. Seu crescimento torna-se exponencial, assim como as vantagens de estar na rede. E tudo graças ao grande número de conexões, que permite, segundo Castells (2007, p. 124), “estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana”.

Reforçando essa idéia de estruturar o não estruturado, Lévy (1993), ao discorrer sobre os estoques e a circulação de informação, cita bancos de dados e de ‘conhecimentos’ para a propagação de inferências, bancos de imagens e efeitos visuais, sonoros, bancos de filmes, textos e hipertextos como estoques com alto potencial de gerar possibilidades de agregação e processos de composição, se/quando forem estruturados. E complementa:

A massa de dados digitais disponíveis se infla o tempo todo. E quanto mais ela cresce, mais é preciso estruturá-las, cartografá-la, criar uma matriz com estradas expressas e avenidas lógicas; [...] Os futuros bancos de conhecimentos em grande escala serão capazes de elaborar as informações que lhes serão confiadas, ou seja, serão capazes de fazer automaticamente algumas conexões pertinentes entre as representações, mais ou menos como se compreendessem seu sentido (LEVY, 1993, p. 108).

Os estoques de informação e conhecimentos têm um alto potencial de geração de informação se estruturados em redes com as técnicas da inteligência artificial para traçar hiperbancos de dados (LÉVY, 1993).

A quarta característica é referente ao sistema de redes, centrado no paradigma da tecnologia de informação baseado na *flexibilidade*. Nesse caso é importante destacar:

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter as regras sem precisar destruir a organização, porque a base

material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. (CASTELLS, 2017, p. 124).

A flexibilidade também está ligada ao conjunto de protocolos de comutação por pacotes para garantir o fluxo dos dados em rede, permitindo que o documento digital assuma uma característica de flexibilidade nas redes digitais

As redes digitais permitem uma ampliação ‘escalar’ dessa integrabilidade: toda máquina ligada em rede torna-se parte de um sistema no qual o termo ‘compartilhamento’ assume características totalmente revolucionárias para a capacidade, hoje tecnologicamente realizável, de superar as categorias kantianas de espaço e tempo [...] (TAMMARO; SALARELLI, 2008, p. 73)

Discorreu-se sobre a perspectiva tecnológica da flexibilidade da rede possibilitando o fluxo de uma variedade de informações e formatos de documentos. É fato que as TIC permitiram à sociedade uma reconfiguração nos modos de trabalho, nos modelos de negócio, da comunicação entre as organizações e indivíduos, inovações no ramo da arte e cultura, e como instrumento de mobilização social, entre outros aspectos relacionados à atuação em rede. Entretanto, Castells (2017, p. 124) chama atenção para a necessidade de um julgamento de valor ligado a essa característica tecnológica, porque “a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos”.

Toma-se como exemplo um dos objetos de estudo desta investigação, ao pensar na configuração da cadeia produtiva do livro eletrônico. As TICs promoveram uma transformação na relação entre os produtores e consumidores do produto Livro. Ao se tornar um objeto virtual, o livro permite, aos agentes envolvidos nessa cadeia, a geração de novos produtos e serviços. Entretanto, como há uma relação de poder e capital, limitam-se as regras aos que têm forças para constituí-las, caindo por terra a idéia de flexibilidade.

Cabe tratar do conceito de rede a partir do artigo de Musso (2013, p. 17) sobre “a filosofia da rede”. Para o autor “a noção de “rede” é onipresente, e mesmo onipotente, em todas as disciplinas. Nas ciências sociais, ela define sistemas de relações (redes sociais, de poder) ou modos de organização (empresa-rede, por exemplo). Ancorado na abordagem histórica, Musso (2013) apresenta um conceito de “rede” começando por afirmar que a ideia de rede já existia na mitologia, no imaginário da tecelagem e do labirinto, e na antiguidade, na medicina de Hipócrates. Na França, a palavra rede aparece no século XII para designar redes de caça ou pesca e tecidos: “uma malhagem têxtil que envolve o corpo” (MUSSO, 2013, p.

18). E, por fim, apresenta um conceito construído a partir das diversas contribuições históricas: “a rede é uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2013, p. 31). O autor, distingue, ainda, os três níveis de definição de *rede* e, embora a citação seja longa, é importante apresentá-la integralmente.

1. rede é uma estrutura composta de elementos em interação; esses elementos são os picos ou nós da rede, ligados entre si por caminhos ou ligações, sendo o conjunto instável e definido em um espaço de três dimensões; A rede é uma estrutura de interconexão instável no tempo; a gênese de uma rede (de um elemento de uma rede) e sua transição de uma rede simples a outra mais complexa são consubstanciais a sua definição. A estrutura de rede inclui sua dinâmica. Que se considere o desenvolvimento de um elemento em um todo-rede ou de uma rede em uma rede de redes, trata-se sempre de pensar uma complexificação auto-engendrada pela estrutura da rede; Enfim, terceiro elemento da definição da rede, a modificação de sua estrutura obedece a alguma regra de funcionamento. Supõe-se que a variabilidade da estrutura em rede respeita uma norma – eventualmente modelizável – que explica o funcionamento do sistema estruturado em rede. Passa-se da dinâmica da rede ao funcionamento do sistema, como se o primeiro fosse o invisível do segundo, portanto seu fator explicativo (MUSSO, 2013, p. 31).

Pode-se citar o livro eletrônico como um artefato que compõe a rede e, na qualidade de objeto digital, perpassa a sua onipresença em diversas redes: um mesmo título pode ser acessado ao mesmo tempo por diversos usuários diferentes, assim como pode assumir novas configurações, dependendo do objetivo. As organizações (bibliotecas e editores científicos) atuam em consórcios ou redes de cooperação que possuem regras de funcionamento, com uma estrutura que em determinados momentos passam a operar da dinâmica em rede para funcionar como um sistema. O sistema, por vezes, ‘engessa’ os processos e as características de dinamismo e expansão próprias de uma rede, a qual passa a ter uma função secundária ao sistema.

Retomando as características da sociedade em rede proposta por Castells (2017, p. 125), a quinta e última é “a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado.” Cita então, alguns exemplos como a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores. Esse processo de convergência pode ocorrer em áreas distintas como a biotecnologia e a nanotecnologia.

Essa idéia de convergência também é trazida por Henry Jenkins (2009), referindo-se a um processo contínuo, característica intrínseca da ‘era da informação’. Ela tem relação com o

conhecimento, a mobilidade, os fluxos de informação e a virtualidade, mas, não é algo que vai acontecer um dia: as pessoas, prontas ou não, já vivem a “cultura de convergência”.

Ao tratar de redes, cultura de convergência e era da informação, é importante lembrar do conceito de cibercultura proposto por Lévy (2010), que abarca muitas características da sociedade em rede já mencionadas

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de prática, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 2010, p. 17)

Diante do exposto, percebe-se que esse sistema global torna-se extremamente complexo devido às diversas possibilidades de expansão e reconfiguração social, tecnológica, política, econômica e cultural. Por vezes, propaga-se a ideia de democratização e desterritorialização com o surgimento da Internet. Contudo, Martel (2015), em seu livro *Smart*, resultado de uma pesquisa sobre globalização digital em que visitou 50 países, entre eles o Brasil, descreve a transição digital atual para o mundo digital com outra perspectiva. Ele afirma que a globalização tecnológica, vista de maneira superficial, parece uma uniformização: “ao contrário do que se acredita, a internet e as questões digitais não são fenômenos sobretudo globais. Estão enraizados num território; são territorializados” (MARTEL, 2015).

Sobre as redes, o autor afirma que as plataformas digitais, as infraestruturas e os softwares muitas vezes podem ser globais, mas os conteúdos não o são, persistindo as fronteiras lingüísticas que fazem parte de um território ou comunidade à qual pertencem pessoas, sendo, portanto, geolocalizados. Entretanto, ele não nega a existência de uma internet global, que abarca “uma camada de conteúdos padronizados e fluxos globalizados: de fato existe uniformidade neste nível” (MARTEL, 2015, p. 429), citando o exemplo de grandes plataformas como o *YouTube*.

Expôs-se as características da sociedade em rede e o potencial da informação quando ela assume uma configuração na rede tecnológica, vinculando alguns aspectos e problemáticas do livro digital nesse contexto. Segue-se descrevendo uma breve historiografia

do surgimento do livro e suas formas de até o formato *eBook*, assim como relacionando-o com aspectos políticos, sociais e mercadológicos.

2.2 CONVERGÊNCIA DO LIVRO IMPRESSO PARA O DIGITAL

Nesta subseção apresenta-se uma breve historiografia do livro, desde seu surgimento até o formato digital. Sem pretender realizar um aprofundamento da história do livro, destaca-se alguns fatos que marcaram a mudança de suporte ao longo da história, de forma a ter subsídios para compreender o processo de convergência da cultura impressa para a digital.

A literatura sobre a história do livro registra a substituição do rolo de papiro pelo códex de pergaminho, e do pergaminho para o papel, com a invenção da imprensa e a evolução do livro (BENÍCIO, 2005). Com isso, a cópia manuscrita deixou de ser o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e circulação de textos.

Segundo Febvre e Martin (1992), por muito tempo os manuscritos continuaram a ser transcritos em pergaminho pelos estudantes e pelos copistas: “Rotina? É evidente, mas, também, desejo de usar um material sólido e testado para assegurar, aos textos, maiores possibilidades de duração” (FEBVRE; MARTIN, 1992). Essas palavras remetem à questão da importância da preservação da informação quando se pensa em mudança de suporte: ainda que se deseje a transferência da informação para um suporte mais moderno, as garantias para a sua integridade devem estar estabelecidas e comprovadas.

No contexto da história do livro, vale destacar o que Martins (1996, p. 111) chama de um personagem imperialista e dominador, o ‘papel’. Etimologicamente, a palavra papel vem de papiro, que era *papyrus* em latim e *papuros* em grego. O papel acabou por substituir o ‘papel do Egito’, tão caro aos escribas ancestrais, derrotado por completo quando o papel se tornou conhecido no ocidente. Sua história, porém, é antiga: o papel veio do oriente, da China que fabricava livros desde uns dois séculos antes de Cristo (pesquisas indicam o ano de 213 a.C.). Martins (1996, p.111) explica: “Mas, esses livros não eram feitos nem de papel, nem de papiro, nem de pergaminho: eram feitos de seda, material que, mesmo na China, sempre foi singularmente caro”

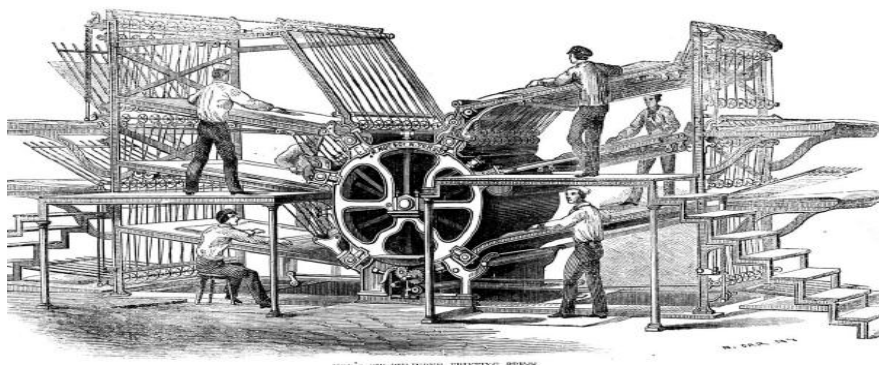
O autor ainda discute, de maneira bastante profunda, o processo de preparação do papel, situando no tempo e no espaço o seu desenvolvimento, até chegar ao ocidente. Ele enfatiza a importância histórica e social da evolução desse suporte.

Juntamente com a pólvora (essa outra invenção chinesa!), o papel é o grande aríete do mundo renascentista que se anunciava, contra o mundo medieval que sucumbia. A transformação seria feita, em grande parte, através do livro e da palavra escrita: o papel é que se ia revelar, na verdade, a grande arma mais perigosa, mais potente e de maior alcance já inventada pelo homem. (MARTINS, 1996, p. 114)

Se o papel foi uma revolução que efetivamente gerou um impacto social relevante, aliada à invenção da tipografia por caracteres móveis (imprensa) atribuída a Johann Genfleisch, dito Gutenberg, permitiu que o texto, antes copiado à mão, pudesse ter um maior número de tiragens. A obra suprema de Gutenberg foi a “Bíblia de 42 linhas”, lançada em 1455 com uma tiragem de dois volumes de aproximadamente 180 exemplares, dentre os quais 50 em pergaminho (BARBIER, 2008).

Com a prensa de impressão rotativa a vapor figura 2, inventada em meados do século XIX, milhões de páginas eram impressas a cada dia usando rolos de papel. Nessa época já havia uma preocupação com a sobrecarga da informação, com a incapacidade de organizar todo esse conhecimento. E o ‘lixo’ produzido e distribuído a preço reduzido varreria o ‘verdadeiro’ conhecimento e minaria a fortaleza do mundo ocidental. Para a comunidade acadêmica e de intelectuais não seria possível para a humanidade lidar com toda a vasta quantidade de informação advinda desse novo tipo de tecnologia (STOCKER, 2014).

Figura 2 – Prensa de impressão rotativa a vapor



Fonte: (Stocker, 2014)

Segundo Chartier (1994), o escrito copiado a mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII. Os impressores resolveram reproduzir fielmente as características dos manuscritos como afirma Chartier.

O livro impresso continua muito dependente do manuscrito: imita-lhe as paginações, escrita, aparências, acima de tudo, exige-se que o acabamento do livro seja obra da mão do iluminador, que pinta letras iniciais adornadas ou historiadas e miniaturas; a mão do corretor ou *emendator*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor que inscreve na página notas e indicações marginais. (CHARTIER, 1994, p. 186)

Sumarizando esses fatos históricos, Darnton (2010) entende que houve quatro mudanças fundamentais na tecnologia da informação desde que os humanos aprenderam a falar. Por volta de 4.000 a.C. os humanos aprenderam a escrever. Segundo historiadores a escrita foi o avanço tecnológico mais importante da humanidade. A segunda mudança tecnológica se deu quando o códice³ substituiu o pergaminho, tornando-se crucial para a difusão do cristianismo. A página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado. O códice foi transformado pela invenção da impressão por tipos móveis, no século XV, permitindo que o livro tivesse um alcance mais amplo entre os leitores, ampliando o processo de democratização de modo a permitir o surgimento de um público de massa durante a segunda metade do século XIX. E a quarta e grande mudança seria a comunicação eletrônica, a Internet na década de 1970, a *web* em meados da década de 1990. E complementa sintetizando sobre a velocidade das mudanças nas tecnologias de informação:

Da escrita ao códice foram 4.300 anos; do códice aos tipos móveis, 1.150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet para os buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do *google*, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo? (DARNTON, 2010, p. 41)

A literatura sobre a história do livro é vasta e conectada com a das bibliotecas e da leitura (BARBIER, 2008; CHARTIER, 2010; MARTINS, 1996; MANGUEL, 1997). A literatura evidencia que, quando um novo suporte de informação surge, os atores envolvidos no processo ainda imitam o suporte anterior até que esse novo se consolide, talvez numa tentativa de garantir a fidedignidade e o valor da informação que ali está representada. Mesmo com o surgimento da imprensa, os manuscritos eram reconhecidamente o meio de difusão tradicional da época retratada anteriormente. Similar ao que ocorre com os livros eletrônicos nos dias atuais, não há ainda um formato padrão reconhecido e muitos disponíveis são a réplica dos livros físicos (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013)

³ Livros com páginas que são viradas, em oposição a rolos de papiro que são desenrolados.

2.3 CONCEITO DE LIVRO

Segundo Barbier (2008) o termo *livro* designa um objeto constituído por um conjunto de folhas portando ou não um texto e reunidas por uma encadernação ou uma brochura. Etimologicamente a palavra vem do latim *liber* (fr. *livre*, ital. *libro*, esp. *libro*, port, *livro*), entretanto, mesmo que usualmente o livro designe um objeto impresso, pode-se também falar em “livros manuscritos” (documentos escritos à mão) e até livros em rolos (*volumina*), cuja forma material é completamente diferente daquela do livro em cadernos. O autor conclui, então, que ao tentar precisar um sentido para definição de livro seu caráter instável rapidamente aparece.

A UNESCO propõe uma definição normalizada para livro, em que se considera livro uma publicação impressa não periódica de pelo menos 49 páginas, excluindo as páginas de rosto, publicado no país e disponibilizado para o público. A NBR 6029 de 2002, no item 3.31, define: “livro - Publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de *Internacional Standard Book Number (ISBN)*”. A primeira definição inclui a palavra “impressa”, ao passo que a NBR omite essa condição física, deixando, portanto, a interpretação em relação ao formato em aberto e condicionando a inclusão o ISBN para ser considerado livro.

O capítulo III Art. 6º diz que: “na editoração do livro, é obrigatória a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação”. A lei cita, ainda, em parágrafo único, que o referido número deverá constar na “quarta capa do livro impresso”. Esse número normalizado ISBN) é atribuído pela Biblioteca Nacional (BN). Neste caso, não faz referência ao local onde deve constar o ISBN no livro eletrônico ou digital.

Em 2003, foi promulgada a política pública para o Livro no Brasil, expressa na forma da Lei n.10.753 de 30 de outubro de 2003, proposta pelo senador José Sarney. A chamada “Lei do livro” teve como objetivo maior instituir a Política Nacional do Livro, estabelecendo as suas diretrizes gerais, editoração, distribuição, comercialização e difusão do livro.

Uma das diretrizes mais importantes da Lei do livro, expressa no Art. 1º Inciso I, objetiva "assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro". A Lei do livro também apresenta, no Art. 2º, um conceito de livro.

Considera-se livro, para efeitos desta Lei, a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou

costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento (BRASIL, 2004).

O inciso VII equipara ao livro: “**livro em meio digital**, magnético e ótico, para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual”, e o inciso VII acrescenta; “livros impressos no sistema braille.”

Nesse item específico, a terminologia “digital” é utilizada para designar outro formato do livro, sem referência ao termo ‘eletrônico’. Observa-se que a ausência de um conceito bem definido pode impactar a interpretação da política, e até a regulamentação de normas para sua comercialização, demandando uma necessidade de adequação da Lei à atual realidade de convergência de suportes de informação.

Segundo notícia veiculada no sítio do Senado Federal na *web*⁴, há um projeto de Lei (PLS 114/2010) que equipara, na legislação brasileira, os livros eletrônicos aos impressos, apresentado pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), aprovado em caráter terminativo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) em 2012, e que aguarda votação na Câmara. O objetivo é alterar a Política Nacional do Livro para garantir aos conteúdos (*eBooks*) e equipamentos de leitura digital (*e-readers*) os mesmos benefícios tributários do livro impresso. De acordo com a Constituição, os livros são livres de impostos. Se os livros digitais forem considerados livro, estarão inseridos dentro de toda e qualquer política de benefícios fiscais e tributários que recaem sobre os livros convencionais.

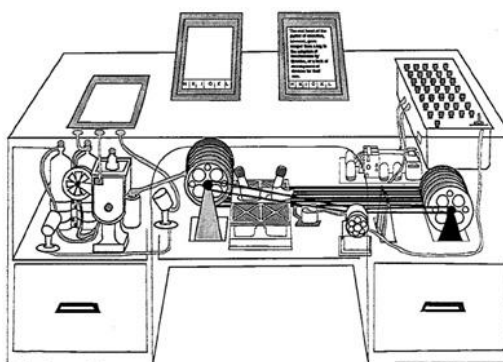
2.4 O LIVRO DIGITAL/ELETRÔNICO (*eBook*)

Michael Hart fundou, em 1971, o projeto Gutenberg, que oferece gratuitamente mais de 100 mil *eBooks* em formatos *e-pub* e para dispositivos da marca *Kindle*. Nesse projeto eram digitalizadas as publicações que estavam sob domínio público. O projeto Gutenberg é considerado a primeira iniciativa de disponibilização do livro em formato digital. Como os livros eram digitalizados, o arquivo digital era uma réplica do livro físico, ou seja, são os primeiros indícios da biblioteca digital de acesso aberto. Atualmente, os livros digitais têm todo o seu ciclo de vida (produção, comercialização e uso) no espaço virtual. Seu uso é possível a partir de dispositivos móveis exclusivamente dedicados a leitura (*e-readers*) que armazenam livros eletrônicos (*eBooks*) ou outros meios digitais.

⁴ Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/18/projetos-incentivam-adocao-de-livros-eletronicos>> Acesso em 12 jan, 2018

Vale resgatar um pouco da História dos protótipos de leitura. O primeiro protótipo de uma máquina de leitura foi idealizado por Vannevar Bush (1898-1974) em 1945. Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Científico dos EUA, em seu artigo para o periódico *The Atlantic Monthly*, intitulado “As we may think” idealizou o que seria o primeiro protótipo de uma máquina de leitura que chamou MEMEX, do acrônimo *MEMmory EXtension*, que em inglês, ao pé da letra, significa memória extensiva, mas na prática memória expansível ou que poderia expandir (PROCÓPIO, 2010, p.23).

Figura 3 – Esboço do dispositivo Memex

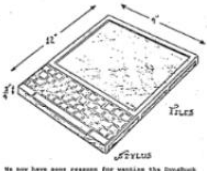





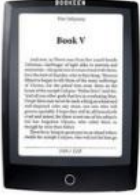





Fonte: Procópio (2010)

A proposta do Memex era ser um dispositivo de armazenamento e recuperação de informação usando microfilme. Seria composto de uma mesa com a visualização de telas, um teclado, botões e alavancas de seleção. As informações armazenadas no microfilme poderiam ser recuperadas rapidamente e projetada em uma tela. A ideia era que, assim como a mente humana forma memórias através de associações, o usuário do Memex seria capaz de fazer *links* entre documentos. Esta vinculação associativa era muito semelhante ao que atualmente é conhecido como hipertexto (LEVY, 1993). A ideia do hipertexto foi aperfeiçoada mais tarde por Ted Nelson que creditou Vannevar Bush como sua principal influência.

As tecnologias para desenvolvimento de leitores eletrônicos avançaram ao longo do tempo conforme demonstra o quadro 01, desenvolvido com base em Towle (2007)

Quadro 1 – Gerações de *eBooks*

Primeira geração de <i>eBooks</i>			
 <p>1972</p>	<p>Dynabook – Alan Kay em Palo Alto research center da Xerox, existia um projeto, mas não começou a ser fabricado.</p>	 <p>1984</p>	<p>PDA (<i>Personal Digital Assistant</i>) da Apple, o produto apresentava falhas, foram poucas as vendas</p>
Segunda geração de <i>eBooks</i>			
 <p>1987</p>	<p>Smart book concebido em 1984, mas o primeiro protótipo foi fabricado por Tom Treseder e David Jamieson, criou-se a empresa Megaword Internacional</p>	 <p>1989</p>	<p>Primeira versão da bíblia em formato eletrônico, possuía um display de apenas 4 linhas da <i>Franklin Eletronic Publishers</i></p>
Terceira geração de <i>eBooks</i>			
 <p>1998</p>	<p>Rocketbook desenvolvido pela <i>Publisher NuoMedia Inc.</i></p>	 <p>1998</p>	<p>SoftBook reader Com <i>LCD grayscale</i>, colorido e sensível ao toque, desenvolvido pela <i>Publisher SoftBook Press</i></p>
 <p>2001</p>	<p>Cybook - da Empresa francesa Citale</p>	 <p>2004</p>	<p>Librié da Sony Antecessor dos atuais modelos Sony <i>e-readers</i></p>
 <p>2007</p>	<p>Kindle – e-reader da empresa Amazon. Já está na sua 8ª versão</p>	 <p>2010</p>	<p>Kobo – da empresa <i>Kobo Inc, Toronto (Canadá)</i></p>

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Yañez (2007) faz uma classificação dos dispositivos para leitura considerando quatro categorias: precursores, inovadores, visionários e futuristas

Quadro 2 – Quadro cronológico de tecnologias associadas a leitura

1970	1980	1990	2000
Precursores	Inovadores	Visionários	Futuristas
<i>Dynabook</i>	<i>e-book reader</i>	<i>NuovoMedia</i>	REB 1200
RCA	<i>Chameleon + 5,000</i>	REB 1100	<i>Ebook Reader</i>
-	REB 900	<i>Laptop</i>	<i>Questia Media</i>
-	Gemstar	<i>Palm Pilot</i>	<i>Softbook</i>
-	CD-ROM	<i>Rocket eBook</i>	<i>Peanut Press</i>
-	<i>Downloading</i>	<i>Acrobat</i>	<i>Fatbrain</i>
-	<i>Connections</i>	<i>Barnes and Noble</i>	<i>Overdrive</i>
-	-	<i>NetLibrary</i>	-

Fonte: Adaptado de Yañez (2007)

Excetuando os equipamentos classificados como precursores, só não fica evidente no artigo do autor o que o levou a classificar os demais equipamentos entre inovadores, visionários e futuristas. Nota-se que, desde o MEMEX, as empresas de tecnologia têm uma preocupação em produzir um dispositivo que se assemelhe ou reproduza a capacidade cognitiva do ser humano de estabelecer relacionamentos e associações e mimetize as funções de um livro impresso. Tanto assim que existem no mercado diversos modelos e formatos de equipamentos leitores de livros digitais atualmente, sinalizados no quadro 1 ainda como leitores da terceira geração: *Kindle* da Amazon, o *Kobo* da livraria Cultura, o *Lev* da livraria Saraiva, entre outros. Cada *e-reader* disponibiliza um tipo de aplicativo (*software*) diferente para leitura, conforme a estratégia mercadológica e tecnológica do seu fabricante.

A tecnologia para *e-readers* avançou de tal modo que, diferentemente dos computadores, tablets ou smartphones usados para ler livros digitais, os *e-Readers* não emitem luz, tornando a leitura mais próxima possível da leitura de papel impresso. As vantagens desta tecnologia, chamada *e-ink*, ou tinta eletrônica, em português, é a capacidade de reduzir substancialmente o esforço que os olhos fazem para ler o impresso, tanto pela luz intensa a que estão expostos como pela radiação prejudicial que os equipamentos transmitem (COUTINHO; PESTANA, 2015).

2.4.1 Conceito do livro digital/eletrônico (*EBook*)

Ao analisar o referencial teórico sobre livro eletrônico e digital, parece que há uma imprecisão terminológica sobre se o livro digital é também o livro eletrônico e se o aparelho estritamente criado para leitura dos livros digitais (*e-readers*) pode ser considerado livro eletrônico (*eBook*). Esse conflito terminológico demanda uma discussão para definição de um conceito que efetivamente abarque as funcionalidades de um artefato digital associado ao conceito de livro. Essa ausência de definição pode gerar um impacto na elaboração de políticas públicas para o livro, por exemplo, porque o livro pode ser considerado um equipamento eletrônico e não ser contemplado em editais por exemplo.

Na tentativa de colaborar com a diferenciação entre o que é o livro eletrônico e o livro digital, levantam-se a seguir algumas proposições de conceitos encontradas na literatura.

Quadro 3 – Conceitos de livro eletrônico e livro digital

Autor	Conceito
Landoni (2003, p. 168)	“Resultado da integração da estrutura do livro clássico, ou melhor, o conceito familiar de um livro, com recursos que podem ser fornecidos dentro de um ambiente eletrônico é chamado de livro eletrônico (ou <i>eBook</i>), que se destina a ser um documento interativo que pode ser composto e lido em um computador.”
Earp e Kornis (2005, p.147)	“Um livro digital é apenas uma grande coleção estruturada de bits, que podem ser transportados em CDROM ou outros meio de armazenamento ou pela rede e que se destinam a ser vistos em alguma combinação de <i>hardware</i> e <i>software</i> , indo desde servidores de internet e computadores pessoais até as novas ferramentas de leitura de livros.”
Sanz (2007, p.2, tradução nossa)	“Os <i>eBooks</i> ou livros eletrônicos são textos eletrônicos que contém características e formatos especiais, que permitem sua leitura mediante software especializado. Os livros eletrônicos tem um aspecto de tela, uma tela que imita o livro e um livro que imita a tela. Com este termo se denomina tanto um novo dispositivo de leitura projetado para ler livros eletrônicos, com as obras em si mesmas e os programas que podem instalar tanto em computadores de mesa e portáteis, como em dispositivos especiais de bolso e que servem para a leitura destes livros digitais”
Procópio (2010, p.)	“Livro eletrônico é qualquer livro formatado para ser lido nos computadores de mesa, de bolso ou ainda <i>e-readers</i> . Pode ser também uma versão eletrônica de um livro antes só existente em papel”
Cordon-Garcia (2012 p.17, tradução nossa)	“Um livro eletrônico é qualquer forma de arquivo em formato digital que pode descarregar-se em dispositivos eletrônicos para sua posterior visualização. Trata-se de um arquivo digital que precisa de um elemento adicional para sua visualização, em dispositivo leitor, que deve conter um software adequado para a leitura do documento. Pode incluir elementos textuais, gráficos, sonoros e visuais integrados segundo o dispositivo de consulta: computador, <i>e-reader</i> , <i>tablet</i> ou outro”

Autor	Conceito
Almeida (2012, p.8)	“O livro digital é definido como propriedade intelectual composta por diferentes componentes (<i>software</i> , dados, voz, imagem), que não precisa ser necessariamente disponibilizada em mídia física para ser alienada ou fruída por meio de diferentes plataformas tecnológicas digitais.”
Oddone (2013.)	“Livros digitais são aqueles que estão disponíveis na web em versões <i>html</i> , <i>txt</i> ou <i>pdf</i> . Para lê-los é preciso dispor de um computador conectado à rede e um programa de navegação entre os quais estão Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, Apple Safari, Opera, entre outros. Livros eletrônicos são aqueles que estão disponíveis em versões <i>epub</i> , <i>mobi</i> , <i>azw</i> e <i>ios</i> , entre outras. Para lê-los é preciso localizar websites especializados, baixar arquivos com o conteúdo dos livros.”
Dias, Vieira, Silva (2013)	“[...] a denominação da espécie, da classe (ou gênero) de leitores eletrônicos (ereaders), que tenham o animus de mimetizar e expandir as funcionalidades de um livro tradicional e, portanto, com pelo menos um conteúdo informacional (obra) contido em seus dispositivos de memória; dessa forma, nesta espécie de leitor eletrônico é indissociável o conteúdo informacional (<i>corpus misticum</i>), em formato digital, com o dispositivo tecnológico (<i>corpus mechanicum</i>) que processa, exhibe e permite a interação com o conteúdo informacional.”

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Analisando-se os conceitos, observa-se que há pontos de vista reforçando a idéia de que, uma vez executado um *download*, tem-se em mãos um livro eletrônico, que pode ser lido em qualquer computador comum ou equipamento eletrônico desenhado especificamente para ele. Já o que Cordón-Garcia (2011) considera e apresenta como conceito, se assenta no dispositivo, ou seja, no próprio equipamento, ideia reforçada ou compartilhada por Sanz (2007). Nota-se que, nas proposições acima, a ênfase está no equipamento. Sendo assim, a percepção do livro digital como eletrônico fixa-se na concepção de que sua existência depende necessariamente de um dispositivo eletrônico para sua leitura, que pode ser um dispositivo móvel (*e-reader*, *tablets*, *ipad*), um computador portátil ou de mesa. O que parece estar aí desconsiderado, é que ambos – livro digital e/ou livro eletrônico – são arquivos digitais que podem ter diferentes formatos e também ser lidos em modelos de equipamentos eletrônicos modelados com arquiteturas digitais diferenciadas.

Acontece que a própria mídia ‘vende’ a idéia de que livro eletrônico é o aparelho. Vasiliou e Rowley (2008) fizeram um estudo sobre a conceituação de livro eletrônico. Destacamos algumas recomendações das autoras para uma definição com uma abrangência mais consensual: incluir a natureza digital e/ou eletrônica dos *eBooks* considerando que há aqueles que preferem usar a palavra digital e aqueles que preferem a palavra eletrônico; incluir referências às tecnologias de livros eletrônicos porque ao longo do tempo pode haver

mudanças nas tecnologias. Após fazer essas recomendações, elas propõem uma definição em duas partes. Elas julgam necessária essa divisão para, de um lado, capturar as características persistentes de *eBooks*, e de outro sua natureza dinâmica, impulsionada em grande parte pelas tecnologias em mudança de leitura. Ainda assim, ele é o conteúdo, o que dá corpo e sentido a noção propriamente de *livro*. Tal como propõem Vasiliou e Rowley (2005), é essencial distinguir um livro digital de uma tecnologia para leitura.

(1) Um *eBook* é um objeto digital com conteúdo textual e/ou outro, que surge como um resultado da integração do conceito familiar de um livro com recursos que podem ser fornecidos em um ambiente eletrônico; (2) *EBooks*, normalmente usam recursos em uso, para pesquisa e referência cruzada, funções como links de hipertexto, marcadores, anotações, destaques, multimídia objetos e ferramentas interativas (VASILIOU; ROWLEY, 2008, p.363, tradução nossa)

A partir dessas abordagens infere-se que a diferenciação entre o livro eletrônico e o livro digital está centrada no formato e nas funcionalidade de uso. Ambos podem estar contidos em um suporte tecnológico, fixo ou móvel. O que muda é a forma de ler. No caso desta pesquisa, adotaremos a nomenclatura livro digital ou em alguns casos a forma *eBook*, considerando que o estudo está centrado nos livros digitais disponibilizados nas plataformas digitais dos editores científicos cuja função independe da sua nomenclatura.

2.4.2 Digital Right Management (DRM)

O *Digital Rights Management*, que é uma tecnologia que controla tudo aquilo que um usuário pode ou não fazer com um arquivo digital, desde a sua abertura até a cópia, impressão e compartilhamento do arquivo. Além disso, o DRM também registra o período de uso, faz a contagem do número de cópias da obra e a correta distribuição dos valores financeiros aos detentores da obra, pelo controle do número de cópias vendidas (DZIEKANIAK; MORAES; MEDEIROS; RAMOS, 2010).

Traduzindo para o português DRM significa “Administração de Propriedade Digital” ou “Gerenciamento de Direitos Autorais”. Trata-se de um sistema com o objetivo de controlar, vender e gerenciar conteúdo digital. Segundo Procópio (2010, p. 218): “Um publicador pode utilizar um sistema DRM para empacotar em *eBook*, de forma que este possa ser compartilhado na Web; mas cada leitor novo tem de pagar pela aquisição do livro.”

A pesquisa de Bittar (2015) trata da concorrência e acesso aos livros digitais no mercado. A autora apresenta inúmeras possibilidades do DRM ser programado, tais como:

restrições de acesso,(bloqueio de conteúdos impróprios para menores de idade); restrições de cópia (podem impedir a gravação de arquivos digitais de música em um CD); restrições de interoperabilidade (ocorrem quando o arquivo digital de um formato não pode ser acessado em determinados dispositivos). Essa última questão tem impacto direto nos livros digitais, como o controle da permissão de execução ou impressão do arquivo uma única vez; a vinculação do acesso a determinado dispositivo ou rede; a diferenciação entre graus de acesso, a depender das características do usuário, como idade, contrapartida econômica e a possibilidade do monitoramento instantâneo do uso do conteúdo.

Procópio (2013, p. 212) levanta uma discussão sobre as questões do controle em tempos de acesso livre, para ele todo esse controle não elimina a pirataria, e sugere: “o DRM do futuro deve estar baseado em um comércio eletrônico específico para os livros digitais, cuja estrutura de segurança estaria atrelada a uma estrutura social de DRM.”

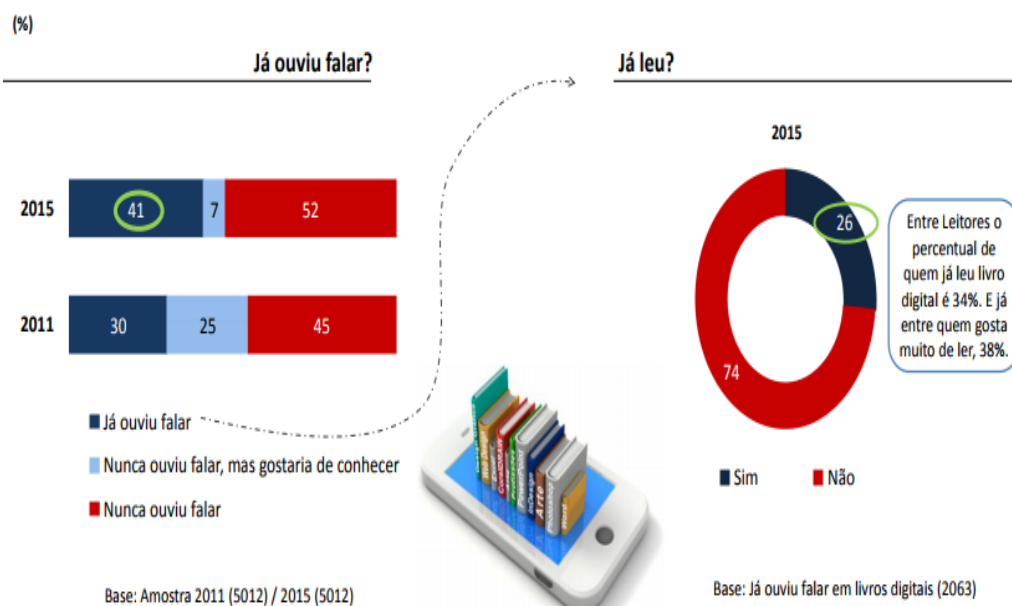
Procópio (2013) atribui o nome de Social DRM, algo próximo do que ele chama de DRM *free*. Afirma ainda que o Social DRM pode ser uma solução que une metadados de livros, autores, editoras e leitores aos modernos mecanismo de e-commerce.

Há uma série de complexidades que envolvem o controle do conteúdo digital. Tanto por parte do produtor que está em uma ponta da cadeia, como pelas bibliotecas universitárias, que procuram seguir a lógica do acesso livre a informação. Suscitando, portanto, a necessidade de discussões com maior embasamento teórico sobre a ética e o sigilo das informações lançadas nas plataformas dos *eBooks* pelos usuários das bibliotecas.

2.4.3 Livro digital no Brasil

Outro documento que reflete a dinâmica do livro e a leitura, no país, é a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, realizada anualmente pelo Instituto pró-livro, uma instituição criada e mantida pelas entidades associativas do livro, Abrelivros, CBL e SNEL, que iniciou suas atividades em 2007. Essa pesquisa incluiu o livro digital como uma das questões sobre o comportamento leitor. O resultado demonstra que o livro digital ainda é desconhecido pela sociedade brasileira, conforme figura 4 abaixo

Figura 4 – Pesquisa sobre leitura do livro digital

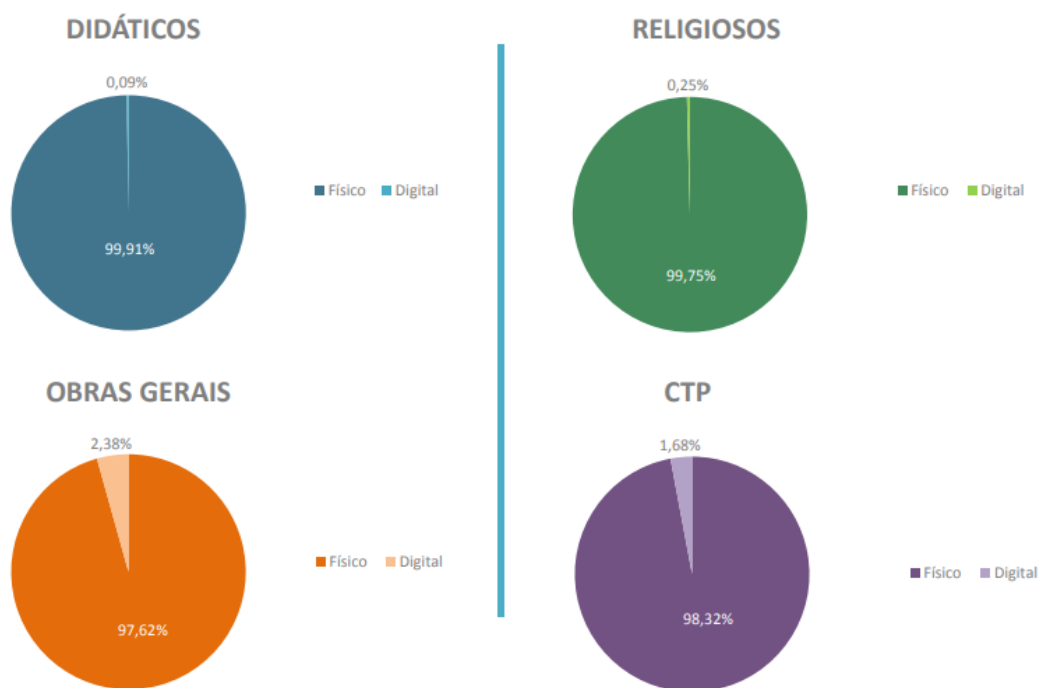


Fonte: Retratos da leitura no Brasil (2016)

As perguntas foram: ouviu falar em livros digitais (chamados *eBooks*)? Já leu algum? O resultado mostra que pelo menos 52% dos participantes nunca ouviu falar em *eBooks*; entre os 41% que já ouviram falar, questionou-se se haviam lido, o resultado aponta que 74% nunca leu um *eBook*.

O Brasil já dispõe do seu primeiro censo do livro digital. Desse documento, em que foram investigadas 794 editoras, destacam-se alguns dados: do conjunto de 794 editoras identificadas, apenas 294 produzem e comercializam conteúdo digital, correspondendo a 37%. Além disso, tanto a produção quanto a comercialização de conteúdo digital estão concentradas nos subsetores de obras gerais e CTP (Conteúdo Técnico-Profissional). Foram publicados e comercializados 9.483 novos números de ISBNs em 2016; o acervo de conteúdo digital comercializado no país até 2016 foi de 49.662 títulos; em 2016 foram vendidas 2.751.630 unidades de *eBooks*, sendo 87% do setor de obras gerais. O faturamento total com conteúdo digital em 2016 equivale a 1,09% do mercado editorial brasileiro (excluindo-se as vendas ao setor governamental); o subsetor de CTP faturou o equivalente a 1,68% do mercado de livros técnicos (CENSO DO LIVRO DIGITAL, 2016).

Os gráficos apresentados na figura 5 demonstram o faturamento com livros digitais em relação aos livros físicos, por categoria de livros. Observa-se que o percentual de faturamento de livros digitais é irrisório em relação aos livros físicos.

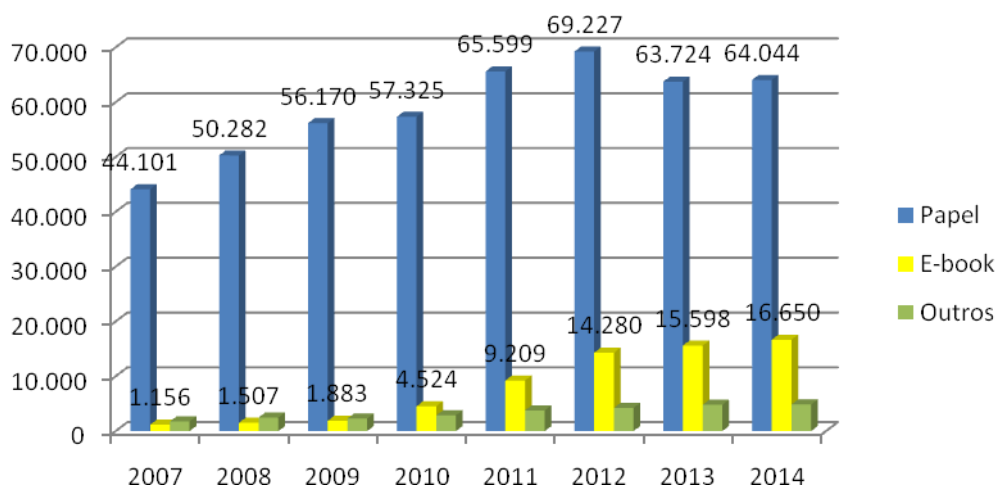
Figura 5 – Percentual de faturamento digital x físico (vendas)

Fonte: Censo do livro digital (2016)

O relatório anual de 2016 da Câmara Brasileira do Livro considera que o indicador do segmento de livros digitais apresentou estabilidade em 2016 em relação ao ano anterior: foram contabilizados 1,21 milhão de vendas, com faturamento de R\$ 16,79 milhões. No próprio relatório, existem tópicos exclusivos destinados aos negócios do livro digital, à leitura digital e aos eventos destinados a discutir essa temática.

Em função dessa mobilização em torno do livro digital, é importante compreender quais são os modelos de negócios vigentes atualmente no mercado brasileiro e quais deles são aplicáveis às bibliotecas universitárias.

Há, também, a lei de depósito legal nº.10.994 de 14 de dezembro de 2004 que institui o depósito legal, ou seja, do envio obrigatório de no mínimo um exemplar de **todas as publicações** produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda, no prazo máximo de 30 dias após sua publicação. Ao consultar o sítio virtual da Biblioteca Nacional, na seção da Agência Nacional do ISBN, foi possível verificar o número de depósitos legais relacionados ao livro, *eBooks* e outros suportes conforme, demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de depósitos legais de 2007 - 2014

Fonte: Agência do ISBN (2017)

O gráfico 1 demonstra que em 2012 houve um pico no depósito de livros impressos que foi reduzido em 2013, retomando um crescimento em 2014. Já entre os *eBooks*, de 2008 a 2014, houve um crescimento significativo, e chama atenção o quantitativo de 2009 a 2010 representando mais de 140% e de 2010 a 2011 chegando a mais de 100% são números expressivos. Considerando que o depósito legal é realizado pelas editoras (pessoas físicas ou jurídicas) e é reconhecido como o processo institucionalizado brasileiro de controle da produção bibliográfica nacional, pode-se inferir que há, de fato, um aumento na produção de livros digitais. Contudo ainda há uma diferença significativa em relação entre livros impressos e *eBooks*. De 2007 a 2014, o Brasil registrou 470.472 títulos de livros em papel (que corresponde a aproximadamente 88% de toda a produção) e 64.807 títulos de *eBook* (ou em torno de 12% da produção) em relação ao total da produção ou seja, ainda há uma soberania do livro impresso em relação ao livro digital no país.

O que não está explícito nestes dados quantitativos disponibilizados pela agência do ISBN, são as tipologias dos livros digitais produzidos. Não se sabe se são títulos inéditos, edições esgotadas que tiveram versão em meio digital, ou as mesmas edições com novas versões digitais. Essa lacuna sobre as tipologias nos remete ao que Procópio (2013) questiona sobre a possibilidade do futuro do livro ser apenas um aplicativo, já que uma das prerrogativas para algo ser considerado *livro* é a utilização do ISBN. Se as orientações sobre as publicações que podem receber o ISBN dizem que um livro pode ser publicado como um arquivo simples, sem marcação, em formato TXT (e pode ser interpretado por um aplicativo), então, desde que exista o prefixo para identificá-lo perante uma infinidade de conteúdos, essa tipologia também pode ser considerada *livro* e compor o indicador de *eBooks* da BN.

2.5 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E GESTÃO DE CONTEÚDOS DIGITAIS

As bibliotecas universitárias têm um papel fundamental no fluxo da comunicação científica. Responsáveis pela gestão da informação e do conhecimento institucional e científico, assim como provedoras de serviços e produtos informacionais, elas atuam em redes tecnológicas para compartilhamento e cooperação de conteúdos digitais desde a década de 1990. Por essa razão, nessa subseção, o escopo principal é fazer uma revisão de literatura sobre a atuação das bibliotecas universitárias em redes tecnológicas, para entender como se dá o processo de cooperação e quais as estratégias de sustentabilidade dessas redes.

Busca-se, também, situar em que momento o livro digital começou a ser adquirido e inserido nas coleções dessas bibliotecas universitárias e quais os desafios são colocados frente à possibilidade de ter mais um recurso informacional digital. O livro digital é, inclusive, objeto de auditoria de um órgão externo governamental como o Ministério da Educação (MEC) para validação de cursos de graduação, significando, portanto, que a ação de desenvolvimento de coleções é uma atividade crítica e estratégica para as IES.

Para Cunha (1999), o crescente domínio da tecnologia de informação propiciaria um refinamento dos seus procedimentos automatizados. Para o autor, a automatização impõe um passo adiante, integrando as fontes eletrônicas aos acervos e serviços mesmo para as bibliotecas universitárias. Posteriormente, Cunha (2000) previu que, por volta do ano de 2010, a quase totalidade das bibliotecas universitárias estaria automatizada e ou digitalizada. Tal perspectiva foi corroborada por Fujita (2005) quando analisou as transformações ocasionadas pela revolução tecnológica da comunicação, ampliando de forma exponencial a capacidade de produção, acumulação e veiculação de dados e informações.

Como assinalado anteriormente, as redes de cooperação e/ou consórcios foram alternativas para o compartilhamento dos recursos digitais. Brown (1998) afirma que nos EUA a cooperação entre as bibliotecas permitiu um futuro seguro para os consórcios e apresenta alguns elementos ou tendências em comum, como: a associação com uma universidade; a agregação de bibliotecas por região ou tipo (universitária, pública, outros); a indicação de um responsável pelo governo estadual. Tal estratégia redundou no acirramento da competição entre consórcios, que foram duplicados por vezes num só estado ou região, procurando diminuir os preços dos produtos ofertados. Ao analisar o futuro dos consórcios para as bibliotecas norte-americanas, Brown (1998) alerta para a perda de independência, uma vez vinculadas à decisão do grupo consorciado, por exemplo, quando da compra de determinada base de dados. Por isso, a autora recomenda uma análise, um equilíbrio, entre

participar do consórcio ou permanecer independente, propondo a mudança de participação num determinado consórcio, ou, então, o vínculo só com determinados serviços ou funções. Em relação à perspectiva do usuário:

A visão da biblioteca eletrônica para cada estudante ou para cada cidadão do Estado indica que o estudante ou professor de universidade será o usuário de todas as outras bibliotecas. Essa visão presume um 'usuário virtual' com direito a usar alguns serviços da biblioteca acadêmica sem pagar a matrícula da universidade. [...] a necessidade de fazer mais com menos dinheiro e menos pessoal serve de garantia de que haverá mais cooperação entre bibliotecas de todo o tipo (BROWN, 1998, p. 61)

Krzyzanowski (2007) apresenta um panorama histórico dos programas de cooperação em bibliotecas universitárias no Brasil, que foi influenciado pelo modelo norte-americano. Destacam-se alguns exemplos trazidos pela autora, como a Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), hoje Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde criado em 1967, responsável pelo intercâmbio de informações por meio do serviço de cópias de artigos científicos; e o Programa de Comutação Bibliográfica, criado em 1980, sob a responsabilidade da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Segundo a autora, esses programas envolvem bibliotecas governamentais, universitárias e especializadas, promovendo a reprodução de documentos (artigos científicos, teses e partes de livros).

Na década de 1990, destaca-se a integração das três universidades estaduais paulistas: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Estadual de São Paulo que, com o apoio da BIREME e da Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo, realizaram a cooperação entre seus acervos de livros e teses, juntando-os num catálogo coletivo que foi publicado em *CD-ROM*, em 1992.

Outras iniciativas como o Programa de Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia⁵, criado em 1995, tornou-se o primeiro repositório de bibliotecas virtuais. Já a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foi criada em 1997, com o objetivo de promover a visibilidade nacional e internacional das revistas científicas brasileiras. Atualmente integraram-se, ao seu acervo, livros digitais com um projeto denominado *SciELO books*.

Outro programa que merece destaque é a Biblioteca Eletrônica⁶, lançado pela FAPESP em 1999. Seu objetivo era adquirir publicações periódicas eletrônicas internacionais, de forma

⁵ Disponível em < <http://prossiga.ibict.br/> Acesso em 10 de jul. de 2013.

⁶ Disponível em < <http://probe.bvs.br/transf.php?xml=xml/pt/about.xml&xsl=xsl/pt/text.xml>. Acesso em 10 de jul. de 2013.

compartilhada e cooperativa, com instituições estaduais e federais situadas no Estado de São Paulo, quais sejam, USP, UNESP, UNICAMP, Universidade Federal de São Paulo, BIREME e Universidade Federal de São Carlos, disponibilizando o acesso ao texto completo de revistas científicas eletrônicas internacionais e também as referenciadas na Base de dados *Web of Science*. O Programa terminou em 2002 e os periódicos foram incorporados ao Portal CAPES, atualmente denominado Portal Brasileiro de Informação Científica, o qual, segundo Krzyzanowski (2007, p.15), “expandiu de forma notável, as possibilidades de acesso à informação”.

Ainda sobre a questão dos consórcios, Krzyzanowski (2007) cita uma iniciativa com vistas a reunir as bibliotecas de instituições de ensino superior privadas não contempladas pelo Programa da CAPES, que se organizaram em consórcio e criaram o Consórcio de Periódicos Eletrônicos, sob a coordenação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Participaram desse consórcio as instituições Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Católica de Santos, Universidade de Ribeirão Preto, Universidade São Camilo e Universidade São Francisco. A partir de 2004 foi assinado um convênio entre a CAPES, o SENAC e demais instituições participantes do COPERE, passando os participantes a ter acesso às bases de textos completos e referenciais por elas assinadas. No mesmo artigo, Krzyzanowski (2007, p.14) salienta, ainda, que esse modelo de aquisição de revistas científicas internacionais levou a um novo paradigma de gestão da aquisição e acesso *online* à informação:

A adoção dessa prática de consórcio de bibliotecas envolveu tecnologia de ponta, ampliação dos laços com a pesquisa nas Instituições envolvidas, assim como união de esforços, dedicação e perseverança por parte dos seus participantes. Todo esse envolvimento teve como objetivo a ampliação do acesso à informação, com a redução ou divisão de custos orçamentários, reforçando as atividades de cooperação e compartilhamento, até então existentes informalmente.

Vale destacar o consórcio CRUESP formado pelos três sistemas de bibliotecas (USP, UNESP e UNICAMP), criado em 2004, cujas premissas são cooperação, compartilhamento e racionalização de recursos. Em 2007 o consórcio ampliou o compartilhamento de recursos, reunindo a sua coleção de 188 mil livros digitais de todas as áreas do conhecimento, voltados para o ensino das três universidades (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013).

Paralelamente às iniciativas dos consórcios, proliferaram as bibliotecas digitais no início dos anos 2000 e diversos estudos começaram a ser desenvolvidos sobre a criação dessas bibliotecas (DRABENSTOTT, 1997; FUJITA, 2005; TAMMARO; SALARELLI, 2008;

CUNHA, 2000). Alguns autores apresentam conceitos de biblioteca digital, virtual, eletrônica e híbrida (MARCHIORI, 1997; ROWLEY, 2002; BENÍCIO, 2005).

Entre os projetos relacionados a bibliotecas digitais vale destacar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. A implantação da BDTD pode ser considerada uma iniciativa que corrobora os princípios dos Repositórios Institucionais (RI). Os RI relacionam-se a dois movimentos internacionais: o *Open Archives Initiative* e o Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*). Os RI asseguram o acesso gratuito, livre e irrestrito à informação disponibilizada no meio eletrônico, em especial, àquela produzida mediante financiamento governamental “configurando-se como estrutura de sustentação para a quebra da hegemonia das editoras científicas comerciais” (TARGINO; GARCIA; PAIVA, 2012, p. 3).

2.5.1 Portal Capes e livros digitais

A atuação em consórcio não é uma novidade no domínio da gestão de acervos digitais em bibliotecas universitárias. Krzyzanowski (2007) afirma que o surgimento dos periódicos eletrônicos levou a um novo paradigma na gestão da aquisição e acesso *online* à informação, com a adoção da prática de consórcio em bibliotecas levando à ampliação dos laços com a pesquisa nas instituições envolvidas.

As bibliotecas universitárias brasileiras contam com o serviço do Portal CAPES, que disponibilizou, em 2013, livros digitais de diversas editoras. Ao visitar o portal, verificou-se um aumento no número de editoras participantes do portal. Na página principal do Portal, ao selecionar “Buscar livro” e “busca avançada” será exibida a relação dos diversos editores, incluindo publicações em português. Ao selecionar cada um dos editores, o resultado mostra o total de publicações, como pode ser visto na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Editores de livros digitais identificados no Portal Capes

DITORES	QTD TÍTULOS 2013	QTD TÍTULOS 2016	%
<i>ACM Digital Library</i>	33	37	4
<i>Alexander Street Press</i>	32.898	33.739	841
<i>American Psychological Association</i>	1.904	317	-1587
<i>ASTM Standards end engineering digital library</i>	1.624	1.624	0
<i>Bioone</i>	1	0	
<i>EBSCOhost</i>	1.768	1789	21
<i>Elsevier Science Direct</i>	681	691	10
<i>Gale group</i>	184.437	184.548	111
<i>IEEE xplora</i>	18.584	32.516	13932
Livros em português	93	92	-1
<i>McGraw Hill access</i>	3	3	0
<i>OECD ilibrary</i>	8.088	10494	2406
<i>SPIE Digital library</i>	6.938	6904	-34
<i>Begell house</i>		12	
<i>Doab directory of open access book</i>		2242	
<i>Inteckbooks</i>		2575	
<i>Miscellaneous free eBooks</i>		1366	
<i>NCBI</i>		1732	
<i>Openedition books</i>		1019	
<i>Optical Society of America</i>		234	
<i>Wiley online library</i>		621	
TOTAL	257.052	282.555	25.503

Fonte: Portal Capes (2016)

Ao analisar a tabela, observa-se que houve um aumento de quase 10% na oferta de livros digitais e o consequente crescimento total da coleção nos últimos três anos. Na parte cinza da tabela estão os editores incluídos na coleção, representando um total de 9.801 livros digitais. Chama a atenção o fato de alguns editores terem diminuído o número de títulos, como a *American Psychological Association*, em 501% e a coleção de livros em português, embora tenha sido apenas um.

Observa-se que há uma discrepância na oferta de livros em português em relação ao volume de publicações em outros idiomas. Serão necessários estudos futuros mais aprofundados para fazer um cruzamento entre o acervo de livros digitais adquiridos pelas bibliotecas universitárias e o que está disponível no portal CAPES. Talvez essa análise possa ajudar a tomada de decisão sobre a seleção dos títulos de livros digitais que devem ser incluídos na coleção. Contudo, ainda que o Portal Capes disponibilize livros digitais, isso não significa uma garantia de acesso permanente ao título, já que não há uma gerência e autonomia por parte das coordenações das bibliotecas universitárias sobre o conteúdo do portal.

O panorama apresentado reflete as diversas iniciativas voltadas para o compartilhamento de recursos digitais empreendidos pelas universidades e órgãos de fomento governamentais. Nota-se que os artigos técnicos, teses, dissertações e capítulos de livros, representam os principais tipos de recursos disseminados nessas redes. O livro digital passou a ser um recurso compartilhado em maior volume nos últimos seis anos.

Todo o aparato tecnológico que envolve a gestão e manutenção de coleções digitais afeta os processos relacionados à gestão de coleções nas bibliotecas universitárias, acrescentando novas especificidades que são inerentes a tais recursos. A tendência é a coexistência dos recursos impressos com os digitais (FUJITA, 2005). Isso estabelece a importância de uma gestão de recursos de informação digital atrelada às necessidades institucionais e, consequentemente, às de seus usuários. O levantamento desse referencial teórico reforça a necessidade de continuidade de modelos de gestão de informação cooperativa e compartilhada, numa tentativa de fortalecer o posicionamento das bibliotecas universitárias como agentes primordiais na cadeia produtiva do livro e garantir a sustentabilidade do serviço de acesso a coleções de livros digitais.

3 MODELOS DE NEGÓCIO DE LIVROS DIGITAIS

Discute-se, neste capítulo, os modelos de negócio de livros digitais técnico-científicos ofertados por editoras científicas internacionais e nacionais para as bibliotecas universitárias. A revisão de literatura permitiu descrever as características destes modelos de negócio, assim como os pontos convergentes e divergentes entre quem oferta o produto livro digital (editores) e quem adquire o produto livro digital (bibliotecas universitárias). Para tanto, foi necessário discorrer sobre o funcionamento da cadeia produtiva do livro e as modificações proporcionadas pela convergência digital. As mudanças impulsionaram as editoras a inovarem seus modelos de negócio, gerando novos serviços e produtos que modificaram e ampliaram o processo de produção e comercialização do livro.

Diante dessa perspectiva, busca-se apresentar um referencial teórico que contribua para demonstrar a importância da elaboração de novos modelos de negócio com duas perspectivas. De um lado, esses modelos são uma forma de representação global, sistêmica ou processual, relacionados com o domínio da gestão da informação e do conhecimento na área da ciência da informação. De outro, o conceito de modelos de negócio também tem a dimensão de estratégia de elaboração de produtos e serviços voltados para o ambiente digital. Sendo assim, identificou-se na ferramenta *Business Model Canvas* (BMC), traduzindo, Quadro de Modelo de Negócio, uma metodologia ou ferramenta com possibilidade de aplicação em organizações com finalidades comerciais (negócios orientados ao lucro) ou públicas (negócios orientados ao social).

3.1 CADEIA PRODUTIVA DO LIVRO

Em seu livro *Mercadores de cultura*, John B. Thompson traça um amplo panorama sobre a cadeia de valor do livro, começando por situar o campo editorial ancorado na teoria de campo científico do sociólogo Pierre Bourdieu. Thompson (2014, p. 9), ao adaptar o termo ‘campo’ para o seu propósito, conceitua como:

Espaço estruturado de posições sociais, que pode ser ocupado por agentes e organizações e no qual a posição de qualquer agente ou organização depende do tipo e da quantidade de recurso ou “capital” que eles têm a sua disposição. (THOMPSON, 2013, p. 9).

Para Thompson (2013) há quatro razões pelas quais a noção de campo ajuda a compreender o mundo editorial. A primeira razão consiste em entender imediatamente que o

mundo editorial não é único, mas composto por uma pluralidade de mundos ou, uma pluralidade de campos. Por exemplo, há o campo de publicações comerciais, o campo de monografias acadêmicas, o campo de publicações do ensino superior, o campo de livros de arte e assim por diante.

A segunda razão traz a noção de ‘campo útil’, em que agente e outras organizações não existem isoladamente, pois, são orientados por/para outros agentes. Enfatiza-se que cada agente da cadeia faz parte de um todo estabelecendo relações de poder, seja em competição ou em cooperação com os outros. A terceira razão, diz respeito ao tipo e à quantidade de recurso ou capital que qualquer agente ou organização possui dentro de um campo e, a quarta razão refere-se à chamada “lógica do campo”, ou seja, um conjunto de fatores que determinam as condições sob as quais agentes individuais e organizações podem participar do campo para obter sucesso.

Para Thompson (2013, p. 11) essa dinâmica nas relações de poder no campo editorial demanda recursos ou capitais importantes que ele estratifica como:

O **capital econômico** corresponde aos recursos financeiros acumulados, incluindo estoque e instalações, bem como a reserva de capital à qual as editoras têm acesso, seja diretamente (em suas próprias contas), seja indiretamente (por sua capacidade de recorrer aos recursos da matriz ou de levantar fundos em bancos ou outras instituições). O **capital humano** consiste do pessoal empregado pela firma e seu conhecimento, habilidades e know-how acumulados. O **capital social** refere-se às redes de contatos e relações que um profissional ou uma organização construiu ao longo do tempo. O **capital intelectual** (ou propriedade intelectual) consiste dos direitos de conteúdo intelectual que uma editora possui ou controla, que são certificados pela quantidade de contratos que ela tem com autores e outros agentes e que pode explorar por meio de publicações e da venda de direitos subsidiários. O **capital simbólico** significa o prestígio acumulado e o status associado à editora. A posição de qualquer editora no espaço social irá variar, dependendo das quantidades relativas dessas cinco formas de capital que possuir. (THOMPSON, 2013, p. 11, grifo nosso)

Ao analisar a proposição do autor e segmentar o objeto desta investigação, quais sejam, bibliotecas universitárias, livros digitais técnico-científicos e editoras científicas comerciais, observa-se que existem relações de poder, recursos e estruturas para além da questão financeira. Neste tripé, composto por agentes que fazem parte da cadeia produtiva e de valor do livro há interesses convergentes e divergentes. Se por um lado, as editoras científicas são responsáveis pela produção de conhecimentos e saberes a partir da materialização, seja por meio digital ou impresso, do principal insumo de desenvolvimento de

coleções de bibliotecas, o livro, por outro, para manterem-se competitivas no mercado, seguem a lógica e a dinâmica capitalista orientada ao lucro.

As bibliotecas universitárias, por sua vez, consideradas, segundo Meadows (1999, p. 132), as maiores compradoras de livros-técnicos científicos, têm interesse em adquirir o insumo, livro digital, para fazer cumprir a sua missão de educação e compartilhamento de conhecimento, promovendo a livre circulação dos recursos adquiridos para os seus usuários. Contudo, por serem públicas, as estratégias competitivas de mercado, de certa forma, parecem não ter lógica nesses espaços sociais, que têm, teoricamente, sua sustentabilidade financeira garantida por recursos públicos. Entretanto, as bibliotecas também precisam visar a sua sustentabilidade enquanto equipamentos científicos, culturais e sociais que disponibilizam o acesso a múltiplos recursos, sejam livros, espaços de leitura, serviços virtuais e digitais, entre outros, e prover continuamente a livre circulação desses recursos.

É justamente nessa questão da livre circulação do livro digital que parece existir um conflito de interesses e de forças de poder relacionadas ao capital intelectual, que envolve direito de autor e propriedade intelectual. Para discutir essa relação faz-se importante compreender o funcionamento da cadeia produtiva do livro e suas transformações promovidas pela convergência do livro impresso para o digital, gerando novos modelos de negócios.

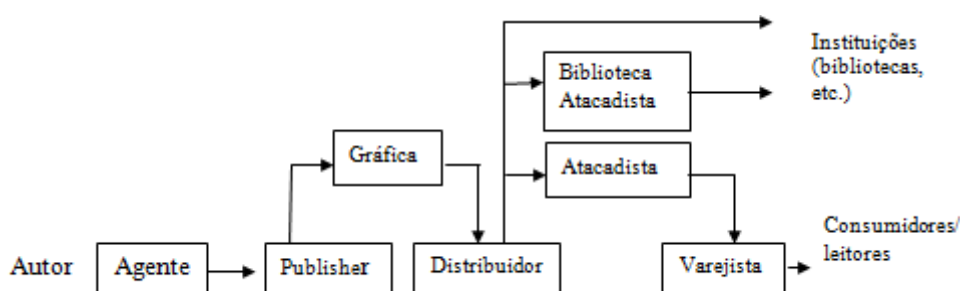
3.1.1 A cadeia produtiva do livro digital

Para Thompson (2013), o campo das publicações comerciais:

É uma cadeia de suprimento, pois fornece uma série de elos organizacionais por meio dos quais um produto específico – o livro – é gradativamente produzido e transferido via distribuidores e livrarias para um usuário final que o adquire. (THOMPSON, 2013, p. 20)

A figura 3 demonstra a cadeia de suprimento do livro:

Figura 6 – Cadeia de suprimento do livro



Fonte: Thompson (2013)

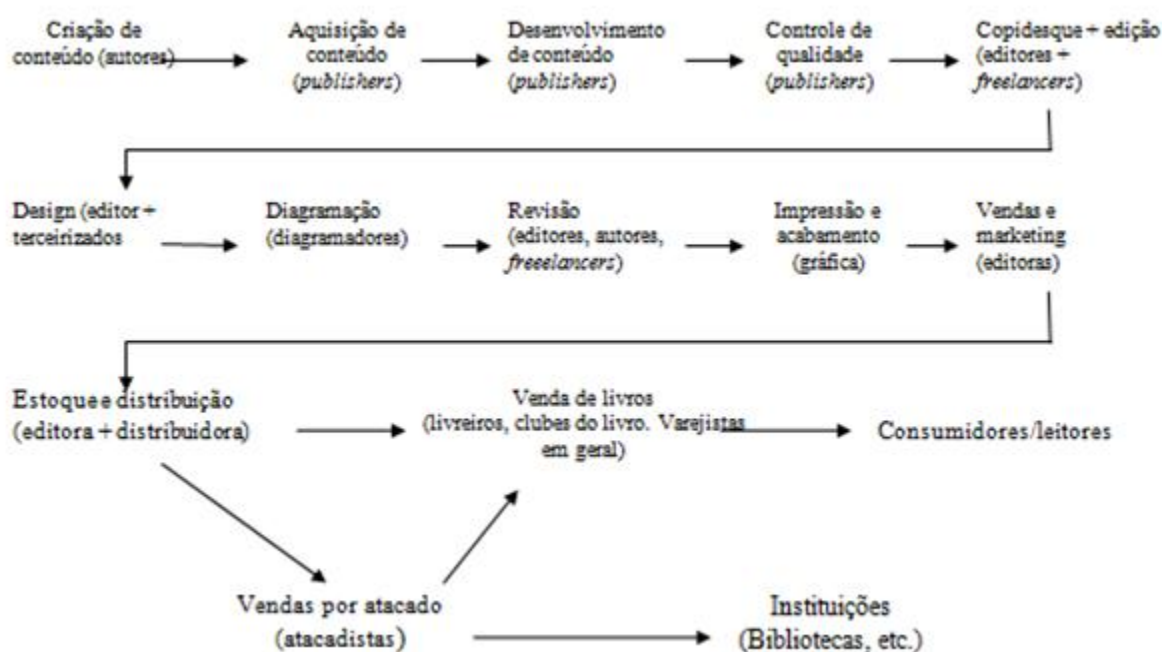
Conforme demonstra a figura 6, o autor é o criador do conteúdo no campo das publicações comerciais; o agente realiza a mediação selecionando o material e direcionando-o para as editoras ou *publishers*, que por sua vez, adquirem um pacote de direitos do agente e, em seguida, realizam as funções de leitura, edição, etc. e entrega o material para a gráfica. A gráfica imprime e encaderna os livros e os entrega à distribuidora, cujo proprietário pode ser a própria editora ou terceiros. A distribuidora armazena o estoque e atende encomendas tanto varejistas quanto atacadistas, e entre os atacadistas estão as bibliotecas de diversas tipologias (universitárias, públicas, escolares, etc.)

Além de ser uma cadeia de suprimento, a cadeia editorial também é uma cadeia de valor em que cada elo agrega, de modo significativo, algum ‘valor’ ao processo. Thompson (2013) explica:

Cada elo tem uma função que contribui com algo substancial para o trabalho, visto como um todo, empreendido na produção do livro e na sua oferta ao usuário final. Essa contribuição é algo pelo qual a editora (ou algum outro componente ou organização na cadeia) está disposta a pagar. Em outras palavras, cada um dos elos “agrega valor”. (THOMPSON, 2013, p. 21)

A figura 7 resume as principais tarefas da cadeia de valor da área editorial:

Figura 7 – Cadeia de valor na área editorial



Adaptado de Thompson (2013)

O processo, à primeira vista, parece linear e simples. O ponto de partida da cadeia de valor envolve a criação, a seleção e aquisição de conteúdo e quem interage durante esse processo são autores, agentes e editoras. Porém, por vezes, essa relação pode tornar-se complexa porque existem os interesses dos agentes e dos *publishers*, que os autores denominam “fiscais de ideias”. Eles têm o papel de selecionar projetos de livros que acreditam ‘valer a pena’, dentro das inúmeras propostas e originais que são submetidos pelos escritores aspirantes. Vale destacar a diferença entre o agente e o *Publisher*

O agente representa os interesses do autor e está selecionando e desenvolvendo conteúdo com a finalidade de vendê-lo (ou, mais especificamente, vender um pacote de direitos de explorá-lo), enquanto o *Publisher* seleciona conteúdo com a finalidade de adquiri-lo (ou comprar o pacote de direitos) e depois desenvolvê-lo para publicação (THOMPSON, 2013, p. 23)

Embora representados de formas separadas, percebe-se que a cadeia de suprimento e a cadeia de valor compõem a cadeia produtiva no mundo editorial (EARP; KORNIS, 2005; MELLO, 2016).

A cadeia editorial não é rígida. Mudanças econômicas e tecnológicas podem ofuscar ou fazer sobressair a função de alguns atores envolvidos no processo. O fato, que pode ser qualificado como “desintermediação” (THOMPSON, 2013; FERREIRA; MIRANDA; MORA, 2018; CORDON-GARCIA, 2012), ocorre quando um dos atores envolvidos na cadeia não agrega valor suficiente para justificar a despesa. A editora pode decidir por romper um elo da cadeia, ou seja, pode ocorrer a redução do número de intermediários nas transações e fluxos de informações, podendo chegar a transações diretas entre produtor e consumidor. Assim, a cadeia de valor pode adotar diversas configurações, de acordo com a intervenção dos diferentes elementos do processo editorial.

Figura 8 – Desintermediação da cadeia de valor do livro

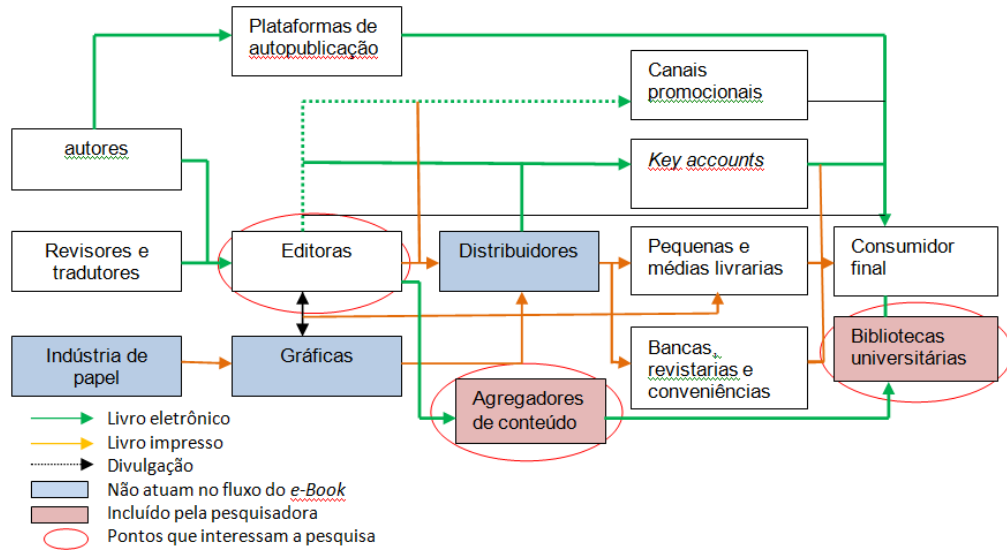


Fonte: Cordon-Garcia (2012)

As combinações sequenciais podem variar de autor para leitor, de editor para leitor, de plataforma para leitor, com variações que podem se multiplicar por todas as combinações possíveis. A incorporação da tecnologia no processo de produção acaba por revestir a desintermediação editorial de uma maior importância, seja na perspectiva do autor ou de outros agentes da cadeia que estão integrados à função editorial.

O trabalho desenvolvido por Ferreira, Miranda e Mora (2018) analisou os principais efeitos do surgimento dos livros eletrônicos na configuração da cadeia editorial brasileira. Segundo a análise dos autores, os livros eletrônicos não tornaram a cadeia produtiva mais enxuta, mas passaram a coexistir com os livros impressos. Eles propõem uma configuração para a cadeia produtiva do livro no Brasil incorporando os livros eletrônicos

Figura 9 - Cadeia produtiva do livro incorporando os livros eletrônicos



Fonte: Adaptado de Ferreira, Miranda e Mora (2018)

A proposta dos autores já inclui na cadeia as plataformas de autopublicação (*selfpublishing*). Os livros eletrônicos proporcionaram um formato de menor risco para a autopublicação, em virtude de baixos custos fixos, ausência de custos de estocagem e facilidade em se atender a demanda, além disso, propiciou a eliminação de vários intermediários entre o autor e o consumidor (FERREIRA; MIRANDA; MORA, 2018; CORDON-GARCIA, 2012).

Os livros digitais dispensaram também a atuação do distribuidor. Destaca-se em azul a indústria do papel, as gráficas e os distribuidores como agentes dispensados quando se trata dos *eBooks*. Em relação aos canais de venda, existe a possibilidade de venda de livros eletrônicos diretamente pelas editoras, mas as livrarias também podem vender os *eBooks* pelas suas páginas na internet. Há também o papel dos *key account*, que são grupos de maior porte no ramo das livrarias que centralizam todos os recebimentos em um único centro de armazenamento, isso contribui para diminuir os custos de transporte.

Alguns fatores estão impactando a relevância do mercado de *eBook* na cadeia editorial brasileira como: o número limitado de *eBooks* disponibilizados à venda, o elevado preço praticado, sendo quase próximo ou em alguns casos superior ao do livro impresso; as poucas opções de *e-readers* (leitores de livros digitais) com uma boa relação custo-benefício e as limitações impostas pelas editoras relacionadas à incompatibilidade entre as diferentes plataformas de leitura; um forte controle de direitos autorais e a falta de integração entre

fornecedores de conteúdo. Além disso, são diversas as barreiras enfrentadas pelas pequenas livrarias para modernizarem seus sistemas de gestão para o comércio eletrônico de *eBooks*. Elas precisam recorrer a empresas terceirizadas o que resulta em altos custos de implementação e integração (FERREIRA; MIRANDA; MORA, 2018).

Conhecer a cadeia produtiva como um todo é relevante, assim como a sua transformação em função da introdução dos livros digitais, fazendo com que novos elos e atores integrem essa cadeia, o que resulta na reorganização desse segmento. Incluiu-se e destacou-se em vermelho os pontos que delimitam essa pesquisa (agregadores de conteúdo, bibliotecas universitárias e editoras). Em razão da sua natureza, os livros digitais alteram o processo de distribuição, que passa a acontecer via rede tecnológica, fazendo surgir assim, os agregadores ou distribuidores digitais. Trata-se de empresas responsáveis por reunir os livros digitais em uma plataforma online e, a partir desta plataforma, distribuí-los para livrarias e demais varejistas online, que por sua vez, ofertam os produtos aos consumidores em seus canais de venda (MELO; NYKON; GARAVINI; ZENDRON, 2016).

[...] em virtude do grande número de editoras e dos elevados custos de transação envolvidos, as poucas, porém grandes, varejistas que comercializam livros digitais evitam firmar contratos diretos com editoras, restringindo-se apenas, quando possível, aos maiores clientes. Como saída, as editoras devem recorrer às empresas agregadoras que, por sua vez, celebram contratos com as grandes varejistas. Portanto, a figura da empresa agregadora já nasce em um setor concentrado, já que sua escala se traduz em significativas economias de custos de transação para os grandes varejistas (MELO; NYKON; GARAVINI; ZENDRON, 2016)

Para Grigsson (2015) agregadores de conteúdo são empresas que licenciam conteúdo e depois vendem diretamente para bibliotecas, hospedando os livros eletrônicos em sua própria plataforma, em vez do site da editora, geralmente cobrem uma ampla gama de editores, incluindo empresas de menor porte que não tem plataformas de *eBook* próprias. Quanto ao conteúdo, ele pode ser limitado pelas licenças. Alguns editores podem escolher não licenciar qualquer conteúdo para agregadores ou decidir licenciar todos os seus conteúdos, podendo também fazer acordos exclusivos. Os títulos poderão estar disponíveis apenas nas plataformas dos agregadores como também, na plataforma do editor. Da mesma forma, pode haver a disponibilização/venda de um título do *eBook* de forma individual ou como parte de uma coleção do editor. Pode ocorrer a situação em que um editor vende um livro impresso, mas não tem o direito de vender o *eBook* porque o título já tem limitações impostas pelo agregador.

O distribuidor vende livros eletrônicos em nome da editora e podem ofertar tanto títulos independentes como coleções, quando a compra é concluída o acesso é feito através da plataforma do editor. Um distribuidor de livros impressos tem maior diversidade de editoras para ofertar, ao passo que o distribuidor de livros eletrônicos pode ter um número limitado de títulos, principalmente porque algumas editoras vendem apenas diretamente para o consumidor além de ofertarem pacotes e não títulos individuais.

Diante do contexto apresentando, há uma complexidade nos elos da cadeia com a inserção do livro eletrônico, destacando-se, o papel dos agregadores de conteúdos e distribuidores. A presente pesquisa delimita a discussão para o segmento dos livros digitais técnico-científicos ofertados às bibliotecas universitárias, em sua grande maioria pacotes e modelos de negócios com uma série de especificidades. Trataremos, na próxima subseção, das características dos modelos de negócios de livros digitais que têm seus parâmetros estabelecidos pelo editor.

3.2 MODELOS

Michaud (2006), ao discorrer sobre modelo e conhecimento, enfatiza a importância de associar as relações entre informação, conhecimento, gestão, modelos e modelagem. Para o autor, há ambigüidades e visões diferentes sobre os significados e relacionamentos destes termos, por isso, é preciso instigar a reflexão sobre a relação estreita e permanente dos conceitos de sistema, modelo e conhecimento, mostrando que um não vive sem o outro.

Para Michaud (2006), o conhecimento no centro da figura representa o ser humano com todo seu arcabouço de conhecimento armazenado. O contexto é o sistema, entendido como um conjunto de variáveis selecionadas por um observador e faz referência à teoria do biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy, que formulou, em 1949, a Teoria Geral do Sistema, posteriormente complementada por outros cientistas.

Para o caso específico de elaboração de um modelo, é importante se concentrar na idéia de sistemas abertos em que qualquer ser humano ou organização está suscetível às mudanças do contexto externo. Interessa para essa pesquisa a idéia de modelo aplicada ao âmbito organizacional e à comunicação científica

[...] um modelo é uma representação externa de um sistema, no sentido de comunicar uma visão de fora do sistema, com o recuo suficiente, para que esta visão seja ampla; 2. um modelo procura explicitar algo, ou seja, transformar um conhecimento parcial ou totalmente implícito em algo facilmente comunicado; 3. um modelo não deve ter a absurda pretensão de

representar toda a realidade de um sistema, mas ter a humildade e sabedoria de considerar só uma parte dela; 4. um modelo é criado por um observador de uma parte da realidade, incluindo, de forma tácita, as interpretações inconscientes de seus modelos mentais, levando a considerar igualmente válidos diversos modelos de uma mesma parte de realidade, sendo que cada um poderá enfatizar aspectos diferentes; 5. sempre existe um objetivo subjacente a um modelo, o de poder melhor gerenciar uma parte da realidade. (MICHAUD, 2006, p. 219).

Nesse caso, a ênfase está no sistema externo como um fator preponderante para definir rumos e contribuir para a modelagem de sistemas. Complementando esse conceito, os modelos são vistos como ferramentas de gestão:

Os modelos são também poderosas ferramentas, desempenhando importante papel como recurso metodológico para todas as áreas relacionadas diretamente ou indiretamente com dados, informação e conhecimento. Aplicados às organizações, eles facilitam a transformação de parte do conhecimento tácito em conhecimento (informação) explícito e favorecem a compreensão, comunicação e gestão das empresas. Aplicados à gestão do conhecimento, eles facilitam o percurso da informação, dos caóticos universos informacionais interno e externo, à sua combinação pelos pesquisadores e estrategistas, passando por modelos de captura, triagem, adequação, armazenamento, associação, agregação, comunicação, divulgação e utilização (MICHAUD, 2006, p. 236).

A elaboração de um modelo é utilizada para demonstrar de forma simples e sistematizada algo que se queira explicar, sendo utilizado como um instrumento organizacional que propiciará às pessoas uma melhor compreensão sobre a produção, compartilhamento e uso do conhecimento individual e coletivo no âmbito organizacional (SILVA; VALENTIM, 2008). A proposta das autoras aplica-se ao campo da gestão do conhecimento organizacional, sendo seu foco o conhecimento produzido pelas instituições. Contudo, pode-se expandir esse conceito e incluir, não apenas as informações produzidas, mas também as adquiridas pelas organizações.

Sayão (2001) apresenta uma revisão de literatura sobre a natureza, o conceito, as características e funções de um modelo fazendo uma interlocução com a Ciência da Informação. Ele inicia apresentando uma perspectiva filosófica para a qual o modelo é uma criação cultural, um “mentefato” destinado a representar uma realidade ou alguns dos seus aspectos tornando-os qualitativa e quantitativamente observáveis.

Um modelo serve para comunicar alguma coisa sobre o objeto da modelagem de forma a gerar um entendimento mais completo sobre a realidade; a ação de modelar, por sua vez, impõe a quem modela uma visão

clara e sem ambigüidades de quem ou do que está sendo modelado além de exigir uma correta seleção dos elementos do universo do discurso que comporão a visão a ser representada. (SAYÃO, 2001, p. 83).

A Ciência da Informação, por sua natureza multiparadigmática (Sayão, 2001), tomou modelos de outras áreas como Informática, Economia, Linguística, Marketing, as Ciências Sociais, gerando uma série de tipologias de modelos de informação, onde estão incluídos os modelos cognitivos, modelos de sistema de informação, modelos de comportamento informacional, entre outros.

Assim, busca-se, a partir da noção de modelo, aplicar de uma forma utilitária e tornar mais explícito, a partir destas representações, os processos, sistemas e negócios em torno do livro digital e da biblioteca universitária. O modelo acaba por se constituir em ferramentas que proporcionam uma visão ampla (modelos sistêmicos) ou um olhar mais específico para os processos ou negócios.

3.2.1 MODELO DE NEGÓCIOS

No caso dos modelos de negócios, a expressão começou a ser utilizada com mais frequência nos meios acadêmicos e profissionais depois que surgiram os negócios baseados na Internet (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2002). A ferramenta Quadro de Modelo de Negócios (*Business Model Canvas*) teve origem na tese de doutorado de Alexander Osterwalder, defendida na Universidade de Lausanne, na Suíça, em 2004. Posteriormente, com a ajuda de Yves Pigneur, Osterwalder publicou o livro "*Business Model Generation*" em 2009, que contou com 470 colaboradores de 45 países e foi disponibilizado para livre acesso.

Osterwalder (2005) propõe a seguinte definição para Modelo de Negócio:

Um modelo de negócio é uma ferramenta conceitual que contém um conjunto de objetos, conceitos e suas relações com o objetivo de expressar a lógica de negócios de uma empresa. Portanto, devemos considerar quais conceitos e relacionamentos permitem descrição simplificada e representação de qual valor é fornecido aos clientes, como isso é feito e com quais conseqüências financeiras. (OSTERWLADER, 2005, p. 3, tradução nossa)

O elemento estratégia aparece no conceito de modelo de negócio, mas segundo Osterwalder (2005) é importante debater a diferença entre estratégia e modelos de negócio. Alguns autores usam o termo "estratégia" e "modelo" de forma intercambiável, muitas vezes usam para se referir a tudo que acreditam que lhes dá uma vantagem competitiva. No entanto,

a revisão da literatura mostra que modelos e estratégias de negócios estão ligados, mas são distintos.

Uma distinção prática descreve modelos de negócios como um sistema que mostra como as peças de um negócio se encaixam, enquanto a estratégia também inclui competição. Em contraste, outros entendem o modelo de negócios como uma abstração da estratégia de uma empresa que pode potencialmente se aplicar a muitas empresas (OSTERWALDER, 2005, p. 9, tradução nossa).

O Modelo de Negócios é um esquema para a estratégia ser implementada pelas estruturas organizacionais dos processos e sistemas. Os autores Joia e Ferreira (2005) fazem uma revisão de literatura para discutir se modelos de negócios e estratégias são ou não construtos distintos, chegam à conclusão que:

O emprego de um modelo de negócios potencializa os pontos fortes de cada escola de estratégia, minimizando seus pontos fracos através da complementaridade entre elas. Como os conceitos de modelo de negócios são flexíveis e fáceis de aplicar, acabam possibilitando que várias abordagens de estratégia sejam empregadas simultaneamente, uma vez que estejam reunidas num único conceito, o que aproxima ainda mais a teoria de estratégia do dia-a-dia das organizações. A conclusão a que se chega é a de que modelo de negócios é um instrumento dinâmico e sistêmico de estratégia, altamente adaptável à realidade das empresas. (JOIA e FERREIRA, 2005, p.14)

Com a finalidade de manter a dinâmica e estimular a inovação nas empresas Osterwalder e Pigneur (2011) elaboram a ferramenta *Business Model Canvas* (BMC) também chamada de Quadro de Modelo de Negócios tornando-se uma ferramenta relevante e intuitivamente compreensível, conseguindo explicar a forma como uma organização funciona e contribuir para a implementação de estratégias alternativas, além de poder tornar-se uma linguagem partilhada (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

A ferramenta BMC é composta por nove componentes básicos que demonstram a lógica de como uma organização pretende gerar valor. Cobrem as quatro áreas principais de um negócio: clientes, oferta, infraestrutura e viabilidade financeira. Seus nove componentes são: 1) segmentos de clientes, 2) proposta de valor, 3) canais, 4) relacionamento com clientes, 5) fontes de receita, 6) recursos principais, 7) atividades chave, 8) parceiros principais e 9) estrutura de custos. Estes componentes essenciais podem ser agrupados em três dimensões definidoras do próprio conceito de modelo de negócios, que são a criação, a configuração e a apropriação de valor (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

Descreve-se o significado de cada componente com base em Osterwalder e Pigneur (2011):

Segmentos de clientes – são os diferentes grupos de pessoas ou organizações que uma empresa busca alcançar e servir. Sem clientes, nenhuma empresa pode sobreviver por muito tempo, eles são o âmago do negócio. Os clientes precisam ser agrupados em segmentos distintos, cada qual com necessidades comuns, comportamentos comuns e outros atributos comuns. Recomenda-se definir um ou vários segmentos, pequenos ou grandes. A organização deve tomar uma decisão consciente sobre quais segmentos servir e quais ignorar.

Proposta de Valor - descreve o pacote de produtos e serviços que criam valor para um Segmento de Clientes específico. É o motivo pelo qual os clientes escolhem uma empresa ou outra, pensado em resolver um problema ou satisfazer uma necessidade. Cada Proposta de Valor é um pacote específico que supre as exigências de um Segmento de Clientes específico. Nesse sentido, a Proposta de Valor é:

Uma agregação ou conjunto de benefícios que uma empresa oferece aos clientes. Algumas Propostas de Valor podem representar uma oferta inovadora. Outras podem ser similares a outras já existentes no mercado, mas com características e atributos adicionais (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, p. 22).

Para criar valor para um segmento de clientes é preciso considerar uma combinação de elementos direcionados especificamente para as necessidades daquele segmento específico, esses valores podem ser: quantitativos - (ex.: preço, velocidade do serviço) ou qualitativos (ex.: design, experiência do cliente); eles podem apresentar uma **novidade** – quando satisfazem um conjunto completamente novo de necessidades, que os clientes anteriormente sequer percebiam ter, dada a carência de ofertas similares. Telefones celulares, por exemplo, criaram toda uma nova indústria em torno da telecomunicação móvel; impactar o **desempenho** - melhorar o desempenho de produtos e serviços; propor **personalização** - adequação de produtos e serviços às necessidades específicas de clientes individuais ou segmentos de Cliente gera valor. O conceito de customização em massa e cocriação ganharam importância, nesse caso; podem apresentar uma **redução de custo** - ajudar os clientes a reduzir custos é uma forma importante de gerar valor; ou uma **redução de risco** - clientes valorizam a redução de riscos ao adquirir produtos e serviços. Uma garantia em nível de serviço reduz parcialmente o risco de um comprador de serviços terceirizados de TI; promover **acessibilidade** - tornar produtos e serviços acessíveis à clientes é outra maneira de

criar valor, pode vir da inovação de modelos de negócio, novas tecnologias ou de uma combinação de ambos. Fundos mútuos também servem de exemplo de criação de valor através do aumento da acessibilidade. Esse inovador produto financeiro tornou possível a construção de portfólios de investimento diversificados até mesmo para aqueles que não são tão ricos; estimular a **conveniência/usabilidade** - deixar os produtos mais convenientes ou fáceis de utilizar pode criar valor substancial. Por exemplo, o iPod e o iTunes, a Apple ofereceu aos clientes uma conveniência na busca, compra e *download* no ato de ouvir a música digital (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

Canais – descreve como uma empresa se comunica e alcança seus segmentos de clientes para entregar a proposta de valor. Canais de comunicação, distribuição e venda. Os canais são como o ponto de contato dos clientes e servem a diversas funções incluindo:

Ampliar o conhecimento dos clientes sobre os produtos e serviços da empresa; ajudar os clientes a avaliar a proposta de valor de uma empresa; permitir que os clientes adquiram produtos e serviços específicos; levar uma proposta de valor aos clientes; fornecer suporte ao cliente após a compra (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, 25).

Os canais têm cinco fases distintas e podem se distinguir entre Canais diretos e indiretos, bem como entre Canais particulares e em parceria. Os canais particulares podem ser diretos, como uma equipe de vendas ou um site ou indiretos como lojas de revenda possuídas ou operadas pela organização; os canais de parceria são indiretos, como os clientes querem ser contatados. Quanto às fases, elas podem ser classificadas como: **Conhecimento** – como aumentar o conhecimento sobre os produtos e serviços? **Avaliação** – como ajudar os clientes a avaliarem a proposta de valor da organização? **Compra** - Como permitir aos clientes comprar produtos e serviços específicos? **Entrega** - Como entregar uma proposta de valor aos clientes? **Pós-venda** - Como fornecer apoio depois da venda aos clientes?

Relacionamento com os clientes - descreve os tipos de relação que uma empresa estabelece com segmentos de clientes específicos. As relações podem variar desde pessoais até automatizadas. Pode ser guiado pelas seguintes motivações: conquista do cliente; retenção do cliente; e ampliação das vendas. Diversas categorias de relacionamento com clientes podem coexistir: **assistência pessoal baseada na interação humana** – comunicação direta com o representante da empresa; **assistência pessoal dedicada** – dedica-se um representante específico para um cliente individual, é mais profunda e íntima, normalmente se desenvolvendo por um longo período de tempo; **Self-service** - a empresa não mantém nenhum

relacionamento direto com os clientes, mas fornece todos os meios necessários para que eles se sirvam; **serviços automatizados** - este tipo de relação é uma forma mais sofisticada de self-service com processos automatizados; **Comunidades** - Cada vez mais as empresas permitem que usuários troquem conhecimento online e procurem a resolução de problemas, inclusive, entre os próprios clientes. As comunidades também podem ajudar as empresas a compreender melhor seus clientes; **Cocriação** – significa ir além da tradicional relação cliente-vendedor para cocriar valor com os clientes. Por exemplo: “Amazon convida os consumidores a escrever resenhas e opinar e, assim, criar valor para outros amantes de livros [...] o *YouTube*, solicita aos clientes a criação de conteúdo para consumo público”.

Fontes de receita - representa o dinheiro que uma empresa gera a partir de cada segmento de clientes.

Se o cliente é o coração de um Modelo de Negócios, o componente fontes de receita é a rede de artérias. Uma empresa deve se perguntar: que valor cada segmento de clientes está realmente disposto a pagar? Responder com sucesso a essa pergunta permite que a firma gere uma ou mais Fontes de Receita para cada segmento. (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, p. 30).

Recursos principais - descreve os recursos mais importantes exigidos para fazer um Modelo de Negócios funcionar. Eles permitem que uma empresa crie e ofereça sua proposta de valor, alcance mercados, mantenha relacionamentos com os Segmentos de Cliente e obtenha receita. Os Recursos Principais podem ser físicos, financeiros, intelectuais ou humanos, proprietários ou alugados pela empresa ou adquiridos de parceiros-chave. Podem ser categorizados como: **físicos** - inclui recursos como fábricas, edifícios, veículos, máquinas, sistemas, pontos de venda e redes de distribuição; **recursos intelectuais** - como marcas, conhecimentos particulares, patentes e registros, parcerias e banco de dados; **recursos humanos** – cruciais em indústrias criativas e de conhecimento; **recursos financeiros** - alguns modelos de negócio exigem recursos e/ou garantias financeiras, como dinheiro e linhas de crédito ou opção de ações para contratar funcionários cruciais.

Atividades-Chave - são as ações mais importantes que uma empresa deve executar para operar com sucesso, assim como os recursos principais, são necessárias para criar e oferecer a Proposta de Valor, alcançar mercados, manter Relacionamento com o Cliente e gerar renda. São categorizadas como: **Produção** - relacionadas com desenvolvimento, fabricação e entrega de produtos em quantidades substanciais e/ou qualidade superior; **Resolução de Problemas** - relacionam-se com novas soluções para problemas de clientes específicos; **Plataforma/rede** - os modelos de negócios projetados com uma plataforma como

recurso principal são dominadas pelas atividades-chave da plataforma ou da rede. Redes, plataformas de combinação, softwares e até mesmo marcas podem funcionar como plataformas.

Parcerias principais - descreve a rede de fornecedores e os parceiros que compõem o Modelo de Negócios. Empresas criam alianças para otimizar seus modelos, reduzir riscos ou adquirir recursos. Pode-se distinguir quatro tipos: alianças estratégicas entre não competidores; coopetição - parcerias estratégicas entre concorrentes; *Joint ventures* – empreendimento conjunto; relação comprador-fornecedor - para garantir suprimentos confiáveis. Três motivações para uma parceria são importantes destacar: otimização e economia, redução de riscos e incertezas; e aquisição de recursos e atividades particulares.

Estrutura de Custo - descrevem os custos mais importantes envolvidos na operação de um Modelo de Negócios específico, tais custos podem ser calculados com relativa facilidade depois de definidos os recursos principais, atividades-chave e parcerias principais. Distinguem-se duas grandes classes de estrutura de custos: as **direcionadas pelo custo** – modelos de negócio que se concentram em minimizar o custo sempre que possível e; **direcionada para o valor** – empresas que se concentram na criação de valor.

Existem ainda os padrões de modelos de negócio propostos por Osterwalder e Pigneur (2011). Os autores acreditam que há similaridades entre os diversos modelos, por isso, consideram que separá-los por padrões ajuda a compreender as dinâmicas dos modelos de negócios e servir como fonte de inspiração. São cinco padrões construídos com base em conceitos da literatura da Administração: desagregação, cauda longa, plataformas de múltiplos lados, gratuito e modelo de negócios abertos.

O **Modelo de negócio desagregado** se assenta no conceito de corporação “desagregada” e inclui, fundamentalmente, três tipos diferentes de negócios:

Negócios de relacionamento com os clientes, negócios de inovação de produto e negócios de infraestrutura. Cada tipo tem seus imperativos econômicos, competitivos e culturais. Os três podem coexistir dentro de uma única corporação, mas, idealmente, são "desagregados" em entidades separadas para evitar conflitos e compensações indesejadas (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, p. 57)

Para implantação de qualquer um desses padrões de negócios existem variáveis econômicas, competitivas e culturais bem diferentes que precisam ser consideradas. Higel e Singel (1999) autores seminais para o trabalho de Osterwalder e Pigneur (2011) afirmam que o papel de um negócio de relacionamento com o cliente é encontrar clientes e construir

relacionamentos. Já o negócio de inovação de produto é conceber novos produtos e serviços atraentes e descobrir a melhor forma de trazê-los para o mercado. Um negócio de infraestrutura objetiva construir e gerenciar instalações para tarefas operacionais repetitivas de alto volume, como logística e armazenamento, fabricação e comunicações.

Modelo de negócio cauda longa - concentra-se na idéia de que um lucro provém da venda de variados produtos de nicho, em vez de uma elevada quantidade de um ou de poucos produtos. Requer baixo custo de estoque e plataformas robustas que tornem acessíveis aos nichos o conteúdo que a empresa comercializa. O conceito de cauda longa foi cunhado por Chris Anderson para descrever uma mudança de paradigma na mídia. São três os estímulos econômicos que fizeram crescer a indústria de mídia: a democratização das ferramentas de produção; a democratização da distribuição (conseguida pelo acesso à Internet) e; queda nos custos de produção entre oferta e demanda - graças à existência de motores de pesquisa e de recomendação de classificações por usuários e comunidades de interesse.

Plataformas de múltiplos lados – conhecidas também pelos economistas como mercados multilaterais, proliferaram com o surgimento das TICs. Essas plataformas reúnem grupos distintos e independentes de consumidores, criam valor conectando esses grupos. Portanto, a interação é o fator que cria valor, sendo que, quanto mais utilizadores a plataforma conseguir atrair, maior é o efeito de rede. Exemplo: Google, facebook, jornais ligam leitores a anunciantes.

Modelo de negócio Grátis - pelo menos um Segmento de Clientes substancial é capaz de se beneficiar continuamente de uma oferta livre de custos. Normalmente clientes não pagantes são financiados por outra parte do Modelo de Negócios ou por outro segmento de clientes. Alguns dos padrões grátis tradicionais são bem conhecidos como a publicidade, o chamado modelo *freemium*, fornece serviços básicos sem custos e serviços Premium por uma taxa.

Modelos de negócio abertos – consiste na partilha de conhecimento entre empresas, pode ser utilizado por companhias para criar e capturar valor sistematicamente colaborando com parceiros externos. Isto pode acontecer de "fora para dentro", explorando ideias externas dentro da empresa, ou de "dentro para fora", fornecendo a grupos externos ideias ou recursos internos.

A inovação de “fora para dentro” ocorre quando uma organização traz ideias, tecnologias ou propriedade intelectual externa para seus processos de desenvolvimento e comercialização. [...] a inovação de “dentro para fora” ocorre quando a organização licencia ou vende sua propriedade intelectual. (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, p. 110)

A diversidade de abordagens do BMC permanece relevante e atual. Por um lado, há uma perspectiva de negócio “*Business*” como uma estratégia mercadológica e comercial, conforme o conceito: “a aplicação de recursos para criar produtos e serviços para satisfazer as necessidades do mercado em relação aos competidores” (DUARTE, 2011). Por outro, emerge uma perspectiva mais ampla que considera negócio uma denominação mais genérica de transações realizadas por diversas áreas da administração e outras disciplinas nos campos industrial, comercial, financeiro e social, que ocorre entre pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público e/ou privado (DUARTE, 2011).

O segundo enunciado de Duarte (2011) converge com os interesses desta pesquisa ao citar possibilidades de transações no campo social. Além disso, ao associar o conceito de modelo, definido como “representação daquilo que se deseja construir ou reproduzir, em escala normal ou reduzida”, Duarte (2011, p. 904) demonstra o caráter bidimensional do conceito de “Modelo de Negócio” podendo ser relacionado ao domínio da Gestão da Informação e do Conhecimento.

Portanto, os conceitos advindos do BMC como uma alternativa metodológica e estratégica podem ser aplicados aos negócios de cunho social, científico e cultural como é o caso das universidades públicas, visando à sustentabilidade dos serviços e produtos ofertados por suas bibliotecas especializadas como suporte para a gestão da informação científica.

Diante do referencial teórico relacionado a modelos de negócio apresentado, percebe-se que as tecnologias têm um papel preponderante na geração de produtos considerados inovadores para empresas de diferentes segmentos, haja vista os modelos de negócios de livros eletrônicos ofertados pelo mercado editorial para as bibliotecas universitárias. Há diversos agregadores de conteúdo que intermediam a relação entre editores e bibliotecas universitárias, apresentando suas plataformas para acesso aos livros eletrônicos. Este acesso se dá por meio do catálogo de títulos que, em alguns casos, podem ser comprados por título ou a por adesão a “pacotes” de livros eletrônicos. Apresentamos, na próxima subseção, uma descrição geral dos modelos de negócio de livros digitais.

3.3 MODELOS DE NEGÓCIO DE LIVROS DIGITAIS PARA BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Na literatura nacional há uma produção considerável de trabalhos científicos que abordam os modelos de negócio de livros digitais ofertados para as bibliotecas. São trabalhos que descrevem como funcionam esses modelos e debatem as suas vantagens e desvantagens

para as bibliotecas universitárias (BALCAGNI, 2016; COSTA; CUNHA, 2015; REIS, 2013; SERRA, 2015, 2017; SERRA; SANTAREM, 2017). Na literatura internacional esse tema é tratado especialmente em dois trabalhos (RAO,xxxx; GRIGSON, 2011; VASILEIOU;. ROWLEY; HARTLEY, 2012). Na Iberoamérica, também se trata o tema modelos de negócios e empréstimos de livros (ALVITE DÍEZ; LUISA, 2006; AREVOLO, 2012; CORDÓN GARCIA; ARÉVALO; DIAZ, 2011; JATUF; ORGUEZ, STROCOVSKY, 2011; CLAVERO; CODINA; PERÉZ; SERRAT-BRUSTENGA, 2009; GRAELLS, 2005; RAMÍREZ, 2006).

Essas pesquisas descrevem as características dos modelos existentes, com base na literatura, começando por categorizar as duas principais possibilidades: a aquisição perpétua e a assinatura.

Modelo de negócio por aquisição perpétua – tem-se uma idéia de propriedade, mas não se configura como um direito de propriedade, teoricamente a obra pertence à biblioteca. Nesse modelo é comum que, além do valor da compra dos títulos, haja também uma taxa de manutenção da plataforma em que os livros serão acessados, cobrada anualmente ou paga antecipadamente por um período mínimo de alguns anos. No caso da biblioteca decidir descontinuar o uso da plataforma (migrando o conteúdo para um sistema interno ou para outra plataforma, se isso for permitido), o fornecedor é obrigado a fornecer uma cópia do conteúdo adquirido em outro meio digital (GRIGSSON, 2011; SERRA, 2015).

Grigsson (2011) enumera as situações de vulnerabilidade do livro digital no modelo de aquisição perpétua: mudanças de formatos dos arquivos (formatos obsoletos); o editor pode vir a encerrar suas atividades ou transferir suas obras a outro fornecedor; o fornecedor perder os direitos de distribuição do título; e o fornecedor descontinuar o uso da plataforma.

Modelo de negócio por assinatura - Essas coleções são formadas por uma seleção de títulos pré-estabelecida pela editora ou pelo agregador, que não pode ser alterada pela biblioteca, podendo conter tanto títulos novos como os de catálogo. Permite a contratação de grandes quantidades de obras, dentro de um determinado período, a custos baixos, podendo ocorrer alterações durante a vigência do licenciamento ou nas renovações, com entrada de novas obras, substituição ou remoção de outras. As inclusões podem ocorrer com novas edições, títulos lançados pelas editoras representadas pelo fornecedor ou, no caso de agregadores, com a entrada de outros editores na carteira de representação. Geralmente garante acesso simultâneo a múltiplos usuários, e o custo da assinatura é baseado no número de usuários finais (GRIGSSON, 2011)

Para as bibliotecas esse é um modelo interessante, ao permitir a inclusão de diversos títulos no acervo a baixo custo, se comparado ao modelo de aquisição perpétua, onde o licenciamento dos títulos ocorre de forma individual. Sua principal vantagem é a relação custo-benefício, pois torna possível oferecer aos usuários uma grande quantidade de *eBooks* por um valor muito menor do que seria gasto ao adquirir título a título. Por outro lado, se não houver uma avaliação criteriosa dos títulos incluídos na assinatura, corre-se o risco de acabar pagando por um conteúdo que não será utilizado. Nesta modalidade de aquisição são identificadas algumas características: o *Short Term Loan* (STL), empréstimo de curto prazo; *Patron Driven Acquisition* (PDA), aquisição orientada pelo usuário e; *Evidence Based Selection* (EBS), seleção baseada em evidências (GRIGSSON, 2011).

- *Empréstimo de curto prazo (short term loan ou STL, também pode ser chamado de pay-per-view)* - é semelhante a um aluguel para títulos específicos. Funciona da seguinte forma: o usuário pode navegar e fazer buscas em um catálogo de títulos disponíveis para empréstimo, incluindo aqueles que não fazem parte do acervo eletrônico da biblioteca. Se o usuário encontrar um livro que necessita, mas que não faz parte do acervo da biblioteca, ele pode solicitar um empréstimo de curto prazo. A biblioteca aprova a solicitação, paga a taxa correspondente (que varia entre 10 a 20% do valor de aquisição do livro), e o *eBook* é liberado para acesso por um período determinado. O tempo de utilização do título alugado é definido pelo fornecedor, com relatos de acessos de 24 horas ou 48 horas.
- *Aquisição orientada pelo usuário (patron driven acquisition ou PDA)* - muito utilizado internacionalmente, pretende ampliar o volume de títulos a que a biblioteca tem acesso para consulta, podendo realizar a compra de um *eBook* somente quando ele é de fato utilizado. Os usuários podem consultar uma interface de acesso *online* ou até pelo catálogo da biblioteca (caso os registros MARC tenham sido carregados) e buscar em um extenso catálogo de *eBooks* disponíveis para empréstimo. Caso o usuário acesse um livro, a aquisição desse título será efetivada de forma automática em um dos seguintes casos: a) após a consulta de um determinado número de páginas pelo usuário; e b) após o título ser consultado por um período pré-estabelecido, por exemplo, após 10 minutos de uso contínuo.

O modelo PDA também pode ser combinado com o empréstimo de curto prazo, concretizando a aquisição automática de um determinado título após o mesmo ter sido “emprestado” uma determinada quantidade de vezes. Exige o depósito de um crédito antecipado para cobrir os custos de aquisição gerados pelas consultas dos usuários e os

parâmetros que determinam a compra de um título podem variar muito de um fornecedor para outro.

- *Seleção Baseada em Evidências (Evidence Based Selection - EBS)* – é um modelo centrado no comportamento informacional dos usuários ao acessar a plataforma de *eBooks*. Ocorre quando o fornecedor disponibiliza por um período determinado todo o seu catálogo para utilização dos usuários, com cobrança de valor estimado pela quantidade de acessos que serão realizados. Ao findar o prazo a bibliotecas fará a aquisição perpétua dos títulos que foram mais consultados com base nas estatísticas de uso. O EBS pretende contribuir com o melhor uso dos recursos disponíveis das bibliotecas, garantindo que o investimento seja realizado em livros digitais realmente utilizados. Caso não ocorram muitos acessos, a biblioteca realizará a aquisição de títulos que não foram consultados, mas que denotam interesse do acervo, alcançando o valor acordado na contratação, garantindo remuneração ao fornecedor (SERRA; SANTAREM, 2017).

Questiona-se, no modelo EBS, o fato das estatísticas de uso serem disponibilizadas pelo fornecedor. O ideal seria que os livros pudessem estar integrados a alguma plataforma da biblioteca para possibilitar a coleta de dados, monitoramento e avaliação do comportamento informacional dos seus usuários.

O fato é que existe uma diversidade de fornecedores (distribuidores, editores e agregadores) ofertando livros digitais. Grigsson (2011) enumera alguns fatores que devem ser considerados como:

- a) Qual a quantidade de livros digitais ofertados?
- b) Se o fornecedor for um agregador, de quantos editores eles licenciam o conteúdo?
- c) O fornecedor cobre quantos assuntos que são relacionados aos interesses das bibliotecas?
- d) Quão atuais são os livros? São títulos novos? As edições mais recentes estão disponíveis?
- e) Fornecem o conteúdo de vários países e em vários idiomas?
- f) Os livros digitais também têm nas versões impressas? E o material adicional, caso haja, está incluído?

A contratação de um mesmo fornecedor para aquisição de livros digitais pode ter vantagens em termos de simplificação da gestão do contrato. Se o fornecedor for um agregador, o licenciamento pode contemplar diversos títulos, mas também podem ocorrer

limitações nas faixas de conteúdo disponíveis. Assim, pode ser preciso trabalhar com vários fornecedores ou até mesmo, licenciar diretamente com o editor caso o fornecedor não cubra todas as áreas de conhecimento que as bibliotecas necessitam, sendo necessário gerir mais de um contrato.

Serra (2016) projeta um cenário favorável na contratação de diversos fornecedores, mesmo que, quando isso ocorre, a incidência de licenciamento de títulos iguais seja uma realidade. Se diferentes agregadores representam as mesmas editoras, podem existir obras concorrentes no mesmo acervo. Isso significa que a biblioteca realiza um licenciamento em duplicidade, principalmente porque os fornecedores não permitem que os pacotes contenham títulos previamente selecionados pelos bibliotecários. Serra (2016) considera que essa redundância de títulos pode ser benéfica, caso o título tenha uma alta demanda de procura, proporcionando mais possibilidades de acesso ao recurso vinculado às diferentes formas de licenciamento.

Nesse sentido, há um cenário favorável para o editor, no entanto para as bibliotecas ainda é uma situação crítica do ponto de vista orçamentário, já que elas podem incidir no pagamento de títulos em duplicidade, que pode ocorrer também quando o título já existe no acervo físico da biblioteca. Nesse ponto não seria um problema, mas sim a possibilidade de duplo acesso ao conteúdo (físico e digital), principalmente se a forma de contratação for assinatura, onde há a possibilidade da atualização automática da edição.

3.3.1 Aquisição e acesso

Com relação ao acesso aos livros digitais adquiridos, é comum que haja alguns limites de uso impostos pelos editores. Conhecer esses limites adicionais é importante na hora de determinar qual modelo de negócio é mais adequado para adquirir livros digitais.

- a) *Acesso multiusuário*: permite que todos os usuários acessem o livro ao mesmo tempo. Normalmente ocorre no modelo de aquisição por assinatura, mas também pode estar disponível para livros digitais de acesso perpétuo.
- b) *Acesso monousuário ou usuário único*: se o livro estiver sendo usado ficará indisponível para os demais usuários naquele determinado momento até que o usuário feche o livro ou se desconecte do serviço.
- c) *Acesso por usuários simultâneos*: limita a quantidade máxima de usuários que podem acessar a plataforma ou um livro em particular ao mesmo tempo.

d) *Acesso limitado ao título*: limita o número de vezes que um título pode ser usado dentro de um determinado período, geralmente de um ano. Esse modelo é mais aplicado a bibliotecas públicas, devido ao elevado número de usuários dessas instituições.

e) *Acesso por dispositivos móveis*: permite uma alternativa de acesso aos usuários autorizados, por meio de aplicativos instalados no *tablet* ou *smartphone*, ou a possibilidade de baixar livros para *e-readers*.

O acesso multiusuário parece ser o mais abrangente em termos da promoção de uma melhor circulação dos livros digitais, minimizando as restrições. A forma de acesso está associada às condições estabelecidas no momento da negociação com os fornecedores para aquisição das coleções de livros digitais. Por isso é importante entender a abordagem apresentada no trabalho de Serra (2018, p.27) sobre a teoria da primeira venda (*first sale doctrine*). A autora faz uma revisão da literatura internacional sobre a temática e afirma que a teoria é aplicada a objetos físicos, sustentando que: “quando uma obra é adquirida, sua propriedade é transferida ao adquirente, que pode fazer o uso que desejar deste objeto. Esta característica permite que as bibliotecas realizem empréstimos, doações, permutas, vendas ou descartes[...]”

Rao (2005) também ressalta a importância do princípio da “primeira venda” como uma prática secular. Mesmo que a biblioteca tenha a posse da obra, os direitos autorais não são transferidos, portanto, existem restrições relacionadas à cópia do conteúdo sem autorização do representante legal. No caso do livro digital, ele contém tecnologias que impedem a revenda, empréstimos, cópias e doações, gerando uma complexidade no processo de compra, os livros deixam de ser propriedade para serem licenciados, principalmente quando o modelo de negócio adotado pelas bibliotecas é a modalidade assinatura. Portanto, a teoria da primeira venda não é aplicável para o livro digital (SERRA, 2018).

Ocorre que, quando uma biblioteca realiza a aquisição de uma coleção de livros digitais, ela não poderá oferecer o serviço de empréstimo interbibliotecário, porque as plataformas não suportam a aplicação de empréstimo entre bibliotecas. Essa questão também pode ocorrer com a aquisição perpétua, caso haja o término ou rompimento de contrato de editores ou autores, ou ainda, a descontinuidade da plataforma de leitura ou eventuais restrições legais (SERRA, 2018).

As questões relacionadas aos direitos autorais impactam diretamente no processo de aquisição e conseqüentemente o acesso e uso dos livros digitais pelos usuários das bibliotecas universitárias. A *European Bureau of Library, Information and Documentation Associations*

(EBLIDA, 2013) é uma organização independente que desenvolve estudos e ações de trabalho promovendo a divulgação de princípios que norteiam a atividade bibliotecária em relação ao uso de conteúdos digitais em bibliotecas. Ela tem como objetivo garantir o livre acesso à informação por meio de uma estrutura atualizada de direitos autorais que permita a construção de uma rede de bibliotecas e informações robusta, inclusiva e sustentável em toda a Europa.

A EBLIDA redigiu um documento para a União Européia (UE) especificamente destinado à utilização de livros digitais em relação a questões de direitos autorais e licenciamento.

A EBLIDA apela à Comissão da UE para um quadro claro de direitos de autor que permita às bibliotecas adquirir e emprestar *eBooks* com remuneração adequada aos autores e demais titulares de direitos. Assim como com livros impressos, uma estrutura atualizada de direitos autorais deve permitir que as bibliotecas continuem ofertando serviços em benefício de todos os cidadãos europeus. Aprovado pelo Comitê Executivo e Força Tarefa do EBLIDA sobre *eBooks*. (EBLIDA, 2013, tradução nossa)

Esse documento também menciona o quão significativa foi a mudança na teoria da primeira venda quando se trata dos *eBooks*. Para a EBLIDA (2013), trata-se de uma mudança inaceitável que afeta significativamente o poder de decisão das bibliotecas para a formação das coleções, sendo condicionada às regras estabelecidas pelos editores. O documento também faz referência ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias que decidiu que a compra de software aplica-se tanto a *downloads* eletrônicos quanto a mídias físicas.

O estudo de Geist (2012) enfoca como o Congresso norte-americano aborda a teoria da primeira venda. Segundo a autora, editores conseguiram, junto ao Congresso, a possibilidade de abandonar a teoria da primeira venda a favor de um mercado que permita aos editores licenciar, em vez de vender, seus trabalhos. Isso significa que as bibliotecas acabaram despojadas do seu direito de efetivamente operar na era digital ficando “à mercê das forças do mercado sem poder competir pelo controle”. Por isso são necessárias políticas públicas para que as transações entre editores e bibliotecas possam garantir a preservação do acesso público e irrestrito na era digital.

Serra (2018) destaca alguns princípios importantes relacionados aos livros digitais apresentados pela EBLIDA:

- a) aquisição: a biblioteca tem o direito de poder adquirir todos os títulos de livros digitais disponíveis, a partir do momento de seu lançamento e em formatos interoperáveis; b) acesso: possui o direito

de disponibilizar os livros digitais aos seus usuários por período definido pela instituição, assim como garantir o acesso simultâneo a usuários identificados; c) download: garante a realização do download no espaço da biblioteca ou por acesso remoto autenticado; d) negociação: com fornecedores, buscando alternativas aceitáveis para bibliotecas e editores; e) serviços: as licenças dos livros digitais devem contemplar o empréstimo entre bibliotecas; f) acesso contínuo e preservação de longo prazo: opção de armazenar o arquivo digital permanentemente, podendo transferi-lo para outras plataformas, de acordo com mudanças tecnológicas. Bibliotecas devem receber todas as versões existentes caso a publicação adquirida não esteja mais disponível comercialmente. Os termos contratuais da licença não devem ultrapassar as disposições legais relacionadas à entrada da obra em domínio público; g) disponibilidade de metadados: devem ser oferecidos pelos fornecedores para que a biblioteca os inclua em seus catálogos bibliográficos; h) preços: os valores dos livros digitais não devem ultrapassar os preços estabelecidos em suas versões impressas e podem sofrer decréscimo de acordo com a data da publicação; i) privacidade: os dados pessoais dos usuários devem ser processados e armazenados exclusivamente pelas bibliotecas, não sendo aceitável o acesso a terceiros como editores ou fornecedores, a não ser que consentido (EBLIDA apud SERRA, 2018, p.31)

A *American Library Association* (ALA) elaborou um relatório com orientações sobre os requisitos que as bibliotecas públicas devem considerar quando adotam coleções de livros digitais. É um relatório que considera o mercado americano de produção de *eBook* e a própria cultura local de uso das bibliotecas públicas, contudo, constitui-se em documento de referência aplicável a qualquer tipologia de bibliotecas e contextos diferenciados.

Entre as recomendações, destacamos duas: as bibliotecas devem ter uma opção para efetivamente possuir os *eBooks* que adquirem, incluindo o direito de transferir para outra plataforma e continuar a emprestá-los indefinidamente; e editores ou distribuidores devem fornecer metadados e ferramentas de gerenciamento para melhorar a descoberta de *eBooks*. Os editores podem tentar proibir, por acordos de licença, a partilha de títulos entre mais de uma instituição operando em consórcios ou redes interbibliotecárias. Em essência, se isso acontece, não é diferente de uma biblioteca que restringe a circulação para outras instituições da sua rede, e deve-se tentar evitar, ao máximo, esse tipo de restrição nos termos contratuais.

As bibliotecas universitárias têm um modelo de negócio livre de restrições, com serviços que asseguram o acesso aos conteúdos sem necessidade de novo investimento financeiro, e sem interferir nos direitos de autor, com autonomia para definir quais obras serão adquiridas, de acordo com sua política de aquisições. Diante da perspectiva apresentada, percebe-se que o cerceamento da missão das bibliotecas universitárias em função das

restrições para empréstimo de livros digitais adquiridos (livre circulação) é uma discussão que envolve questões jurídicas sobre direitos autorais, propriedade intelectual e políticas públicas. A idéia do licenciamento é aplicável a *softwares*, mas será que é interessante aplicá-lo aos livros digitais?

Editores e bibliotecas existem para fornecer acesso a informações. Nesse sentido há uma convergência de interesses, porém eles operam sob diferentes perspectivas. Editoras comerciais permitem o acesso à informação na perspectiva do lucro. Já a perspectiva das bibliotecas é fornecer o acesso livre. No entanto, apesar das diferenças irreconciliáveis, editores e bibliotecas conseguiram coexistir ao longo da história. Há um mercado estabelecido e uma relação que necessita de maior equanimidade diante do surgimento dos livros digitais como suportes com alto potencial de acesso, porém imersos em muitas restrições.

Na perspectiva do conceito de modelos de negócio em que a Criação de Valor é um ponto fundamental, questiona-se se esse princípio tem sido aplicado em sua totalidade pelos editores para garantir a sustentação do modelo de negócios de livros digitais. Há variáveis relacionadas ao mercado de conteúdos digitais que interferem na concepção do negócio, porém o mundo dos negócios tem estratégias mais agressivas para lidar com a competitividade advinda do segmento comercial e portanto pressiona outros setores da sociedade, inclusive interferido nas políticas públicas de forma a favorecer os seus negócios. Ainda que os editores forneçam plataformas para mediar o acesso, à venda 'por pacotes' fere a autonomia das bibliotecas para a formação das suas coleções de livros digitais. Vale então a questão: qual seria o modelo de negócio de livros digitais capaz de Criar Valor para os seus usuários?

3.4 AUTOPUBLICAÇÃO COMO MODELO DE NEGÓCIO

Paralelo ao crescimento do mercado editorial de *eBooks* desenvolveu-se um novo modelo de negócio que, pode-se dizer, oferece toda a cadeia de valor do *eBook*, “incluindo os serviços de edição, aos autores que querem publicar seus próprios livros por conta própria (*self-publishing*); estes autores são denominados *indies* (*independent authors*) (SPINAK, 2016).

Segundo Spinak (2016), em 2013, nos EUA, os autores independentes conseguiram publicar mais *best-sellers* que qualquer outra editora individual. “O mercado total nos EUA para os livros autopublicados é estimado em aproximadamente 180 milhões de dólares, ou

seja, 11% do valor total do mercado de *eBooks* naquele país, com um total de quase 459 mil títulos publicados neste ano (2013)” (SPINAK, 2016).

Esta transformação e crescimento do mercado de autopublicação levou a considerar que a autopublicação pode chegar a se converter em ‘corrente principal’ (*mainstream*), e a percepção dos *publishers* é que a motivação principal, no terreno da ficção, não é a ganância econômica dos autores, mas a promoção da autoestima. No meio deste debate, nem Amazon nem Barnes & Noble revelam informações detalhada de vendas. Obviamente, este é um segmento da indústria livreira que em poucos anos está mudando dramaticamente os modelos de comportamento e as cadeias de valor do setor (SPINAK, 2016).

A pesquisa dos autores Mello, Nyko e Garavini (2016) sobre as tendências da era digital na cadeia produtiva do livro digital apresenta um exemplo de autopublicação das bibliotecas da Universidade de Minnesota, que promovem oficinas e prestam orientações, em seu site, aos interessados em criar, compartilhar e autopublicar suas obras em formato de *eBooks*. As bibliotecas universitárias, mantendo sua tradição de publicação de trabalhos acadêmicos, também estimulam o uso das ferramentas de autopublicação digital.

Outro exemplo de plataforma de autopublicação é “Lulu.com”. O modelo de negócios se baseia em ajudar autores *cult* e amadores a levar seus trabalhos ao mercado, eliminando as tradicionais barreiras de entrada, e oferecendo aos autores as ferramentas para produzir, imprimir e distribuir seu trabalho em um mercado online. Isso contrasta com o modelo tradicional de seleção de trabalhos “dignos do mercado”, é uma plataforma multilateral que serve e conecta autores e leitores com uma Cauda Longa de conteúdo segmentado, gerado por usuários (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

No Brasil, o Censo do livro digital, apesar de ter sido uma iniciativa relevante, não contemplou esse componente importante, os autores autopublicados, de forma que essa lacuna justifica a necessidade de se discutir amplamente a temática. Segundo Lindoso (2019), a autopublicação, aliada às plataformas analíticas de conteúdo, foi mudando a perspectiva dos editores de algo ‘incômodo’ para um modelo de negócios onde é possível, inclusive, prospectar a possibilidade de investimento a partir da análise dos dados registrados pelos usuários nestas plataformas.

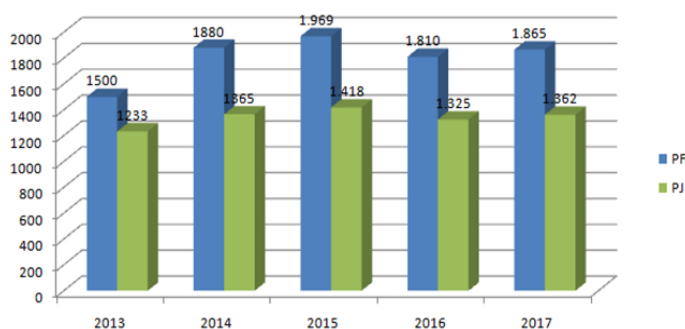
A pesquisa realizada por Viana e Odonne (2016) apresenta a autopublicação no campo científico a partir de cinco plataformas autopublicadoras (Clube dos autores, Bookess, Revolução *eBook*, Perse e Agbook), em que foram identificados, pelo menos 60 professores doutores que autopublicaram seus livros. A pesquisa demonstrou a explosão da

autopublicação nos últimos cinco anos, além de sinalizar que esta prática está lentamente avançando na área acadêmica no Brasil.

Assim, cabe discutir o conceito de autopublicação no mercado editorial. Procópio (2010) afirma que um título pode ser considerado uma autopublicação quando não há uma editora intermediando o processo, o que significa que as publicações que passam por plataformas autopublicadoras de livros digitais, que possuem o selo de um editor, não se constituem autopublicação, visto que a editora está chancelando o produto. Ao passo que um autor que solicita o prefixo editorial a biblioteca Nacional, sem um agente intermediando o processo, caracteriza seu produto como livro digital autopublicado. Nesse caso, o autor é protagonista de todo o processo na cadeia do livro. Corroborando essa idéia, Alonso Arevalo, Garcia e Diaz (2014) conceituam autopublicação como a publicação de qualquer livro ou recurso multimídia pelo autor da obra, sem a intervenção de um terceiro estabelecido como editor. O autor é responsável pelo controle de todo o processo, incluindo o design, formatos, preço, distribuição, marketing e relações públicas.

Com base na afirmação anterior, de que o autor é seu próprio agente e editor, é importante mencionar a Lei brasileira de depósito legal nº.10.994 de 14 de dezembro de 2004. Trata-se do envio obrigatório de, no mínimo, um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, para distribuição gratuita ou venda, no prazo máximo de 30 dias após sua publicação. A agência do ISBN, setor da Biblioteca Nacional, é uma fonte de informação importante que permite identificar os editores (pessoas físicas) registrados na base de dados. Verifica-se, a partir desses dados, que a quantidade de autores independentes é maior que o número de editoras (pessoa jurídica) conforme demonstra o gráfico 02 a seguir

Gráfico 02– Quantidade de editores (pessoa jurídica) e editores (pessoa física) de 2013 - 2017



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O gráfico 2 chama atenção para o fato de existirem mais registros de editores pessoas físicas do que editores pessoas jurídicas, apresentando um cenário brasileiro importante. Porém, será que esses dados representam um aumento de autopublicação de livros no Brasil? Como identificar se esses autores independentes publicaram livros impressos ou *eBooks*? Qual a qualificação desses autores independentes? Nesse momento, essa pesquisa não dará conta de responder a todas essas questões, contudo busca-se apresentar um cenário brasileiro a partir de uma fonte de informação oficial e legalmente reconhecida no país, a Biblioteca Nacional, a partir da agência do ISBN, fornecendo indícios de que há uma dinâmica no mercado editorial voltada para autopublicação de livros digitais como um modelo de negócio em ascensão.

Os autores Alonso Arevalo, Garcia e Diaz (2014) apresentam pelo menos dez vantagens e seis desvantagens da autopublicação de um livro digital:

Quadro 4 - Vantagens e desvantagens da autopublicação

Vantagens	Desvantagens
1. <i>Controle sobre conteúdo e design</i> - o autor tem total responsabilidade pelo seu conteúdo e, marketing	1. <i>Custos</i> - O autor é responsável por todos os custos da publicação de seu livro, como edição, design e produção.
2. <i>As revisões</i> - possibilidade de realizar alterações e atualizações online	2. <i>Edição</i> - O autor tem que executar as tarefas de revisão e correção
3. <i>Renda</i> - os autores podem receber entre 35 e 70% das vendas. Os autores podem vender diretamente aos clientes, obtendo os benefícios anteriormente percebidos pelos distribuidores e revendedores.	3. <i>Equipe editorial</i> - Além de um editor, muitas pessoas participam da edição de um livro. Essas pessoas podem incluir um assistente editorial, editor técnico, editor de estilo, diretor artístico, publicitário e departamento de vendas.
4. <i>Conexão direta com os leitores</i> - fomenta uma manutenção de relações mais próximas com seus leitores.	4. <i>Marketing</i> - Uma editora tradicional tem uma marca de prestígio e uma identidade que dificilmente pode ter um autor. Isso é importante para ter revisões em publicações, blogs, programas de rádio e televisão.
5. <i>Controle de preços</i> - é possível mudar o preço do livro sempre que o autor quiser	5. <i>Prestígio</i> - Quando em anos anteriores um livro foi publicado em autopublicação, foi porque o autor não conseguiu que nenhum editor o publicasse. Isso implicou um estigma de negatividade, que ainda hoje, embora em menor grau, continua a existir.
6. <i>Tempo de comercialização</i> - é possível incluir um livro digital no mercado em algumas semanas	6. <i>Traduções</i> - Os editores tradicionais estabeleceram relações em todo o mundo com outros editores para ajudar o autor a obter a tradução do livro para outros mercados
7. <i>Distribuição mundial</i> - alcance global desde o primeiro dia.	
8. <i>Controle de direitos internacionais</i> - o autor ganhará mais porque não está compartilhando a renda com um editor.	
9. <i>Controle de vendas</i> - Os distribuidores de e-books online fornecem resultados de vendas em tempo real ou quase em tempo real; Isso permite que o autor acompanhe melhor suas vendas	
10. <i>Flexibilidade</i> - O autor tem o direito de negociar diretamente com outros editores	

Fonte: adaptado de Alonso Arevalo, Garcia e Diaz (2014)

A autopublicação de livros digitais é um tema com escassez de investigação no âmbito da Ciência da informação. É uma questão voltada para a produção de publicações e sinalizada como uma tendência do mercado editorial mundial de livros digitais. Cabe a questão: esse modelo de negócio tem aderência para a composição de acervos para bibliotecas universitárias? Se atualmente os modelos de negócios estão centrados em agregadores de conteúdo que custodiam as coleções de livros digitais mediante suas plataformas digitais, como os autores independentes poderiam vender para as bibliotecas universitárias? Significa que o mercado para os autores independentes é exclusivamente destinado às pessoas físicas? A autopublicação tem potencial para se tornar um serviço para as bibliotecas universitárias se (re)posicionarem como geradoras de conteúdo? Nesse caso, considerando um dos princípios do conceito de modelos de negócio, será que a biblioteca universitária estaria Criando Valor para os seus usuários?

A autopublicação foi incluída no âmbito desta pesquisa com a finalidade de entender as variáveis decorrentes desta desintermediação e vislumbrar possíveis alternativas de serviços ou negócios que possam ser ofertados pelas bibliotecas universitárias brasileiras, como ocorre com algumas universidades norte-americanas, conforme exemplo citado anteriormente. Até onde essa pesquisa alcançou, em termos de referencial teórico, não foram identificadas experiências nesse sentido por parte das bibliotecas universitárias brasileiras. Portanto, parece ser um campo fértil para investigação e fomento de discussões com base no referencial teórico e metodológico da Ciência da Informação.

4 METODOLOGIA

O Campo de pesquisa da CI situa-se na área das Ciências Sociais aplicadas apresentando variadas possibilidades de abordagens, métodos e técnicas de pesquisa. Souza (2003) apresenta as classificações da pesquisa no campo da CI em termos de metodologia, chegando à conclusão que há uma predominância da abordagem quantitativa, devido ao emprego da bibliometria e cienciometria, mas também verifica a presença dos estudos quali-quantitativos e qualitativos. Esses estudos qualitativos seguem linhas de pesquisa nas áreas de informação e sociedade; teoria, epistemologia e interdisciplinaridade; configurações sociais, contextos e políticas da informação que são mantidas por alguns programas de pós-graduação.

Sobre a abordagem qualitativa, Triviños (2009) afirma, em seu livro de introdução à pesquisa em Ciências Sociais, que há uma dificuldade para definir a pesquisa qualitativa e que alguns denominam “estudos etnográficos” enquanto outros chamam de “estudo qualitativo”. O aparecimento da pesquisa qualitativa na Antropologia surgiu naturalmente a partir da percepção dos pesquisadores que muitas informações da vida dos povos não poderiam ser quantificadas ou restritas a um dado objetivo, mas precisavam ser interpretadas, o que não significou o abandono dos posicionamentos positivistas. O autor ainda acrescenta que toda pesquisa pode ser ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, a análise qualitativa pode ter apoio quantitativo, mas geralmente se omite a análise estatística ou seu emprego não é sofisticado. Minayo (2009) acrescenta:

A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2009, p. 22).

Portanto, considerando a problemática já explicitada na subseção 1.1 e o objetivo geral da pesquisa, qual seja, elaborar parâmetros para um modelo de gestão de livros eletrônicos para bibliotecas universitárias considerando sua livre aquisição e circulação, acredita-se que a abordagem que melhor se adequou a esse escopo foi a qualitativa, sem abandonar totalmente o dado quantitativo para realizar a análise de dados.

Quanto ao tipo, a pesquisa pode ser caracterizada como descritiva. Para Triviños (2009), os estudos descritivos têm o objetivo de aprofundarem a descrição de determinada realidade e observar as variáveis.

Os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa, etc. (TRIVIÑOS, 2009, p. 112).

Nesse sentido, apresenta-se, na próxima subseção, a delimitação da pesquisa, o método e as técnicas empreendidas para o alcance dos objetivos propostos.

4.1 DELIMITAÇÃO O CAMPO DA PESQUISA

Para delimitar o campo da pesquisa, foi necessário conhecer o cenário externo relacionado à introdução dos livros eletrônicos nas universidades brasileiras. Para tanto, utilizou-se como fonte de coleta de informação a base de dados *e-Mec* do Ministério da Educação, que relaciona todas as Instituições de Ensino Superior (IES) com cursos de graduação reconhecidos no Brasil.

Foi realizada uma busca avançada na base de dados aplicando um filtro que resultasse IES cuja organização acadêmica fosse: universidade; e a categoria administrativa: pública (federal, estadual e municipal). Esse resultado gerou o quantitativo de 109 (cento e nove) universidades públicas, sendo realizada sua exportação para uma planilha .xls. De posse dessa planilha, uma matriz com a relação de todas as universidades públicas brasileiras com reconhecimento pelo MEC (anexo 1). Uma primeira análise identificou a necessidade de incluir a variável “Região” na tabela, classificando cada estado em sua respectiva região. Desta forma, seria possível delimitar as IES da região nordeste, foco deste trabalho, já que a busca avançada na base e-Mec não tem opção de filtro por região. Feito isso, foram identificadas 34 (trinta e quatro) IES públicas na região nordeste conforme tabela 1

Tabela 2 – Universidades públicas na região nordeste do Brasil

Estado	Qtd	Categoria administrativa		
		Federal	Estadual	Municipal
Alagoas	3	2	1	0
Bahia	8	4	4	0
Ceará	6	3	3	0
Maranhão	4	1	3	0
Paraíba	3	2	1	0
Pernambuco	4	3	1	0
Piauí	2	1	1	0
Rio Grande do Norte	3	2	1	0
Sergipe	1	1	0	0
TOTAL	34	19	15	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Após esse levantamento, foi realizado um mapeamento, nos sites dessas IES, com o objetivo de identificar quais delas divulgavam, em seus sites, coleções de livros eletrônicos, verificando os editores/distribuidores ou agregadores. O resultado desse mapeamento indicou que 13 (treze) universidades públicas do nordeste possuem coleções de livros eletrônicos, conforme apresentadas no quadro 4

Quadro 5 – IES com coleções de *eBooks* disponibilizadas em seus sites

N	Instituição(IES)	Sigla	Município	UF	Categoria Administrativa
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL (UNCISAL)	UNCISAL	Maceió	AL	Pública Estadual
2	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)	UESB	Vitória da Conquista	BA	Pública Estadual
3	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)	UESC	Ilhéus	BA	Pública Estadual

N	Instituição(IES)	Sigla	Município	UF	Categoria Administrativa
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	UFBA	Salvador	BA	Pública Federal
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	UFC	Fortaleza	CE	Pública Federal
6	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)	UEMA	São Luís	MA	Pública Estadual
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	UFMA	São Luís	MA	Pública Federal
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	UNIFESSPA	Marabá	PA	Pública Federal
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	UFPB	João Pessoa	PB	Pública Federal
9	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	UFPE	Recife	PE	Pública Federal
10	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	UFRPE	Recife	PE	Pública Federal
11	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	UFRN	Natal	RN	Pública Federal
12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	UFS	São Cristóvão	SE	Pública Federal

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A princípio, essas 12 (doze) IES do nordeste seriam a amostra da pesquisa. Entretanto, ao apresentar esse resultado preliminar durante o processo de qualificação que ocorreu em 28 de fevereiro de 2018, a recomendação foi pesquisar apenas a Universidade Federal da Bahia (UFBA), para verticalizar a investigação permitindo uma maior aproximação com a realidade. Logo, o *locus* de pesquisa foi delimitado para a Universidade Federal da Bahia, já que a instituição investiu em coleções de livros eletrônicos desde 2010, constituindo-se em um campo fértil para discussão da questão de partida desta investigação centrada nos modelos de negócios de livros eletrônicos.

Embora tenha sido modificado o *corpus* da pesquisa, foi mantida a hipótese pelo fato da investigação do tema livro eletrônico ter sido realizada pela pesquisadora durante o

mestrado, concluído em 2013, fato que garante uma proximidade com a temática e embasamento conceitual relacionado ao contexto das bibliotecas universitárias e o livro eletrônico. Esse argumento é reforçado pela afirmação de Braga (2005): “[...] hipóteses relevantes aparecem em estágios avançados de reflexão, de formulações de corpo teórico e de conhecimento parcialmente estabelecido sobre uma determinada questão complexa da realidade”. Portanto, manteve-se a hipótese formulada de que: Os atuais modelos de negócios de *eBooks* não atendem satisfatoriamente aos critérios para gestão da livre aquisição e circulação de livros eletrônicos nas bibliotecas universitárias brasileiras, respeitando os interesses e necessidades dos usuários.

Da mesma forma, a pergunta de partida da investigação permaneceu a mesma. *Os modelos de negócios de livros digitais, no Brasil, são pertinentes ao imperativo da livre aquisição e circulação de livros eletrônicos nas bibliotecas universitárias?* Mantivemos a mesma questão com uma perspectiva macro, devido à necessidade, da abordagem qualitativa, de ter verificação do cenário externo para fazer inferências lógicas, com base nos dados e no referencial teórico analisado, sobre o contexto específico que está sendo investigado..

4.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para Triviños (2009), a coleta de dados na pesquisa qualitativa é um processo que se desenvolve de maneira dinâmica. Muitas vezes as ideias expressas por um sujeito numa entrevista podem recomendar novos encontros, o que faz com que a pesquisa se retroalimente constantemente. Na pesquisa qualitativa podem ser identificados métodos ou técnicas como: entrevista semiestruturada, entrevista aberta, observação livre, análise documental, pesquisa de campo, entre outras.

Ao resgatar o objetivo geral da pesquisa: Elaborar parâmetros para um modelo de gestão de livros eletrônicos considerando sua livre aquisição e circulação, foram definidas técnicas e métodos que são apresentados vinculados aos objetivos específicos.

Elencamos, no quadro 5, as estratégias metodológicas relacionando-as com cada objetivo específico:

Quadro 6 – Objetivos e estratégias metodológicas

Objetivo	Descrição	Técnicas e instrumentos
OBJ1	Caracterizar dos modelos de negócios de livros eletrônicos técnicos científicos vigentes no mercado	Observação direta e não participante, pesquisa de campo, entrevista Instrumento: diário de campo
OBJ2	Verificar como ocorre o fluxo do processo de aquisição de livros digitais;	Pesquisa de campo. Instrumento: diário de campo
OBJ3	Identificar os principais indicadores de acesso aos livros digitais gerados pelas plataformas digitais;	Análise quantitativa das estatísticas de acesso dos livros digitais nas plataformas.
OBJ4	Propor um protótipo de modelo prático que auxilie a tomada de decisão das bibliotecas universitárias com relação ao livro digital	Levantamento bibliográfico, análise dos dados

Fonte: Elaboração própria

A técnica de observação simples ou não participante desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa, apresentando, como principal vantagem em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida (GIL, 2008). Para Triviños (2009), a pesquisa qualitativa emprega a observação livre no desenvolvimento de determinada situação. Ele a classifica como observação estruturada ou padronizada, ressaltando que esse tipo de observação é usado quando se deseja colocar em relevo a existência ou a possibilidade de existência de um ou alguns traços específicos do fenômeno que se estuda, buscando a verificação de hipóteses.

Na fase exploratória da pesquisa recorreu-se à página do Sistema de Bibliotecas no site institucional da UFBA para verificar se haviam indícios de ampliação nas coleções de livros eletrônicos. Verificou-se que, além dos livros eletrônicos em português da área de saúde, a UFBA havia adquirido uma coleção nas áreas de ciência da computação, estatística e matemática, sinalizando a oportunidade de investigar as questões relacionadas à ampliação da coleção de *eBooks* na Universidade. O mapeamento de dados realizado para delimitar o campo de pesquisa também foi uma estratégia metodológica que contribuiu para sinalizar o contexto geral sobre a introdução dos livros digitais nas bibliotecas universitárias públicas.

O procedimento de observação simples ou observação não participante foi empregado para observar a lista de discussão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), mediante solicitação de autorização ao mediador do grupo. A pesquisadora não se identificou na lista de discussão e permaneceu, ao longo da pesquisa, observando as discussões levantadas pelos profissionais de informação. Esse tipo de técnica pode também ser denominada de observação encoberta e não participativa, quando a função do pesquisador é apenas observar, mas os sujeitos sob observação não sabem que estão sendo estudados (JOHNSON, 2010, p. 63).

Essa fonte de informação demonstrou ser de grande relevância para a pesquisa porque os sujeitos participantes da lista são profissionais que atuam em bibliotecas universitárias em cargos de gestão ou operacionalização de processos técnicos. Isso permitiu a verificação das problemáticas discutidas e a coleta de dados qualitativos sobre a temática para a pesquisa.

Uma oportunidade interessante para a pesquisa foi o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) ocorrido em Salvador de 15 a 20 de abril de 2018, organizado pela equipe do Sistema de Bibliotecas da UFBA. Foi realizada uma pesquisa de campo no espaço dos editores científicos que estavam expondo seus produtos e serviços digitais. O objetivo foi verificar se houve alguma mudança ou inovação nos modelos de negócio de livros eletrônicos.

Foi realizado, também, um contato com um agente envolvido na cadeia editorial, Ednei Procópio, empresário, escritor, editor, membro da Associação Nacional do Livro (ANE/DF) e, como ele mesmo se apresenta no *site*, especialista em livros digitais. Entre suas produções está o livro *Revolução eBook*. Além disso, o autor, tem uma empresa de livros e leitura chamada LIVRUS (www.livrus.com.br). A *Livrus* é uma iniciativa baseada nos conceitos de criação alternativa, colaboração, compartilhamento e convergência cultural. Foram suas ideias partilhadas no livro “Revolução eBook” relacionadas ao compartilhamento e colaboração de informações que nos levaram a selecioná-lo para participar desta pesquisa. É importante registrar sua cordialidade e a atenção disponibilizada para colaborar com este estudo.

Apresentam-se, as técnicas e procedimentos de coleta de dados vinculados os objetivos.

OBJ1. Identificou-se, a partir do levantamento bibliográfico, as características dos modelos de negócios de *eBooks* como subsídio para comparar com o atual modelo de negócio adotado pela UFBA. Além disso, a técnica de observação direta nas plataformas dos

agregadores de conteúdo (Dotlib) e editores científicos (Springer e Atheneu) permitiu verificar a usabilidade e funcionalidades oferecidas pelas plataformas.

OBJ2. Foi realizado um contato com a responsável pelo setor de aquisições da UFBA para saber se seria possível ter acesso ao contrato assinado pela UFBA e o fornecedor de *eBooks*, o que, infelizmente não foi possível. Contudo, a responsável pelo setor foi bastante solícita repassando informações sobre o processo de aquisição e o quantitativo de títulos adquiridos, dados que serão demonstrados no capítulo 5 (cinco). Realizou-se também um contato com a bibliotecária responsável pelo sistema de gestão de acervos, que repassou informações sobre o processamento técnico e acesso aos livros eletrônicos tanto via sistema de gestão da UFBA (Pergamum) quanto via plataforma do Editor.

O contato com os profissionais bibliotecários, do setor administrativo e a superintendente do SIBI foi fundamental para compreender como se dá o processo de aquisição e gestão dos livros eletrônicos em uma universidade pública. De maneira que, estudando o caso específico da UFBA, foi possível perceber, com maior propriedade, as problemáticas operacionais que envolvem a introdução do livro eletrônico nas coleções, desde a aquisição, representação, acesso e uso. O acesso a documentos internos do SIBI, como o relatório de gestão, contribuiu para evidenciar questões relacionadas à gestão e organização dos processos internos.

OBJ3. Houve contato, por e-mail, com a editora Springer a fim solicitar os indicadores de uso das coleções de livros eletrônicos adquiridas pela UFBA e da editora Atheneu. O objetivo foi coletar dados quantitativos para verificar quais os indicadores de medição são processados pelas plataformas. Os indicadores de uso dos livros das editoras Springer foram repassados dia 28 de janeiro de 2019 por e-mail. O contato diretamente com o editor mostrou-se mais eficiente do que com o distribuidor.

OBJ4. Foram verificados um documento externo a organização: o instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SIANES)/MEC que realiza a avaliação das bibliotecas para reconhecimento dos cursos e dois documentos internos: o relatório anual do SIBI/UFBA e sua política de desenvolvimento de coleções

Uma vez empreendidos esforços na coleta de dados quantitativos e qualitativos, procedeu-se a escolha da técnica de análise de dados.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Conforme explicitado na metodologia, essa pesquisa tem uma abordagem qualitativa. Para tanto, a técnica de triangulação ajudou a sistematizar o processo de análise.

A técnica de triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com a macrorealidade social. (TRIVIÑOS, 2009, p. 138)

Uma forma de representar os elementos que compõe esse procedimento de análise está demonstrada na figura 10

Figura 10 – Esquema de triangulação de dados



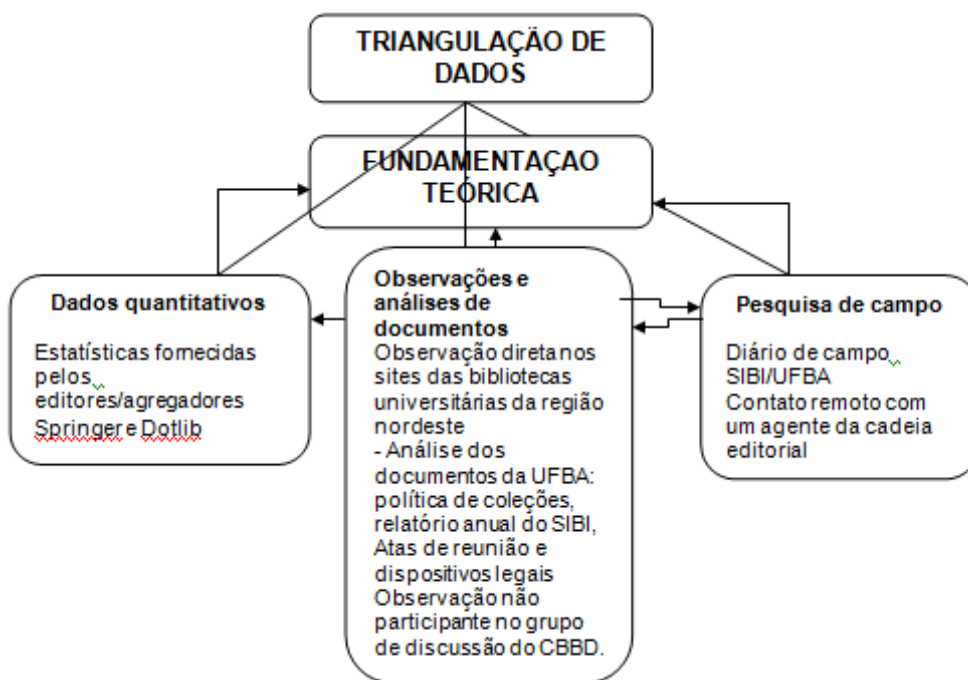
Adaptado de Triviños (2009)

Considerando os elementos da figura acima, essa análise mescla os dados mapeados via observação direta nos *sites* das bibliotecas universitárias da região nordeste, com o diário de campo. Nele consta o registro das observações realizadas durante visitas periódicas ao setor onde funciona o SIBI/UFBA, relacionando com a análise dos documentos identificados como relevantes, além do contato com um agente da cadeia editorial do livro. Para ancorar as discussões propostas, utiliza-se o referencial teórico adotado com base na rede conceitual da pesquisa representada pela figura 1, do subitem 1.1 da introdução.

Para análise e processamentos dos dados quantitativos da pesquisa (estatísticas de acesso aos *eBooks*), tivemos o apoio de uma especialista em estatística da UFBA, realizando a compatibilização dos dados enviados pelos fornecedores e gerando os gráficos para análise e discussão.

Em síntese a triangulação de dados proposta por Triviños (2009), pode ser assim representada na figura 11

Figura 11 – Método de triangulação de dados



Fonte: adaptado de Triviños (2009)

Todo esse arcabouço teórico-metodológico permite uma análise qualitativa do cenário atual dos livros eletrônicos inseridos nas coleções das bibliotecas universitárias. Ele contribuiu para se atingir o objetivo geral da pesquisa com a elaboração dos parâmetros para um modelo de gestão de livros eletrônicos que atenda a sua livre aquisição e circulação, considerando os interesses dos usuários e a sustentabilidade do serviço ofertado.

5 RESULTADOS E DICUSSÃO

Os resultados e análises são apresentados, primeiramente, destacando os resultados da **observação direta** nos *sites* das universidades públicas brasileiras para identificar editores/agregadores de livros digitais técnicos-científicos e para extrair desse universo as universidades públicas da região nordeste, foco desta pesquisa. Posteriormente, apresentamos o resultado da **pesquisa de campo**, onde foi possível verificar o papel do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) no contexto da universidade e descrever o processo de introdução das coleções de livros digitais, identificando o modelo de negócio adotado pela UFBA, categorizando os processos considerados chave para discussão como: seleção, aquisição, acesso, interoperabilidade e métricas.

Quanto à **análise documental**, utilizamos três documentos, sendo 1 (um) documento externo e dois internos. O externo é o instrumento de avaliação do INEP tem interferência direta e estratégica para as Instituições de Ensino Superior (IES), focando nas questões que envolvem a formação de acervo para as bibliotecas universitárias. Já os internos foram: o relatório anual do SIBI com vistas a identificar se o livro digital é mencionado entre suas diretrizes e a política de desenvolvimento de coleções.

Quanto à **observação encoberta e participante**, trata-se da participação não identificada da pesquisadora no grupo de discussão do Comitê Brasileiro de Bibliotecas Universitárias (CBBU). O resultado é apresentado para ancorar as discussões sobre os modelos de negócio mediante a categorização do conteúdo em: aquisição, instrumento INEP, interoperabilidade, acesso, cooperação e negociação.

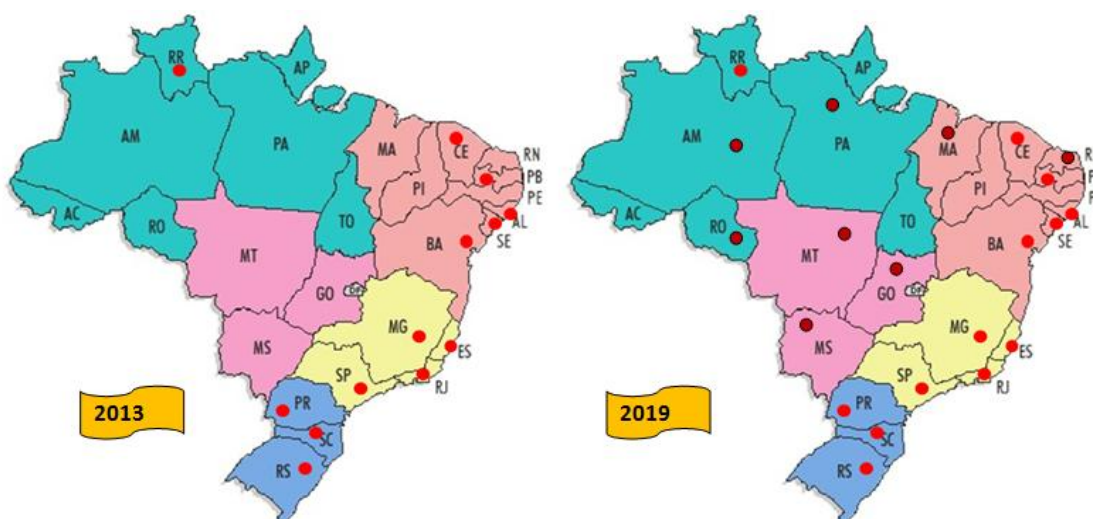
Quanto ao resultado da **entrevista não estruturada** realizada com um dos agentes da cadeia editorial, os registros das percepções e observações encontram-se na subsecção aquisição na categoria interoperabilidade.

Após a análise dos dados, apresenta-se os parâmetros para um modelo de gestão de livros digitais, organizados de forma esquemática, ou seja, um protótipo de modelo a ser implantado e testado em projetos futuros.

5.1 LIVROS DIGITAIS NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Conforme explicitado na metodologia, foi realizado um mapeamento nos *sites* das 109 (cento e nove) universidades públicas brasileiras com o objetivo de verificar se, nos *links* das bibliotecas centrais ou sistemas de bibliotecas, estavam disponíveis coleções de livros digitais identificados ora por *link*, ora pela logomarca das editoras e/ou provedores comerciais. O resultado evidenciou uma variável da nossa argumentação: o crescimento da inserção do livro digital nas bibliotecas universitárias, conforme cenário demonstrado na figura 12

Figura 12 – Cenário do crescimento das coleções de livros digitais nas bibliotecas universitárias no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Em 2013, excetuando a região centro-oeste, nas demais regiões do Brasil, encontram-se bibliotecas universitárias públicas com coleções de livros digitais adquiridas mediante modelo de negócio por assinatura ou acesso perpétuo. A maior concentração dessas coleções está entre as universidades públicas federais da região Sul-Sudeste. Os dados também sinalizam uma tendência de crescimento dessas coleções (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013). Esse crescimento foi comprovado a partir do segundo mapeamento realizado em janeiro de 2019. O mapa demonstra a presença de coleções de livros digitais em todas as regiões do Brasil. Na região nordeste apenas nas universidades do Piauí (UESPI e UESPI) não foi identificado, no *site*, nenhum tipo divulgação. Já na região norte, não há menção a

livros digitais nos estados do Amapá (UEAP, UNIFAP), Acre (UFAC) e Tocantins (UNITINS, UFT, UnirG).

Um dado que chama atenção no relatório com a relação das 109 universidades públicas brasileiras é o fato da grande maioria já possuir credenciamento para cursos a distância. Em apenas 12% (13) delas não foi verificado o credenciamento. Pode-se considerar um cenário propício a expansão dos livros digitais com vistas a atender a demanda dos usuários em todas as modalidades de cursos destas universidades.

5.2 LIVROS DIGITAIS NAS BIBLIOTECAS DA REGIÃO NORDESTE

Das 109 (cento e nove) universidades públicas brasileiras, 33 (trinta e três) estão na região nordeste e destas, 13 (treze) possuem em seu acervo coleções de livros digitais. Apenas nas universidades públicas do Piauí não foram verificadas coleções de livros digitais.

Quadro 07 - Universidades públicas do nordeste com coleções de livros digitais

Instituição(ES)	Sigla	Município	UF	Região	e-Book	Editores/agregadores	Categoria Administrativa	Tipo de Credenciamento
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS - UNCISAL (UNCISAL)	UNCISAL	Maceió	AL	NE	SIM	Dotlib/Springer	Pública Estadual	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	UFAL	Maceió	AL	NE	SIM	Person	Pública Federal	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)	UESC	Ilhéus	BA	NE	SIM	Person	Pública Estadual	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)	UESB	Vitória da Conquista	BA	NE	SIM	Ebrary	Pública Estadual	Presencial - Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	UFBA	Salvador	BA	NE	SIM	Dotlib/Springer	Pública Federal	Presencial - Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	UFC	Fortaleza	CE	NE	SIM	Dotlib/Springer/Atheneu/Zahar	Pública Federal	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA)	UEMA	São Luís	MA	NE	SIM	Person	Pública Estadual	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	UFMA	São Luís	MA	NE	SIM	Atheneu, e-papers, Zahar e Springer (Dotlib)	Pública Federal	Presencial - Superior
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)	UEPB	Campina Grande	PB	NE	SIM	Dotlib/Atheneu/Minha biblioteca/Ebrary	Pública Estadual	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	UFPB	João Pessoa	PB	NE	SIM	Ebsco	Pública Federal	Presencial - Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	UFPE	Recife	PE	NE	SIM	Dotlib/Springer/Atheneu	Pública Federal	EAD - Superior / Presencial Superior
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	UFRPE	Recife	PE	NE	SIM	Ebrary	Pública Federal	EAD - Superior / Presencial Superior

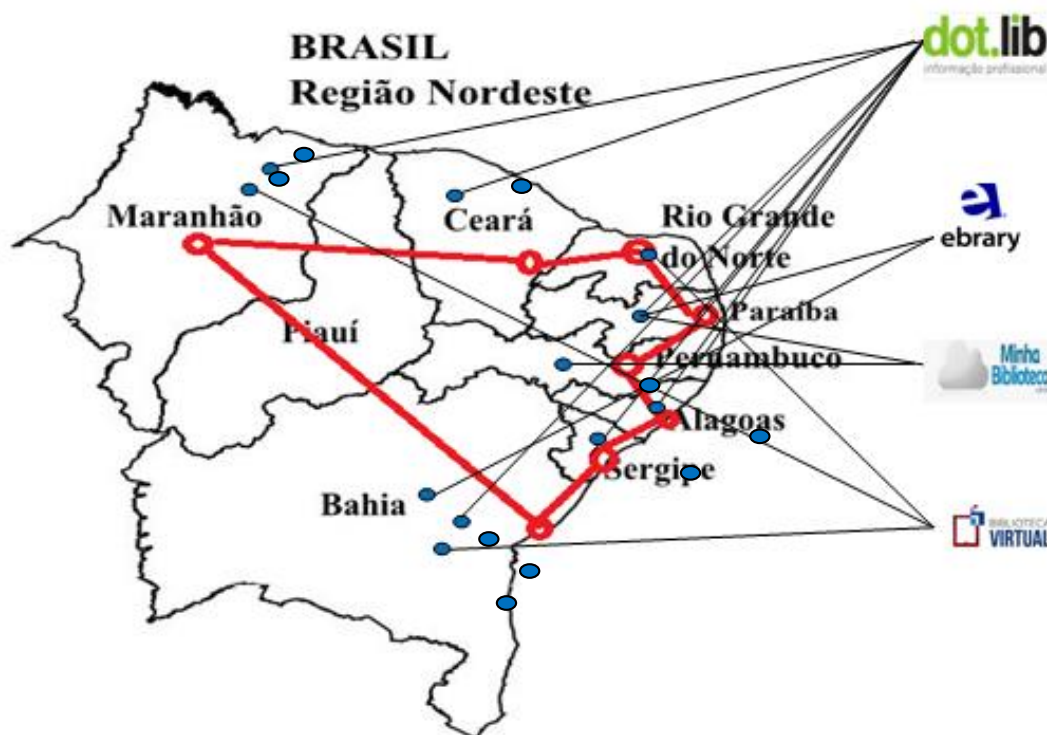
Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em 2013, apenas 5 (cinco) universidades públicas da região tinham coleções de livros digitais (UFBA, UFS, UFC, UFAL e UFPB) representando apenas 15% em relação ao total (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013). Nos últimos seis anos, houve um crescimento significativo que hoje representa 39% em relação ao total de universidades públicas do

nordeste. O número significa, ainda, que essas mesmas universidades citadas conseguiram sustentar o serviço de acesso e uso a essas coleções.

Extraindo do mapa apenas a região nordeste e estabelecendo ligações entre esses estados com destaque para os fornecedores, tem-se a situação apresentada na figura 13

Figura 13– Destaque dos fornecedores de *eBooks* por estado



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Das 13 IES do nordeste que tem coleções de livros digitais, observa-se a presença de pelo menos 4 (quatro) agregadores de conteúdo: Dotlib (foram identificadas as editoras Atheneu, Zahar, Springer, *epapers*, Ovid); os consórcios da editora Pearson (quetrabalha somente com o modelo de negócio de pacotes de livros digitais assinados com o produto chamado “biblioteca universitária”); o produto “minha biblioteca” e; o agregador de conteúdo Ebrary.

O agregador Dotlib está presente na maior parte das Universidades: UNCISAL, UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFS; a Ebrary na UFBA e UFPE; o consórcio de editores da editora Pearson com o produto “biblioteca universitária” está presente em três universidades: UFRN, UEMA, UESC; e o consórcio “minha biblioteca” está presente na UFPE e UFPB. Não se pode inferir que as universidades que contrataram os agregadores

Dotlib e a Ebrary tenham as mesmas coleções, embora exista a ocorrência de mesmas editoras. Para esse fim necessitaria-se de uma pesquisa mais apurada nas listas de livros digitais adquiridos por cada universidade e de um trabalho comparativo. As universidades que adquiriram os produtos consorciados “minha biblioteca” ou a “biblioteca universitária” da editora Pearson possuem exatamente as mesmas coleções de livros digitais, visto que são modelos de negócio que ofertam um produto resultante de um consórcio entre diversos editores científicos.

Embora o mapa sugestione uma rede com elos (em vermelho) entre estados, coleções de livros digitais e universidades, com destaque, fora do mapa, para o editor/distribuidor/agregador, não é assim que funciona na prática, cada universidade escolhe/compra/assina individualmente seus livros. Se existem livros digitais em universidades públicas federais e estaduais dos mesmos fornecedores, a cooperação entre instituições de mesma natureza administrativa por uma rede consorciada a nível regional ou federal pode ser um modelo de negócio viável para essas universidades públicas se posicionarem de uma maneira mais competitiva junto aos editores.

A cooperação entre bibliotecas já existe desde o início do século 20, mais precisamente, o empréstimo entre bibliotecas (TOMMAEL, 2005). Nos anos 1990, as redes de cooperação intensificaram-se em função da tecnologia (KRZYZANOWSKI, 2007). Com a consolidação das redes digitais, as possibilidades de alianças se tornam cada vez mais indispensáveis para o desenvolvimento de práticas comuns entre instituições afins. O relacionamento e a cooperação são inerentes ao ser humano, em todas as atividades e áreas do conhecimento. A formação de redes fortalece as partes envolvidas, reduzindo os custos das operações e diminuindo o tempo gasto em cada fase do processo (TOMMAEL, 2005).

A participação em redes parece ser mais que uma necessidade, para o desenvolvimento de produtos e serviços em sintonia com o ambiente informacional que nos cerca e cresce a cada dia. Contudo, ainda que a lógica de redes tecnológicas permita estruturar o não estruturado preservando a flexibilidade, Castells (2017) chama a atenção que essa flexibilidade pode ser tanto libertadora como repressiva, depende de quem define as regras.

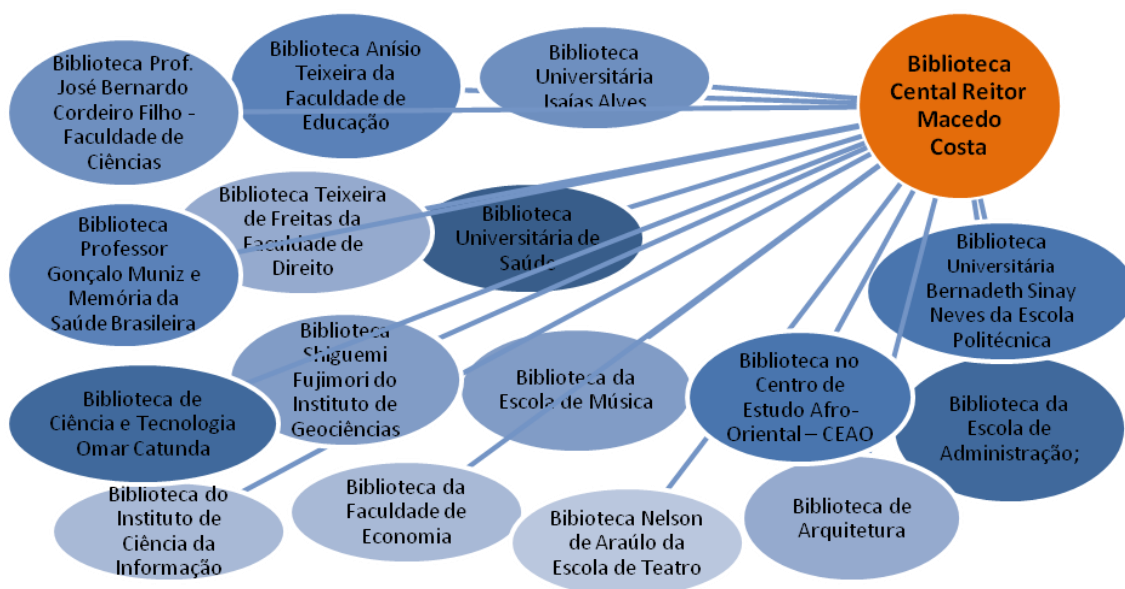
Mesmo que os livros digitais tenham um alto potencial de acesso e circulação em função de serem artefatos digitais com características de alta penetrabilidade e pervasividade (CASTELLS, 2017), um mesmo título pode ser acessado ao mesmo tempo por diversos usuários diferentes, assim como pode assumir novas configurações. Nos atuais modelos de negócio que operam no mercado editorial brasileiro são as editoras/agregadoras que ditam as regras. Ao limitar a escolha dos títulos dos livros digitais em função da pouca oferta no

mercado para formação das coleções, elas acabam por sobrepor, à ação da seleção, a possibilidade de integrar um grande volume de recursos por meio dos “pacotes” de assinaturas das bases de dados de livros digitais (MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013). Ao limitar a seleção em função de reserva de mercado e direitos autorais, acaba por gerar uma reação em cadeia para os demais processos da biblioteca como: a aquisição, o acesso e uso, significando o cerceamento dos princípios da livre circulação de livros preconizados pelas bibliotecas universitárias (GRIGSSON, 2011; GEIST, 2012; EBLIDA, 2012).

5.3 LIVROS DIGITAIS NA COLEÇÃO DA UFBA

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA) foi institucionalizado pela Resolução nº 03 de 08 de junho de 2009, do CONSUNI, na condição de Órgão Suplementar com finalidade de oferecer suporte informacional ao desenvolvimento da pesquisa, do ensino e da extensão, bem como apoiar os programas e projetos elaborados pela reitoria ou pelas unidades a eles vinculadas (UFBA, 2018). A partir de então, esse Órgão Suplementar, passaria a se responsabilizar pela coordenação sistêmica das atividades fins e administrativas das Unidades de Informação.

Figura 14 - Unidades de Informação (UI) do SIBI/UFBA

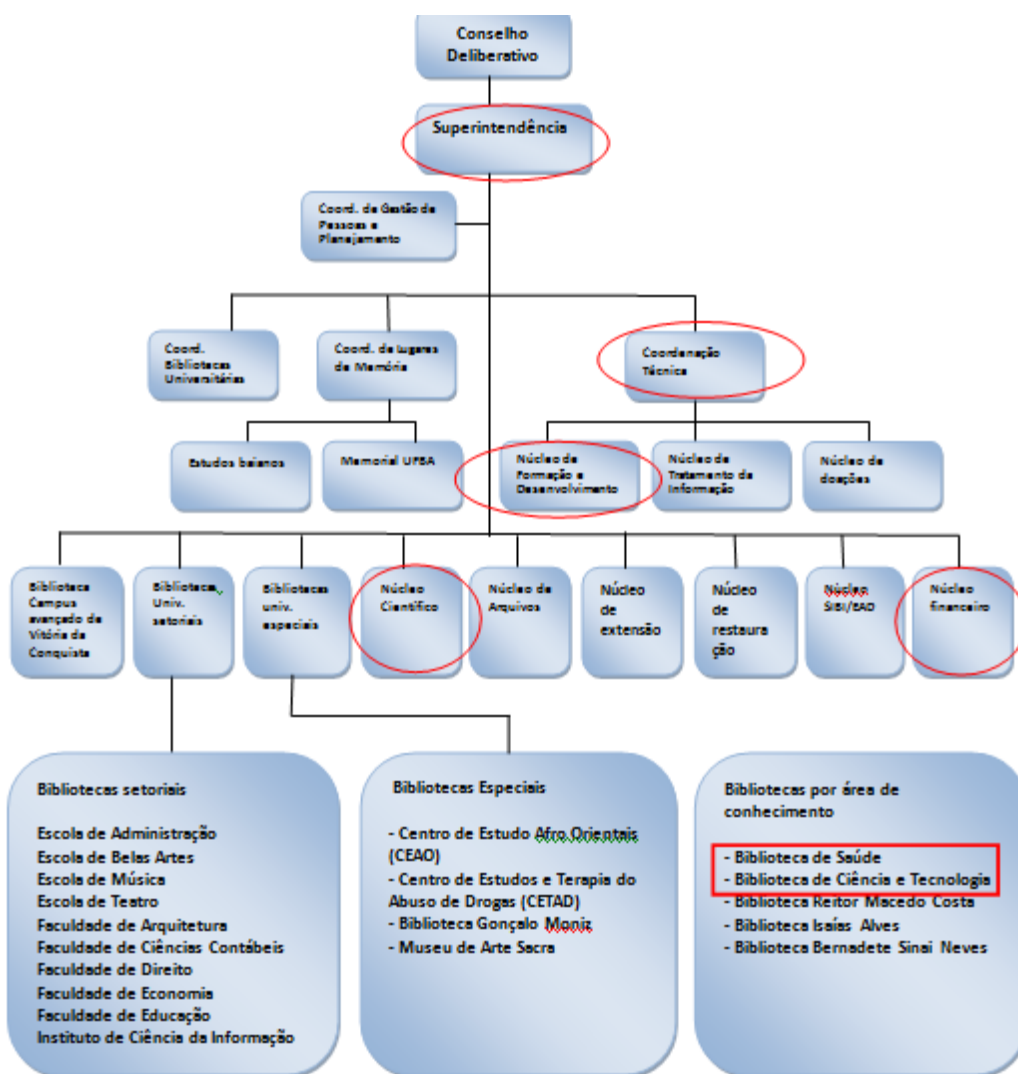


Fonte: elaboração própria (2019)

A partir da figura 14 é possível perceber a dimensão do SIBI com as UI vinculadas à biblioteca central Reitor Macedo Costa. Somam um total de 19 Bibliotecas Universitárias que

podem ser classificadas como: bibliotecas setoriais (5), bibliotecas especiais (4) e bibliotecas por área de conhecimento (10), estas últimas, atendem a diversos cursos de graduação. O organograma figura 15 representa os vínculos hierárquicos dos setores do SIBI.

Figura 15 - Organograma do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFBA

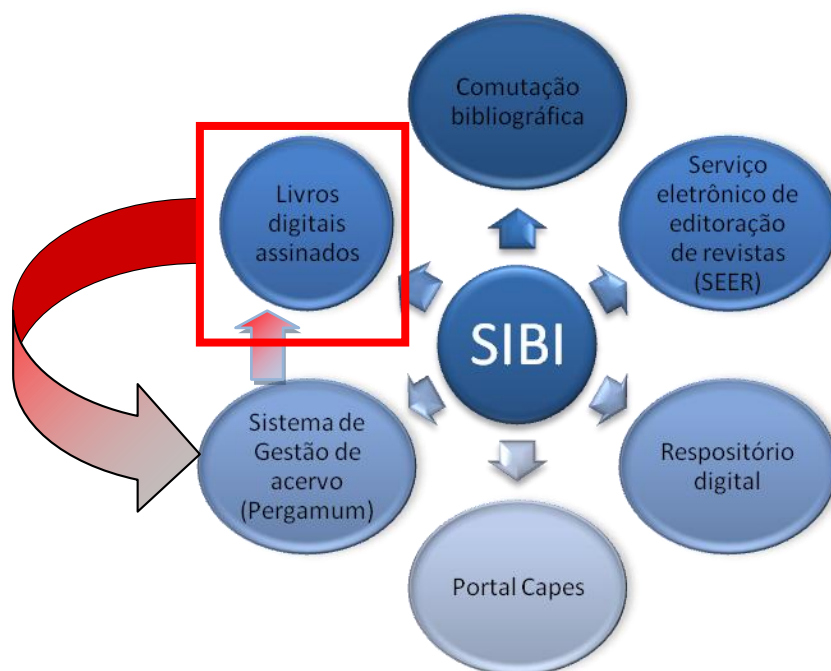


Fonte: Adaptado do relatório anual do SIBI (2018)

Os setores destacados com um círculo vermelho foram objetos da pesquisa de campo: a superintendência, a coordenação técnica, o núcleo de formação e desenvolvimento de coleções, o núcleo científico e o núcleo financeiro. As bibliotecas por área de conhecimento que estão marcadas com um quadrado vermelho representam as áreas em que foram investidos recursos para aquisição das coleções de livros digitais.

A biblioteca universitária tem um papel importante no ciclo da comunicação científica. Em termos de bases tecnológicas, o SIBI conta com alguns serviços para disseminação da produção científica.

Figura 16 - Serviços de base tecnológica do SIBI/UFBA



Fonte: autoria própria, 2019

As possibilidades proporcionadas pela rede digital acabam por impulsionar as bibliotecas universitárias a inovarem em seus serviços e produtos, gerando desafios relacionados à disseminação da produção científica, às práticas tradicionais de publicação, uma maior consciência sobre a gestão de direitos autorais e propriedade intelectual, a gestão de dados de pesquisa, e os esforços para aumentar a visibilidade e o acesso aos resultados de pesquisas (ACRL, 2019).

Observa-se na figura x que os serviços congregam bases tecnológicas de acesso aberto e proprietárias para as diversas tipologias de documentos (teses, dissertações, artigos científicos, livros digitais, entre outros). Os recursos tecnológicos permitiram ao cientista a apropriação dos meios de produção e distribuição da literatura científica (Weitzel, 2006), garantindo maior autonomia no processo da comunicação eletrônica. A UFBA utiliza o Dspace para gerenciar seu repositório institucional e o *Open Journal System (OJS)* para gerenciar seus periódicos eletrônicos. Ambos são sistemas resultantes da iniciativa do Modelo de Acesso Aberto da comunicação científica (*Open Access – AO*), tema que está inserido em

contextos de debates mais amplos que levantam a bandeira de modelos de negócios para uma comunicação científica eletrônica livre, pública e gratuita. O acesso aberto é caracterizado por alguns aspectos importantes:

[...] acesso livre a literatura científica; trabalho cooperativo em rede; amplo diálogo entre várias esferas antes alijadas do processo (o público e o privado, a comunidade científica e leiga, governos e cidadãos); a relação política entre acesso à informação e os direitos humanos; recrudescimento de ações para o controle bibliográfico (metadados, interoperabilidade, preservação digital, etc.) (WEITZEL, 2006, p. 103)

Um modelo de negócio híbrido é o *Scielo book*, uma iniciativa baseada em rede consorciada entre editoras universitárias que produzem livros digitais nas duas modalidades: acesso aberto e comercial. Os livros digitais produzidos pela Editora Universitária da UFBA (EDUFBA) estão também catalogados e vinculados ao Repositório Institucional da universidade.

5.3.1 Seleção de livros digitais

Ainda que existam diversas iniciativas de acesso aberto a livros digitais, as universidades públicas agregam ao acervo coleções de livros digitais assinadas. A pesquisa de Magalhães e Ceravolo (2013) identificou alguns critérios que poderiam influenciar a compra de uma coleção de livros digitais e verificou que a necessidade de inovação dos serviços, considerando os avanços tecnológicos, foi o critério mais relevante, seguido da pró-atividade do fornecedor em procurar a biblioteca para ofertar o seu catálogo de livros digitais. A sugestão dos docentes e discentes foi o critério de menor influência. Isso não significa que os bibliotecários não consideram as sugestões dos discentes. Contudo, essa baixa relevância, diz respeito ao desconhecimento por parte dos docentes da existência de livros digitais na sua área de competência.

A pesquisa de Bulhões e Lubisco (2018) averiguou quais as fontes de informação os docentes utilizam para atualização da bibliografia básica e complementar dos cursos. O resultado apresentou que o livro é a fonte mais utilizada, com um percentual de 96% e 15% para catálogos de editoras. O livro digital não estava entre as opções de escolha da questão da pesquisa, mas tinha a opção de descrever outras fontes, não houve nenhuma referência ao livro digital pelos docentes.

Talvez não seja tão relevante para o docente saber exatamente o suporte relacionado ao conteúdo que ele deseja, mas aos bibliotecários compete receberem as listas de aquisição, realizar uma avaliação e verificar os recursos informacionais disponíveis. Os profissionais bibliotecários também podem contribuir sugerindo possibilidades que efetivamente se adequem à realidade da biblioteca universitária e recomendar a aquisição. ou seja, sendo também pró-ativos.

A partir da análise do relatório anual do SIBI/UFBA dos últimos três anos, foi possível verificar que a aquisição do livro digital consta no planejamento do SIBI como uma das metas a serem alcançadas. Em 2015, nota-se a referência ao *eBook* como uma meta de inovação a ser alcançada.

Quadro 8 – Referência aos livros digitais nos relatórios da UFBA

Ano	Folha	Conteúdo
2018	f.52	Item 2 Planejamento estratégico 2015-2018. Ações de desenvolvimento de coleções: “ampliar a aquisição de <i>eBooks</i> ”
	p.88	Item: Metas estabelecidas para 2017: “Implementar avanços na aquisição de <i>eBooks</i> ”
2017	f.108	Item: Metas estabelecidas para 2017: “Implementar avanços na aquisição de <i>eBooks</i> ”
	f. 121	Item 2.2 Metas técnicas
2016	f. 106	Item: Metas alcançadas: “ampliou a aquisição de <i>eBooks</i> ”
2015	f.	Item: Metas alcançadas: “na área de inovação foi realizada a compra de livros eletrônicos (<i>eBooks</i>) a fim de modernizar os serviços e facilitar o acesso ao material bibliográfico”

Fonte: Relatório SIBI, 2018

De fato, a meta foi alcançada e livros digitais foram inseridos na coleção. Apresentam-se nas próximas subseções as características do modelo de negócio de livros digitais a que a UFBA aderiu.

A seleção e aquisição são processos vinculados ao planejamento, formação e desenvolvimento de coleções que têm como documento de referência a política de desenvolvimento de coleções. Esse documento estabelece as diretrizes para a sistematização e

para o crescimento consistente do acervo considerando os recursos orçamentários, o porte da biblioteca e as necessidades dos usuários (EVANS e SAPONARO, 2005). Analisando a Política de Desenvolvimento de Coleções da UFBA, verificou-se que o documento se refere aos *eBooks* como itens que causam mudanças no desenvolvimento de coleções.

Para as bibliotecas, constitui em importante ponto de mudança o acesso às redes de informações, internet, *eBooks* e bases de dados, compartilhamento de recursos e serviços cooperativos como componentes essenciais e imprescindíveis na composição do acervo (UFBA, 2010)

A literatura recomenda a elaboração de uma política de coleções exclusivamente para recursos digitais (EVANS; SAPONARO, 2005; IFLA, 2012; RODRIGUES; CARVALHO, 2013). No caso da UFBA, os recursos eletrônicos ocupam uma seção específica dentro da política, visando atender as demandas da universidade quanto aos conteúdos digitais em atendimento aos cursos de Ensino a Distância. Nesta seção não há uma referência específica ao livro digital. Quanto aos critérios de seleção dos recursos eletrônicos, eles seguem as especificações definidas pela política como: autoridade, atualidade, cobertura/conteúdo, objetividade (critério de imparcialidade), precisão, acesso, aparência e características especiais. Além disso, é mencionado, na seção 2.2.2. sobre seleção quantitativa, que: “**bibliografia básica nacional (livro impresso e digital)** serão adquiridos continuamente visando atender as recomendações do MEC, os títulos da bibliografia básica para cada disciplina de acordo com a relação exemplar/aluno” (UFBA, 2010).

5.3.2 O instrumento de avaliação do MEC e o acervo virtual

Existe um documento externo que é referência para as bibliotecas universitárias: o Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Política de Desenvolvimento de coleções da UFBA menciona esse documento como um dos requisitos fundamentais que devem ser considerados para a seleção. Vale ressaltar que o instrumento de avaliação do Ministério da Educação (2017), na dimensão 3, equivalente a infraestrutura, indicador 3.6, que se refere aos requisitos para composição da bibliografia básica por unidade curricular, já menciona o acervo virtual, como requisito para chegar à pontuação 5.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta

ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. (BRASIL, 2017, p. 32).

O instrumento refere-se a contratos que garantam acesso ininterrupto ao acervo virtual pelos usuários registrados nas IES. Essa garantia para acesso depende, por vezes, do modelo de negócios de acesso aos livros digitais que a biblioteca adotou. É necessário que o fornecedor do acervo virtual forneça informações discriminando o quantitativo de acessos simultâneos. Além disso, é necessário que haja disponibilidade total ao acervo da bibliografia básica virtual por 24 horas, em todos os dias da semana (inclusive sábados, domingos e feriados). Alguns registros podem garantir a evidência das questões citadas como por exemplo: contrato de fornecimento e manutenção dos títulos virtuais, lista de títulos emitida pelo sistema de gestão da biblioteca e lista atualizada dos últimos *logs* de acesso por títulos. Se possível, verificaremos em entrevistas se há problemas (e quais são) no acesso dos títulos virtuais, se houve acesso em finais de semana e feriados, entre outras evidências possíveis (BRASIL, 2017).

A seleção é uma etapa crítica do processo de formação e desenvolvimento de uma coleção porque é a etapa da tomada de decisão. Ao tratar do objeto desta investigação, os livros digitais, a questão torna-se ainda mais complexa porque envolve especificidades relacionadas ao objeto digital (IFLA, 2012; TAMMARO; SALARELLI, 2008), demandando do profissional bibliotecário uma competência relacionada a formatos, plataformas, interoperabilidade, direitos autorais (formas de licenciamento), segurança da informação, níveis de acesso. É importante que o bibliotecário aproprie-se destes conceitos para que ele possa realizar uma avaliação criteriosa no momento da negociação com o fornecedor.

Nas próximas subseções trataremos de apresentar o processo de aquisição dos livros digitais, questões sobre interoperabilidade, acesso, curadoria digital e metrias.

5.3.3 Aquisição de livros digitais

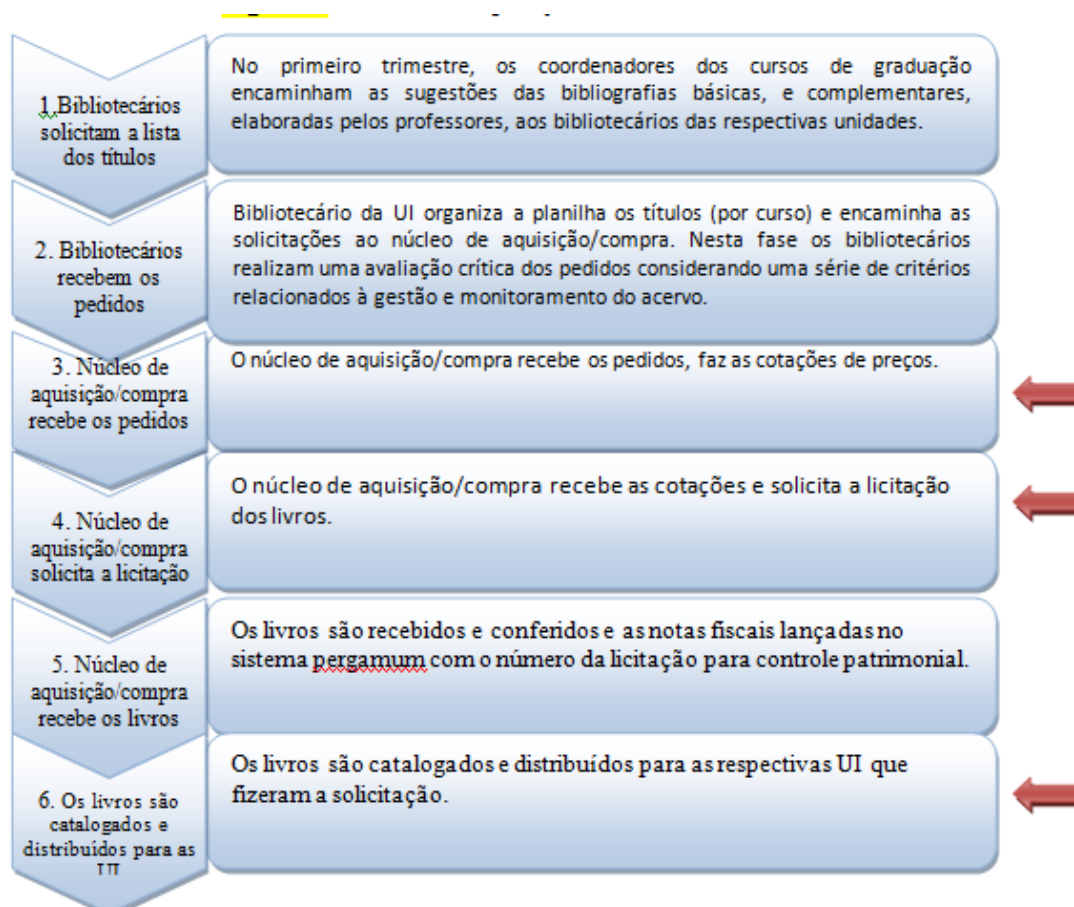
Após a etapa da seleção, efetiva-se a aquisição, pautada nas decisões do processo de seleção. A modalidade de aquisição praticada pelo SIBI para compra de acervos é a licitação na forma de pregão eletrônico à distância. Os atos são feitos por meio da internet, inclusive a sessão pública, bem como envio de propostas e lances, impugnações e recursos. O Decreto

Federal nº 3.697 de 2000 regulamentou o pregão eletrônico no âmbito da União, fazendo referência ao Decreto nº 3.555, de 2000, que trata do pregão presencial. A modalidade licitatória pregão foi estabelecida pela Medida Provisória nº 2.026, em 2000. Em 2002, esta MP foi convertida na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho, de 2002. O pregão está relacionado ao objeto em si, que deve ser um bem ou serviço comum, pois a licitação será sempre do tipo menor preço. São considerados bens e serviços comuns “[...] aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado (UFBA, 2018, p. 398). É importante salientar que há um projeto para mudanças na lei de licitação que tramita no congresso desde junho do ano corrente.

O SIBI realizou a primeira compra da coleção de livros digitais por inexigibilidade de licitação (Art. 23, Decreto Lei Federal nº 2.300/86 e Art. 25 da Lei 8.666/93). Embora essa modalidade de compra não esteja especificada na política de desenvolvimento de coleções, ela pode ocorrer com maior frequência no caso dos recursos eletrônicos. Esse tipo de compra pode ser feita quando há inviabilidade de competição tornando a licitação inexigível. O processo deverá ser instruído com a razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço, deverá ser demonstrada a vantagem da exclusividade, baseada sempre no real interesse público e não em predileção do administrador.

Apresentamos na figura 17 o processo de aquisição de livros do SIBI/UFBA conforme descrito no *site* do SIBI:

Figura 17 - Fluxo de aquisição de livros do SIBI/UFBA



Fonte: elaboração própria, (2019)

As etapas 3, 4 e 6 foram modificadas no caso da aquisição de livros digitais. A cotação na etapa 3 pode ocorrer, mas os livros digitais são comprados na modalidade de inexigibilidade, onde o fornecedor é exclusivo, não há licitação (fase 4) porque não existe uma vasta oferta de livros digitais em que possa ser feita a escolha título a título de diferentes fornecedores. O que tem ocorrido na maioria dos casos é a oferta de pacotes aos quais as bibliotecas universitárias acabam aderindo. A fase 6, que corresponde à catalogação das obras também não ocorre porque o fornecedor, ao vender o produto, exporta da sua plataforma os metadados para o sistema de gestão de acervo (Pergamum), cabendo aos bibliotecários a revisão do conteúdo que foi migrado da plataforma do Editor para o sistema de gestão da biblioteca.

A primeira área contemplada com coleções de livros digitais na UFBA foi a área de Saúde. A compra ocorreu em 2009, foram selecionados 42 títulos e distribuídos entre os 14 cursos da área de saúde existentes na UFBA. Para essa compra não foram consideradas as bibliografias básicas e/ou complementares dos cursos, embora alguns títulos existam no

formato impresso no acervo da biblioteca de saúde. Os livros digitais são em português e em formato PDF. A modalidade de aquisição adotada foi a do acesso perpétuo ao conteúdo dos livros. Neste caso, o acesso às coleções digitais pode ser realizado pelos usuários por meio de computadores conectados à rede UFBA ou remotamente, mediante configuração na Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). Trata-se de um serviço de gestão de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras pela integração de suas bases de dados. Não há limites de impressão ou downloads (FREITAS; GOMES, 2015; MAGALHÃES; CERAVOLO, 2013; RNP, 2019).

A Dotlib é o agregador de conteúdo que presta serviço à UFBA e distribui conteúdo científico e profissional *online* e impresso (quando aplicável) aos setores acadêmicos, governamentais, corporativos, industriais e da saúde. Desde 1991, o grupo começou a representar editoras internacionais na área Médica e de Saúde no Brasil, comercializando bases de dados como *Thomsom Micromedes* e *MedLine*.

A UFBA ampliou a sua coleção em 2013, com o mesmo agregador de conteúdo (Dotlib) e na mesma modalidade, acesso perpétuo. A tabela abaixo demonstra o quantitativo de livros digitais, nas respectivas áreas, que estão disponíveis atualmente na sua coleção.

Tabela 3 – Quantitativo de livros adquiridos pela UFBA, em 2013

EDITOR	ÁREA	ANO/QTD			IDIOMA
		2010	2012	2013	
SPRINGER	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		978	1.109	INGLÊS
SPRINGER	COMPUTAÇÃO PROFISSIONAL E WEB DESIGN		148	166	INGLÊS
SPRINGER	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA		435	549	INGLÊS
			1.561	1.824	
ATHENEU	SAÚDE	40			PORTUGUÊS

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Grigsson (2011) ressalta algumas questões que podem ocorrer na compra perpétua: mudanças de formatos dos arquivos (formatos obsoletos); o editor pode vir a encerrar suas atividades ou transferir suas obras a outro fornecedor; o fornecedor pode perder os direitos de distribuição do título; e o fornecedor descontinuar o uso da plataforma. O modelo de negócio de compra perpétua pode gerar uma expectativa de que as bibliotecas detêm um patrimônio,

como ocorre com os livros físicos. Mas existem questões de licenciamento que, considerando a cadeia de valor do livro, são negociadas entre editor e autor e estão relacionadas aos direitos autorais. As bibliotecas que estão na ponta da cadeia apenas adquirem um produto licenciado.

Já o modelo de assinatura, pode ser interessante ao permitir a inclusão de diversos títulos no acervo a um custo menor, se comparado ao modelo de aquisição perpétua, onde o licenciamento dos títulos ocorre de forma individual. Sua principal vantagem é a relação custo-benefício, pois torna possível oferecer aos usuários uma grande quantidade de *eBooks* por um valor muito menor do que seria gasto ao adquirir título a título. Por outro lado, se não houver uma avaliação criteriosa dos títulos incluídos na assinatura, corre-se o risco de acabar pagando por um conteúdo que não será utilizado (GRIGSSON, 2011).

É importante incluir, nesta subseção, as discussões apresentadas pelos profissionais cadastrados no grupo de discussão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) visto que o conteúdo das discussões foi atrelado aos modelos de negócios por assinatura.

5.3.4 Modelos de negócio: um debate necessário (pesquisa encoberta participante)

A CBBU A foi criada em 1987, durante a realização do V Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, em Porto Alegre. De acordo com o Estatuto da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), trata-se de um órgão assessor de sua Diretoria Executiva que tem como finalidade promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras.

A pesquisadora solicitou participação no grupo de discussão da CBBU no mês de janeiro de 2019. Conforme relatado na metodologia, a observação encoberta e participativa é um método de pesquisa mediado pelo computador que permite ao pesquisador participar do processo de observação sem ser identificado (JOHNSON, 2010). O ponto positivo desse método é o fato dele poder perceber a demanda espontânea relacionada ao tema da pesquisa sem nenhum tipo de indução e reatividade por parte dos participantes.

Considerando o período de janeiro a julho, observou-se que ocorreram discussões relacionadas ao livro eletrônico no período de 12 a 30 de maio de 2019. Apresentamos as categorias de discussão relacionadas às problemáticas do livro digital assinado.

Quadro 09 - Problemáticas sobre os eBooks extraídas da Lista de discussão CBBU

Categoria	Descrição
Aquisição	Fornecedores mais citados: Minha biblioteca, Pearson, Elsevier, Ebsco
	Alteração nos títulos da coleção com certa regularidade, desde que avise com 60 dias de antecedência, item que consta no contrato padrão do fornecedor A.
	Coleções bianuais podem dar um certo fôlego para a instituição
	A aquisição perpétua tem um custo elevado em relação à assinatura.
	Transtorno caso algum livro seja retirado da plataforma em períodos de avaliação do MEC
Instrumento de avaliação do INEP	Considera <i>eBooks</i> sem contrato sem garantia de acesso, isso impede a inclusão no acervo de obras gratuitas
Interoperabilidade	Erros durante a importação para integração dos metadados dos livros pra o sistema Pergamum
	Vínculos das referências para as bibliografias de plano de ensino com erros
	Campos errados verificados após a migração
Acesso	Acesso por qualquer dispositivo móvel. Fornecedor responsável por manter a disponibilidade do <i>eBook</i> Acesso vai depender do fornecedor Melhor é por tokenID, onde a chave de acesso é inserida no link do <i>eBook</i> .
Cooperação	Tribunais de Brasília se uniram para assinar em bloco uma determinada base.
Negociação	Reajustes somam quase 100% do valor do contrato anterior, muito além do proposto que é pelo IGPM
	Renovação do contrato com mudança de critérios de cálculo
	Dificuldades com a empresa após o primeiro ano de contratação
	No ato da assinatura do contrato mudança nas regras do jogo

Categoria	Descrição
Negociação	Definiram unilateralmente que só iriam fechar contrato com instituições públicas com o acesso de todos os alunos matriculados
	Aumentaram o valor da proposta em cerca de 30%, do valor a cotação anterior, num intervalo de menos de 3 meses
	Na renovação foi reajustado o valor com base no IGPM, pois era isso que estava fixado no CONTRATO, se está no contrato tem que ser feito sim, procure orientação legal com sua instituição.
	Fornecedor A "está se achando do tipo a última bolacha do pacote"
	"Quem deve colocar as cartas na mesa são as universidades, não podemos estar sujeitos às regras unilaterais da empresa"
	Ficamos "na mão" dessas grandes; essa "reserva de mercado" tende a ficar menor a longo prazo, como vem ocorrendo na telefonia móvel.
	Encaminhem a demanda de aquisição desse conteúdo ao Portal Periódicos Capes. Necessário informar qual o uso seria feito desse conteúdo, como ele deve impactar nas atividades da instituição e de seus usuários e a importância desse conteúdo para a pesquisa brasileira.

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Observou-se que o problema central discutido entre os profissionais está relacionado ao modelo de negócio por assinatura, especificamente os pacotes com títulos em português de fornecedores que estão com uma alta penetração no mercado brasileiro, ofertando o produto de assinatura de livros digitais para diversas bibliotecas universitárias. O conteúdo das discussões demonstrou, ainda, uma dificuldade na renovação das assinaturas com preços impraticáveis para as universidades públicas. Estar ‘na mão’ de quem detém o poder de produção do conteúdo na indústria editorial é uma afirmação que no mínimo deve provocar uma inquietação por parte da comunidade bibliotecária. Acredita-se que isso já vem ocorrendo, a exemplo desta lista de discussão. Um dos comentários reforça a necessidade de articulação por parte das bibliotecas universitárias para também ditar as regras. A cooperação/consórcio pode ser um exemplo de fortalecimento e aumento do poder de negociação, foi citado o exemplo dos tribunais de justiça de Brasília que se uniram para assinar bases de uma temática específica.

Uma questão de relevância estratégica para as universidades diz respeito ao atendimento dos requisitos do instrumento de avaliação do INEP para reconhecimento dos cursos de graduação. Alguns profissionais sinalizaram que vinculam os livros digitais aos sistemas que contém o plano de ensino. Mas se o contrato de licenciamento vencer e isso não for informado para a biblioteca universitária, o *link* não funcionará, podendo ser comprometedor incluir livros digitais assinados dessa forma nos planos de cursos. A modalidade de acesso perpétuo, não elimina totalmente essa questão, mas a incidência desse problema pode ser menor.

Quando ocorre a assinatura de um grande volume de livros digitais é importante realizar a importação dos metadados para otimizar o trabalho dos bibliotecário. Entretanto, há relatos de problemas durante a migração que comprometem a padronização da catalogação. Muitas vezes, as bibliotecas universitárias públicas têm uma equipe reduzida para realizar a revisão dos metadados o que acarreta problemas relacionados ao acesso e à recuperação da informação.

Uma vez adquirida a coleção e os livros digitais disponibilizados, considera-se importante discutir as especificidades relacionadas à interoperabilidade e verificar quais os requisitos mínimos que devem ser considerados no caso dos livros digitais.

5.3.5 Interoperabilidade

As discussões sobre interoperabilidade relacionam-se com a cooperação de dados visando otimizar e padronizar os processos de representação da informação entre as UI, eficiência para o acesso e recuperação da informação pelo usuário e preservação da informação. Considerando que esse é um aspecto importante, na tentativa de nos aproximar da visão dos editores em relação às questões da interoperabilidade, foi realizada uma entrevista por meio do aplicativo *WhatsApp* com Ednei Procópio, autor do livro “revolução *eBook*” e também editor. Ele explica, de forma técnica e didática, as especificações consideradas fundamentais para garantir a circulação de livros digitais entre plataformas diferentes e preservar o conteúdo digital.

Para Procópio (2019), a linguagem de programação XML (*Extensible Markup Language*)⁷ é a que mais se aproxima do formato padrão para uma linguagem universal de

⁷ é uma recomendação da W3C para gerar linguagens de marcação para necessidades especiais. É um dos subtipos da SGML (acrônimo de *Standard Generalized Markup Language* ou **Linguagem** Padronizada de Marcação Genérica) capaz de descrever diversos tipos de dados.

computador, isso devido ao fato dos computadores lerem arquivos em formato .TXT (texto) que é uma base universal por usar código ASCII⁸, sendo possível ser lido por qualquer equipamento eletrônico, como uma televisão, por exemplo. A diferença básica entre um XML e um TXT é que o TXT só coloca os caracteres que qualquer máquina consegue ler, mas o XML diz o que é aquela informação. O autor ainda explica tecnicamente:

Entrevistado - Sr. Procópio: [...] então se estiver por, exemplo, a palavra Monteiro Lobato, a XML diz o **valor** da informação, diz que Monteiro Lobato é um autor, ou seja, diz o que é a informação, cada informação tem uma etiqueta que informa o que é o autor, título, parágrafo, etc, ao criar essas *tags* dentro de uma arquivo XML é como se estivesse criando um banco de dados[...] (DADOS DA PESQUISA, 2019, grifo nosso)

O valor da informação e as etiquetas ou *tags*, às quais o autor se refere, no domínio da representação da informação, são os metadados que descrevem os conteúdos de determinado item informacional. É importante inquirir o fornecedor (agregador/editora) se os metadados podem ser importados para a plataforma de gestão de acervo das bibliotecas universitárias.

Procópio (2019) ainda diferencia o formato .e-pub do .pdf: o e-pub é um padrão de mercado, a vantagem é que também é baseado em XML. Então mesmo que no futuro as máquinas não possam ler e-pub, a vantagem é que dentro de um e-pub tem um XML, portanto, será possível ler o valor da informação. O autor é categórico ao afirmar sobre o padrão XML

Entrevistado - Sr. Procópio [...] essa é uma maneira de seleção natural que se encontrou de fazer com que os arquivos sejam lidos daqui a 100 anos, 300 anos como hoje lemos os papiros, são essas etiquetas que a XML faz, então posso afirmar que a XML vai durar 200, 300 anos [...] (DADOS DA PESQUISA, 2019).

O requisito da interoperabilidade é um critério essencial para garantir a circulação em rede e a preservação do conteúdo digital. Segundo Marcondes e Sayão (2001) no cenário mundial, identificam-se várias alternativas de interoperabilidade e acesso integrado a recursos informacionais heterogêneos que podem ser classificados como: busca distribuída a diferentes servidores e busca em uma base de metadados centralizada. Em ambas as alternativas, o usuário interage com uma única interface *Web*, de onde é submetida a busca.

Na primeira alternativa, a interface de busca distribui a consulta, segundo um protocolo padrão, a diferentes *sites* identificados pela interface como capazes de fornecer respostas satisfatórias, e os resultados são consolidados e integrados. Um exemplo típico é o

⁸ **ASCII** vindo inglês *American Standard Code for Information Interchange* que significa Código Padrão Americano para o Intercâmbio de Informação.

protocolo Z39.50, usado para proporcionar interoperabilidade entre catálogos automatizados de bibliotecas (MARCONDES; SAYÃO, 2001).

A figura 18 apresenta o formulário do sistema Pergamum da UFBA, com os registros de um livro digital exportado da base do fornecedor para o sistema Pergamum. Os metadados destacados em vermelho passarão pela revisão dos bibliotecários. Se a UFBA adquiriu 3.425 títulos de livros digitais, todos serão revisados pela equipe do processamento técnico.

Figura 18 - Tela com metadados importados da base do editor para o sistema Pergamum

Código do acervo:		5003450		Consulta		Gravar		Atualizar acervo		Limpar		Mais	
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	1	20										
		1	35										
		1	40										
		1	245	0	0								
		1	250										
		1	260										
		1	300										
		1	520										
		1	650		4								
		1	700		1								
		1	710		2								
		1	856	4	0								
		1	930										

Fonte: dado da pesquisa, 2019

Uma vez que os livros digitais foram lançados no sistema Pergamum e com os metadados devidamente revisados, eles são liberados para acesso e uso.

5.3.6 Acesso

O acesso às coleções digitais da UFBA pode ser realizado via portal do SIBI (www.sibi.ufba.br). Imediatamente será visualizada uma faixa com a divulgação de alguns serviços

Figura 19 – Divulgação dos eBooks no site do SIBI/UFBA



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Ao acessar o link “Acesso aos livros digitais assinados pela UFBA” destacado no círculo vermelho, o usuário será remetido para a tela seguinte com o objetivo de realizar a sua autenticação na rede, sendo esse acesso necessário caso o usuário esteja fora do ambiente da UFBA. O acesso se dá via comunidade Acadêmica Federada (CAFe). O acesso funciona por meio de uma conta única, o usuário pode realizar o login, de onde estiver, e acessar os serviços de sua instituição. Essa autenticação elimina a necessidade de múltiplas senhas de acesso e processos de cadastramento.

Serviços de ensino a distância, acesso a publicações científicas e atividades de colaboração estão entre os maiores beneficiários das infraestruturas oferecidas por federações. Os docentes e funcionários da UFBA que têm o login na rede podem fazer esse acesso, porém os estudantes precisam solicitar uma conta à UFBA para acessar a rede remotamente. Após o login se abrirá uma tela com opção de alguns sistemas da Universidade, destacado em vermelho as duas coleções de livros digitais adquiridas separadas por editores

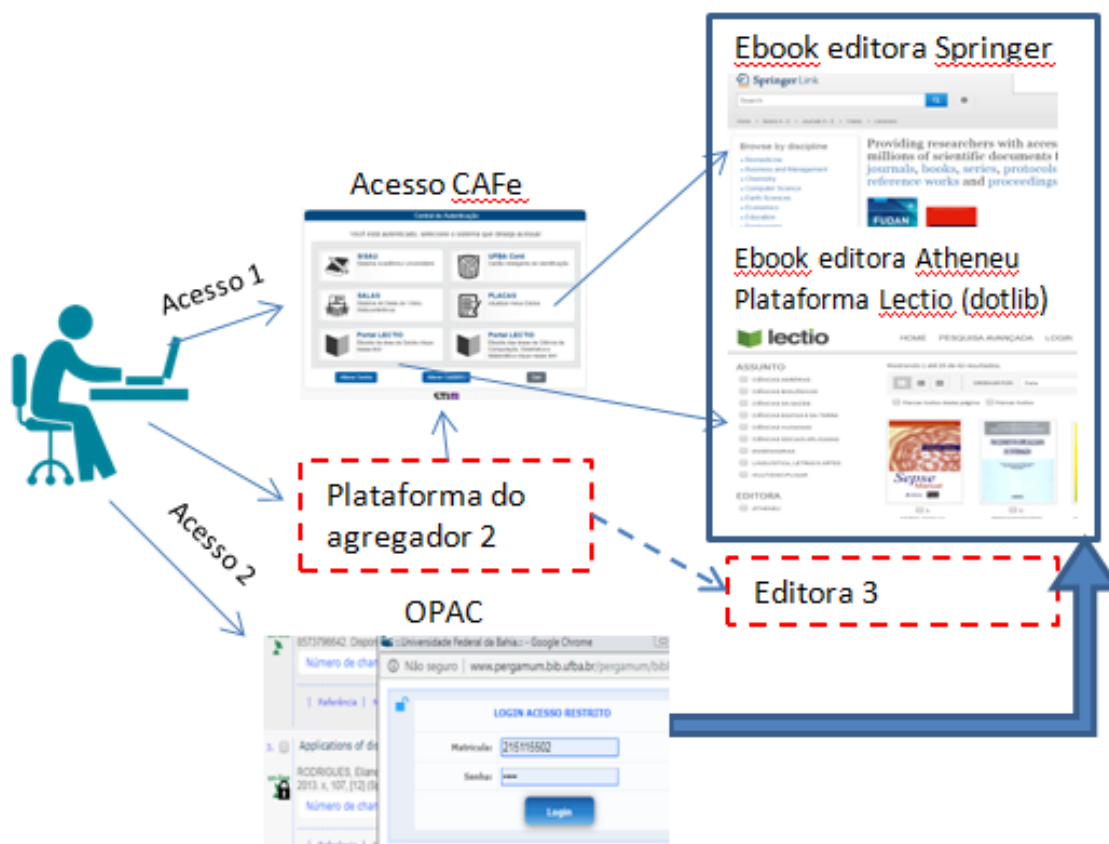
Figura 20 - Tela para acesso remoto aos livros digitais da UFBA



Fonte: dados da pesquisa (2019)

A UFBA contratou a Dotlib, uma empresa agregadora de conteúdo que comercializa títulos de diferentes editores. O agregador oferece suas próprias plataformas para o acesso aos livros digitais. O editor pode ter uma plataforma para disponibilizar seu conteúdo e caso a editora não tenha interesse em investir em plataformas, então seus conteúdos são disponibilizados pelos agregadores (SERRA, 2017).

Figura 21 - Acesso as plataformas de livros digitais da UFBA



Fonte: elaboração própria (2019)

Caso o SIBI necessite contratar outro editor ou agregador terá outras plataformas assim como outros contratos para gerenciar, conforme demonstrado na figura, no destaque dos quadrados com as linhas pontilhadas vermelhas que representam essa situação hipotética. A contratação de um mesmo fornecedor para aquisição de livros digitais pode ter vantagens em termos de simplificação da gestão do contrato e também de acesso. Se o fornecedor for um agregador, o licenciamento pode contemplar diversos títulos. Mas também podem ocorrer limitações na faixa de conteúdo disponível, sendo necessário trabalhar com vários fornecedores ou até mesmo fazer um licenciamento diretamente com o editor, caso o fornecedor não cubra todas as áreas de conhecimento que a biblioteca necessita (SERRA, 2016; GRIGSSON, 2011).

Os usuários do SIBI dispõem de duas possibilidades de acesso mediado por uma plataforma. Voltando à figura 22 ela mostra o usuário acessando diretamente da plataforma do agregador de conteúdo e, nesse caso o usuário terá que identificar qual a coleção que ele deseja acessar; o acesso 2 é a opção de acesso a partir do *Online Public Access Catalog*

(OPAC). Nesse sentido a integração do acervo ao catálogo da biblioteca é uma opção fundamental para minimizar o tempo de busca do usuário, mas ainda que a trilha do usuário seja via OPAC, para que o usuário possa ler o livro digital sempre haverá a plataforma do agregador/editor mediando esse acesso.

O modelo de negócio a que a UFBA aderiu foi o acesso perpétuo. Nessa modalidade, o acesso ao conteúdo do livro digital é ilimitado, além da possibilidade de realizar o *download* dos livros digitais por capítulo. No caso dos livros da área de saúde da editora Atheneu, o aluno não pode realizar o *download* do livro completo, terá que fazê-lo capítulo por capítulo. Esse tipo de acesso pode ter vantagens e desvantagens. A vantagem está relacionada à especificidade da informação que o usuário deseja, pode ser que apenas o capítulo atenda a sua necessidade. As desvantagens seriam a necessidade de realizar diversos *downloads* para um único livro, caso o usuário deseje o livro completo. Outra questão é a impossibilidade de utilizar a ferramenta de busca por palavra-chave no conteúdo completo do livro, uma funcionalidade disponível na maioria dos arquivos em *PDF*.

A pesquisa de Freitas e Gomes (2015) investigou o acesso e uso dos livros digitais da área de saúde. Segundo a pesquisadora, os resultados foram alarmantes, visto que 78% dos respondentes informaram desconhecer que existe livros digitais da área e saúde na UFBA. A pesquisa ainda apontou os fatores relacionados a esse desconhecimento e indicou, como primeiro fator, que os discentes acreditam ser responsabilidade dos docentes realizarem essa divulgação em sala de aula. O segundo fator mais indicado foi a ausência de um marketing mais efetivo por parte das bibliotecas e bibliotecários.

O acesso e uso do livro digital depende diretamente das formas de licenciamento que o agregador realizou junto ao editor, esses licenciamento podem variar de editor para editor. Segundo Serra (2011)

o cenário favorece a contratação de diversos fornecedores, podendo ocorrer a incidência de licenciamento de títulos iguais por meio de instrumentos distintos. Isso é decorrente da possibilidade de diferentes agregadores representarem as mesmas editoras, o que ocasionaria a presença de obras concorrentes no acervo. Assim, a biblioteca realiza licenciamentos em duplicidade, em virtude dos fornecedores não permitirem a seleção de títulos presentes nos pacotes. Essa redundância, contudo, será benéfica, se a demanda pelos títulos for alta, proporcionando mais possibilidades de acesso do recurso, de acordo com a forma de licenciamento que foi definida com cada fornecedor (SERRA, 2011, p. 233)

Como o SIBI adquiriu coleções de livros digitais de áreas diferentes (Saúde, Design, Matemática, Ciência da computação e Estatística), é provável que a duplicidade não esteja ocorrendo. Entretanto, teria que ser feita uma análise detalhada dos 3.425 livros digitais para

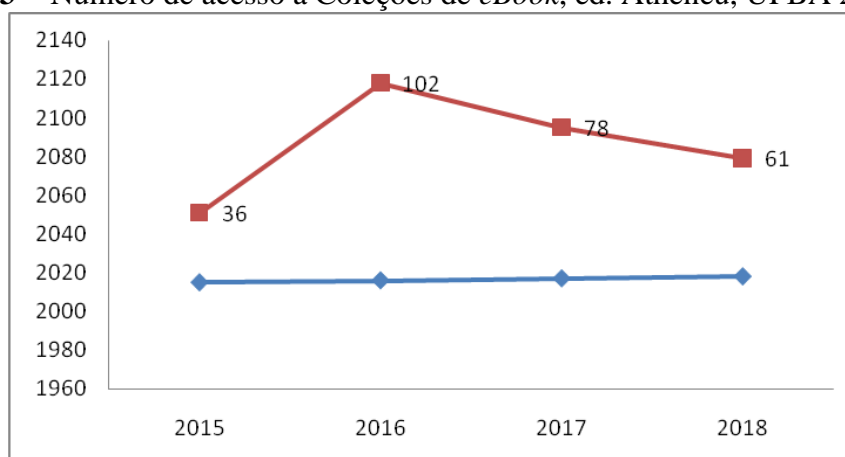
verificar se há essa duplicidade. O que identificamos foi uma duplicidade de títulos em formato físico e digital, o que não é um problema, mas uma vantagem para os usuários que terão dupla possibilidade de leitura (digital e impressa).

No caso dos livros digitais da editora Springer, os aspectos que se diferenciam em relação aos livros digitais da Atheneu dizem respeito à arquitetura do livro e às funcionalidades que a plataforma permite em termos de leitura do livro digital. Na coleção da editora Springer todos os livros são em inglês, mas como existe a opção de leitura em formato .html é possível aplicar a ferramenta de tradução automática do Google. Quanto à arquitetura dos livros digitais, eles também são apresentados por capítulos, sendo possível realizar o download do capítulo em formato PDF e não do livro completo.

5.3.7 Métricas

A plataforma da editora Springer não dispõe de um módulo de gerenciamento para acompanhamento e monitoramento do uso das coleções pelo bibliotecário gestor. No entanto, ao realizar contato por *e-mail* com a empresa, a equipe forneceu de imediato as estatísticas de uso da coleção. A plataforma Lectio, do agregador de conteúdo Dotlib, possui um módulo de onde é possível verificar o acesso às coleções (<https://reports.lectio.com.br/auth/login>) mediante login e senha que foram fornecidos pelo SIBI/UFBA. Entretanto o módulo não tem uma interface muito intuitiva. Em janeiro do ano corrente, a Dotlib repassou os indicadores que auxiliaram essa pesquisa com dados quantitativos e contribuíram para discutir sobre o uso dos livros digitais no contexto da Universidade. A compilação dos dados foi realizada por uma estatística da UFBA.

Gráfico 3 - Número de acesso a Coleções de *eBook*, ed. Atheneu, UFBA 2015-2018



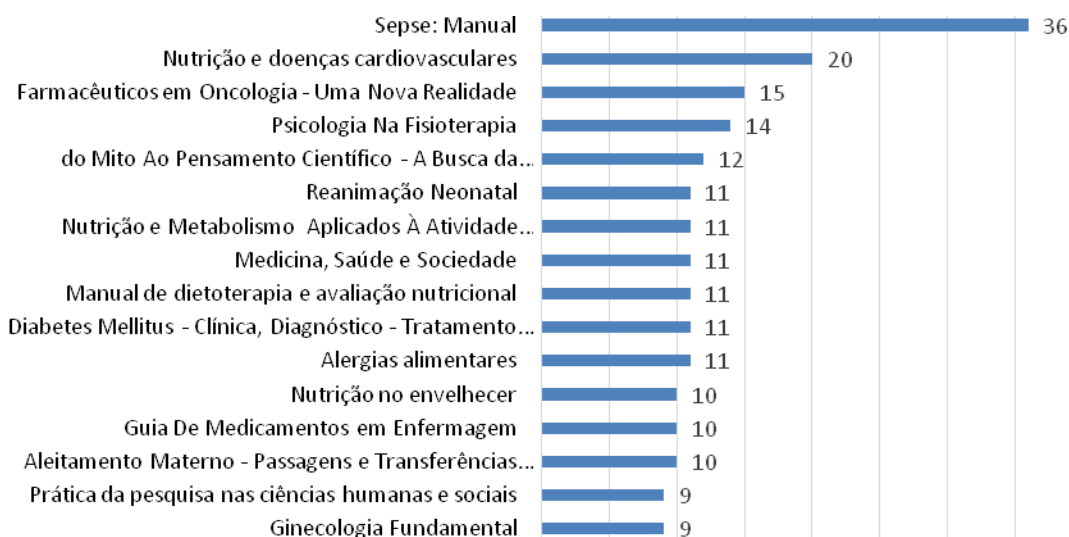
Fonte: Dotlib (2019)

O gráfico demonstra um crescimento no acesso às coleções no período de 2015 a 2016. É importante sinalizar que em 2015 foi realizada uma pesquisa de uso dessas coleções (FREITAS; GOMES, 2015), contribuindo para tornar público, entre os discentes e docentes, a existência desses livros digitais no âmbito da universidade. Isso pode nos dar indícios de que o crescimento de uso da coleção nesse período pode ter relação com algum tipo de ação desenvolvida pela biblioteca ou a indicação entre os próprios discentes e docentes (FREITAS; GOMES, 2015, p. 97).

De 2016 a 2018 observa-se uma redução no acesso às coleções. Uma das causas da redução pode estar relacionada ao fato dos alunos realizarem o *download* dos arquivos e não necessitarem reutilizar a plataforma. Por outro lado, a UFBA recebe alunos novos todo semestre. Para muitos, a informação que existe a coleção de livros digitais de Saúde chega de forma casual e espontânea, reforçando, portanto, a inexistência de ações institucionais, planejadas e sistematizadas para o desenvolvimento de uma cultura de uso do livro digital na UFBA (FREITAS; GOMES, 2015).

Uma das informações interessantes repassadas pela estatística do fornecedor é o título mais acessado. Essa informação pode ser útil para o gestor da biblioteca realizar uma ação proativa junto ao corpo docente da sua UI, talvez seja um título útil para compor a bibliografia básica ou complementar dos cursos. Freitas e Gomes (2015, p. 100) identificaram que pelo menos 14% dos respondentes identificaram títulos da bibliografia constante nos planos de curso das disciplinas.

Gráfico 4 - Títulos mais acessados no período de 2015 a 2018, eBook ed Atheneu



Fonte: Plataforma Lectio UFBA, 2019

A Tabela 03 demonstra a média de acessos por mês e por ano das coleções de livros digitais da área de saúde. Em 2015 a média foi de 3 acessos/mês subindo para 6 acessos/mês em 2016. Essa média foi decrescendo, em 2018 chegou-se ao número de 5 acessos/mês. Sendo que a média de acesso nos últimos 4 anos foi de 69 acessos. Analisando-se mês a mês, em janeiro foi a maior média de acessos. É importante considerar nestes dados, as questões ligadas a sazonalidade, em janeiro é o período de férias e também da finalização de teses, TCC e dissertações, talvez isso justifique o período com a maior média de acessos, 29 acessos/mês.

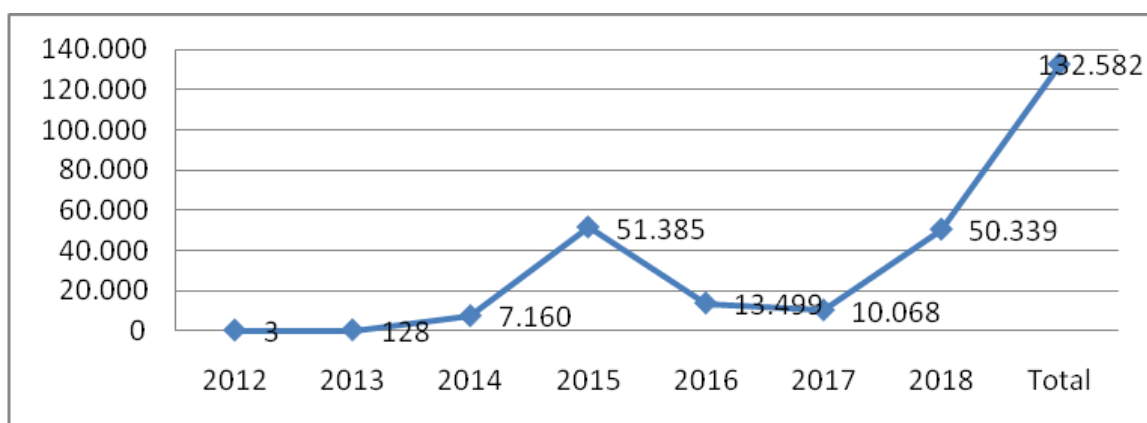
Tabela 4- Média de acesso das coleções *eBook* ed Atheneu, de 2015 a 2018⁹

mês	número de acesso por ano				Total	Média de acesso
	2015	2016	2017	2018		
janeiro		40	40	7	87	29
fevereiro		6	0	0	6	2
março	0	16	9	0	25	6
abril	0	6	8	0	14	4
maio	0	2	1	9	12	3
junho	12	2	2	8	24	6
julho	5	1	6	4	16	4
agosto	1	2	3	12	18	5
setembro	2	15	7	3	27	7
outubro	10	3	0	10	23	6
novembro	4	4	2	6	16	4
dezembro	2	5	0	2	9	2
Total de acesso no ano	36	102	78	61	277	69
Média de acesso por mês	3,60	8,50	6,50	5,08	23,08	6,02

Fonte: Dotlib (2019)

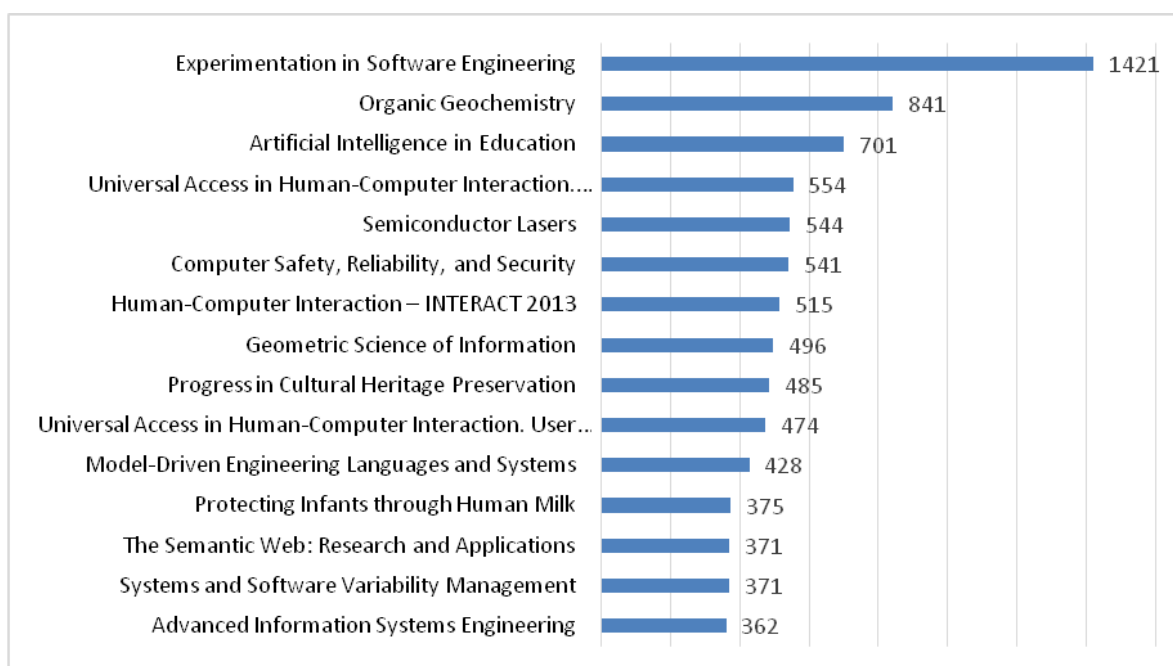
Quanto aos dados de acesso dos livros digitais da editora Springer (gráfico 5) nota-se um número de acessos bem maior que as coleções da área de Saúde. Considerando que a coleção da Springer foi adquirida para atender a pelo menos três áreas (Matemática, Ciência da computação e Estatística) talvez justifique o maior número de acessos. Chama atenção o fato do crescimento vertiginoso de acessos, principalmente de 2017 a 2018.

⁹ Janeiro e fevereiro não têm informação no banco de dados. Por isso, não estão contabilizados neste demonstrativo, para o cálculo das médias.

Gráfico 5 – Número de acesso a coleções de *eBook*, Ed. Springer 2012-2018

Fonte: Editora Springer (2019)

O livro mais acessado da coleção de livros digitais fornecidos pela Springer é da área de Ciência da Computação.

Gráfico 6 – Títulos de *eBooks* mais acessados, Ed. Springer, 2012 a 2018

Fonte: Editora Springer (2019)

Confrontando-se a média de acessos aos livros digitais da editora Atheneu com a média de acessos aos livros digitais da editora Springer (Tabela 4) verifica-se uma proximidade em relação ao comportamento informacional dos usuários, visto que, o mês de janeiro desponta com uma média alta (1.041) em relação aos meses subsequentes do primeiro

semestre. Janeiro e julho são os meses de escrita de trabalhos de final de período, de defesas e qualificações de mestrado e doutorado. Durante o semestre, os meses de maio e novembro despontam como aqueles em que se começa a preparar as apresentações de seminários e os temas dos trabalhos finais.

Tabela 5 – Média de acessos de *eBook* por mês, Ed. Springer 2013-2018

mês	número de acesso por ano							Média de acesso
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
janeiro	0	3	64	658	1254	664	4644	1.041
fevereiro	0	0	0	639	444	341	1543	424
março	0	10	1	1193	954	215	1461	548
abril	0	0	2	472	1194	507	2098	610
maio	0	2	1	39775	830	765	17586	8.423
junho	0	2	8	820	941	952	4256	997
julho	0	30	4	750	3662	1384	3414	1.321
agosto	0	1	1	469	1368	1486	4431	1.108
setembro	0	71	60	1803	459	830	2237	780
outubro	3	2	0	832	593	847	4685	995
novembro	0	2	4813	2701	1529	1624	2528	1.885
dezembro	0	5	2206	1273	271	453	1456	809
Total de acesso no ano	3	128	7.160	51.385	13.499	10.068	50.339	1.578
Média de acesso por mês	0,25	10,67	596,67	4.282,08	1.124,92	839,00	4.194,92	1.578,36

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

5.4 CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS

Os livros digitais estão presentes na UFBA desde 2010. Foi um projeto piloto do SIBI/UFBA, que incorporou ao acervo físico coleções de livros digitais aderindo ao modelo de negócio de compra perpétua. Novos títulos foram incluídos em 2013, ampliando a sua coleção. Até o momento, a UFBA tem conseguido garantir a sustentabilidade do serviço com possibilidade de acesso ilimitado e remoto, além de permissão de *downloads* dos livros digitais. A coleção de livros digitais ainda não representa um grande volume considerando o acervo geral da UFBA. Mas há a possibilidade de expansão conforme explicitado nas metas do relatório do SIBI.

Até onde essa pesquisa pode verificar, considerando a estratégia metodológica empreendida realizando a triangulação dos métodos composto por: referencial teórico, análise documental, pesquisa de campo, entrevista e observação encoberta e participante, conclui-se que a adesão ao modelo de negócio perpétuo realizado pelo SIBI parece ter maiores vantagens em relação ao modelo de negócio por assinatura. Entretanto, ressalta-se que esses modelos de

negócio (perpétuo ou por assinatura) atribui ao agregador/editor a responsabilidade pelo acesso, envio de indicadores e hospedagem do conteúdo. De certa forma, é uma terceirização dos processos mencionados. O papel da biblioteca nesse caso é acompanhar e monitorar o serviço tendo como respaldo o contrato assinado relativo a parceria que foi estabelecida.

Considera-se importante lançar o olhar sob duas perspectivas: a primeira tem relação com a melhoria de processos de gestão da informação digital pela SIBI/UFBA, categorizando-os em: infraestrutura tecnológica, seleção de conteúdo, aquisição, marketing e métricas.

Infraestrutura tecnológica para acesso e curadoria dos conteúdos digitais - Os suportes de base tecnológica são essenciais para que os usuários possam usufruir de todo potencial desse serviço. Por isso, o respaldo e apoio tecnológico da UFBA deve ser constante e interrupto. Salienta-se que a interlocução da Tecnologia da Informação (TI) com as plataformas dos agregadores e editores para o acesso é imprescindível. Outra questão está relacionada à hospedagem do conteúdo. Recomenda-se que o arquivo digital seja repassado para a universidade no momento da compra perpétua, porém essa questão está atrelada à licença estabelecida entre editor/autor/agregador.

Seleção – recomenda-se um mapeamento detalhado do fluxo de aquisição e revisão da política de desenvolvimento de coleções incluindo tópicos específicos relacionados aos livros digitais.

Aquisição - quando a aquisição é realizada na modalidade de compra perpétua (perene), o investimento é feito uma única vez, sendo que, caso haja atualização na plataforma de acesso do agregador de conteúdo, essa atualização pode estar prevista ou não, dependendo do contrato estabelecido no momento da aquisição. Até onde essa pesquisa alcançou em termos de análise documental, não foi possível verificar os contratos para evidenciar essa questão. Mas é possível inferir que houve uma atualização tecnológica na plataforma que media o acesso as coleções, visto que em 2010 a interface era diferente, conforme pode ser verificado na pesquisa de Magalhães e Ceravolo (2013). Contudo, essa atualização pode estar atrelada à compra de novas coleções inseridas em 2013. Alguns contratos não prevêem a atualização da plataforma dissociada de nova aquisição, por isso, é importante observar essa questão no momento da negociação.

Marketing – ao discutir as questões relativas ao acesso verificou-se que a ausência de conhecimento sobre a existência dessas coleções no âmbito da UFBA, foi um fator que impactou nas métricas relacionadas ao uso. O livro digital por ser um recurso que está no ambiente virtual, ao mesmo tempo que tem um alto potencial de circulação, por não estar

plasmado, materealizado, necessita novas estratégias de comunicação dos seus serviços sistematizada e personalizada (visando cada segmento de cliente) para que exista uma efetividade no uso da coleção. Uma boa divulgação reverberará nas métricas de uso e conseqüentemente será possível justificar a inserção de novos livros digitais na coleção.

Métricas – dados estatísticos são fundamentais para mediação, análise e tomada de decisão. As estatísticas do editor *Spinger* foram repassadas rapidamente, mas as do agregador de conteúdo Dotlib levaram mais de 15 dias para serem recebidas. Um dos serviços que um agregador deve ofertar é a geração de estatísticas, principalmente se existir mais de uma editora de livros digitais. É a plataforma do agregador que realiza a mediação entre o usuário e o livro digital, os dados são registrados nesse momento e também quando ele lê os livros digitais nas plataformas dos editores. Portanto, trata-se de duas fontes de coleta de dados: os dados de acesso do agregador, que fornece apenas o número de *downloads* e acessos negados; e os dados que o usuário lança na plataforma do editor quando realiza o *login* para utilizar as funcionalidades da plataforma. É importante ainda que os gestores tenham autonomia para acompanhar a circulação de informação, sendo indispensável um módulo de gestão nestas plataformas de livros digitais. Ainda pode existir uma terceira fonte de coleta de dados, os catálogos online, caso os livros digitais estejam integrados a Base de dados da biblioteca.

A outra perspectiva tem relação com o posicionamento das bibliotecas universitárias como espaços sócio-científicos e culturais que têm uma responsabilidade social relevante e necessitam estar inovando constantemente para se adaptar à cultura de convergência. As mudanças tecnológicas interferem na aprendizagem, ensino, pesquisa e nas formas de comunicação com seus usuários.

O contexto apresentado com relação às universidades públicas brasileiras inclui uma informação importante: quase todas as universidades públicas já possuem credenciamento para realizar cursos a distância. Isso significa um cenário de expansão das tecnologias consideradas emergentes (ABADAL; ANGLADA, 2016) ligadas ao ambiente de aprendizagem com: Recursos Educacionais Abertos (REA), plataformas EaD; no campo da pesquisa a gestão de dados abertos, gestão de capital de reputação. Representando a importâncias das bibliotecas universitárias atuando na gestão de recursos digitais adquiridos (fundos comerciais) (ABADAL; ANGLADA, 2016), agregados gratuitamente ou produzidos internamente.

O referencial teórico sobre modelo de negócio com base no *Business Model Canvas* (BMC) Quadro de Modelo de Negócio, contribuiu acessar uma das ferramentas do mundo dos negócios, compreendendo como modelar o negócio de forma estratégica considerando o

ambiente interno e externo. No que se referem aos três principais objetos desta investigação, livros digitais, editoras comerciais de livros técnicos científicos e bibliotecas universitárias, identificou-se na ferramenta Canvas (BMC) uma metodologia que pode ser aplicável a contextos com finalidade social, científica e cultural, como as bibliotecas universitárias, para discutir a geração de serviços, produtos e melhoria de processos.

A CBBU lançou um programa chamado Mobib, é um programa de imersão em Bibliotecas de Instituições Brasileiras de Ensino Superior, com o objetivo de trazer contribuições ao desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias brasileiras, possibilitando a mobilidade dos profissionais, bibliotecários e de outras áreas, que atuam nas bibliotecas universitárias. O programa consiste em uma imersão de 3 a 5 dias em outras bibliotecas universitárias, visando trocar experiências e estabelecer contatos, *in loco* com as boas práticas. Essa imersão visa a fomentar a colaboração e o compartilhamento do conhecimento nas Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior no Brasil principalmente nas atuais circunstâncias brasileiras em que as universidades públicas completamente sem recursos precisando otimizar tudo que for possível.

Portanto, circular em diferentes contextos oportuniza a troca de experiências e fomenta a criatividade e a inovação nos processos, produtos e serviços. Nessa perspectiva parece crescente a necessidade cada vez maior de um modelo de atuação pautado na cooperação e atuação multidimensional reforçando a integração dos processos das bibliotecas universitárias posicionando-se como espaços integrados ao ambiente organizacional e de aprendizagem.

5.5 PARÂMETROS PARA UM MODELO DE GESTÃO DE LIVROS DIGITAIS

Os parâmetros para um modelo de negócio de livros digitais consideram os aspectos internos (processos e gestão) e externos (tendências regulatórias, sociais e culturais, socioeconômicas e tecnológicas) relacionados à biblioteca universitária. Propomos um mapa multidimensional que contemplou aspectos considerados relevantes para direcionar as bibliotecas universitárias a atuarem junto à cadeia produtiva do livro com maior autonomia para exercerem o seu direito de livre aquisição.

Com relação à perspectiva interna, um modelo de gestão implica delinear diretrizes desde a seleção do livro digital, seguido da sua aquisição com a seleção de fornecedores, testes em plataformas *Trial*, definição de critérios de acesso, definição do modelo de negócio do editor selecionado, alinhamentos contratuais que devem ser estabelecidos nesse momento da negociação, análise do aporte tecnológico necessário para o acesso, até o fechamento do

produto selecionado. Em seguida procede-se à representação descritiva, cujo resultado dependerá que do foi definido na fase da aquisição. Após todas essas atividades-meio, é liberado o acesso às coleções, para posterior monitoramento e avaliação de uso.

Além do referencial teórico apresentado sobre modelos de negócio de livros digitais, apontando vantagens e desvantagens dos diversos modelos disponíveis no mercado, outros documentos auxiliaram a modelagem desses parâmetros como o documento da *American Library Association* (2013). Ele propõe indicadores para bibliotecas públicas com o objetivo de munir os profissionais com o máximo de informações possíveis para negociar acordos de licenciamento de *eBooks* e se posicionarem frente a editores e distribuidores. Esses indicadores propostos pela ALA foram resultado da análise de variáveis recorrentes encontradas nos contratos ou licenças de livros digitais. O documento menciona, ainda, que bibliotecas norte-americanas estão experimentando e desenvolvendo seus próprios esquemas de licenciamento, algumas celebrando acordos com editores independentes e outras com grupos de autopublicação. Um dos indicadores chama-se ‘canal de vendas’ que mostra a biblioteca conectando leitores, editores e autores. Os usuários das bibliotecas também são compradores de livros. Se os editores estiverem dispostos a oferecer condições favoráveis, a plataforma de *eBooks* da biblioteca pode funcionar como uma vitrine de vendas, nesse caso, a biblioteca teria alguma contrapartida relacionada aos custos dos *eBooks*.

Para pensar a perspectiva externa tomamos por base as recomendações de Osterwalder e Pigneur (2011). Os autores consideram que desenvolver uma boa compreensão do ambiente interno e externo da organização contribui para conceber modelos mais sólidos e competitivos e sugerem, em forma de questões, a análise de pelo menos quatro tendências principais. Recomenda-se aplicar essa análise considerando as demandas da biblioteca universitária.

Tendências Regulatórias (TRG) - Descreve regulamentos e tendências regulatórias que influenciam o Modelo de Negócios. Questões: que tendências regulatórias influenciam o mercado de aquisição de *eBooks*? Que regras podem afetar o modelos de gestão das bibliotecas? Quais regulamentos e dispositivos legais afetam a demanda do usuário?

Tendências Sociais e Culturais (TSC) - Descreve as principais tendências sociais. Que mudanças nos valores culturais ou sociais afetam o Modelo de Negócio de *eBooks* da biblioteca? Quais tendências podem influenciar o comportamento do usuário?

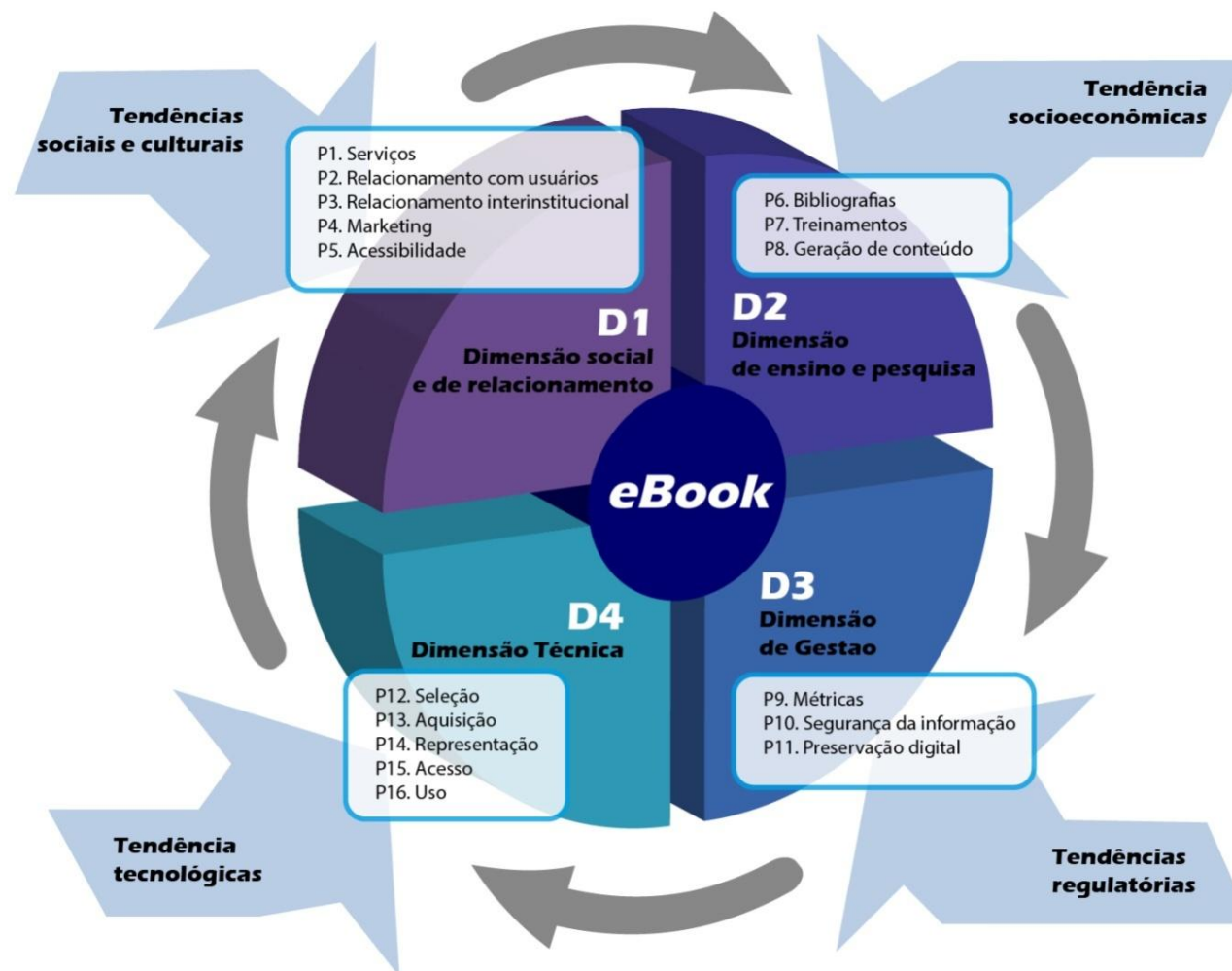
Tendências Socioeconômicas (TSE) - Quais são as principais tendências demográficas? Como caracterizar a distribuição de receita e renda do mercado? Quão altas

são as rendas disponíveis? Descreva o padrão de gastos do mercado de *eBooks* (ex.: pesquisa, estudos, lazer, saúde, etc.).

Tendências Tecnológicas (TTC) - Identifica tendências tecnológicas que podem ameaçar o Modelo de Negócio ou permitir que ele evolua ou melhore. Questões: Quais são as maiores tendências tecnológicas, tanto dentro quanto fora do mercado de atuação da biblioteca? Quais tecnologias representam oportunidades importantes ou ameaças perturbadoras? Que tecnologias emergentes os usuários estão adotando?

Portanto, considerando a multidimensionalidade da biblioteca universitária propomos um modelo com parâmetros vinculados a quatro dimensões: Dimensão social e de relacionamento com o usuário, Dimensão de ensino e pesquisa, Dimensão técnica, e Dimensão de gestão, conforme figura 22 a seguir:

Figura 22 – Modelo multidimensional de parâmetros para gestão de eBooks



Fonte: elaboração própria (2019)

Dimensão social e de relacionamento com o usuário (D1) – trata de perceber a biblioteca universitária como um espaço de compartilhamento e troca de ideias e conhecimento. Considera a cultura da convergência, os novos perfis de usuários (nativos digitais) com habilidades no uso de tecnologias móveis. Assim, essa dimensão trata de estimular a atuação em redes institucionais para cooperação, associação, parcerias e troca de experiências, criar espaços de convivência e investir em comunicação e marketing como um fator essencial para a efetividade dos serviços prestados. Definimos os seguintes parâmetros: Relacionamento com usuários (P1), Serviços (P2), Relacionamento com outras instituições (P3), Marketing (P4) e Acessibilidade (P5). Tem relação com as tendências: TSC e TSE, TTC.

Dimensão de ensino e pesquisa (D2) – considera o cenário dos Recursos Educacionais Abertos (REA), a Educação a Distância (EaD), o papel da biblioteca universitária no fluxo da comunicação científica, o assessoramento para pesquisa bibliográfica e como geradora de conteúdos. Definimos os seguintes parâmetros: Bibliografias (P6), Treinamentos (P7) e Geração de Conteúdo (P8). Tem relação com as tendências: TRG, TTC, TSE, TSC.

Dimensão Técnica (D3) – mobiliza uma competência essencial que é o conhecimento do profissional bibliotecário para lidar com os recursos eletrônicos (formatos, plataformas, interoperabilidade, arquitetura da informação, usabilidade, computação nas nuvens), assim como o entendimento sobre direitos autorais e licenciamento de livros digitais, o relacionamento com parceiros (editores, agregadores, distribuidores), o domínio das políticas internas para formação das coleções e habilidades de negociação. Definimos os seguintes parâmetros: Seleção (P9), Aquisição (P10), Representação (P11), Acesso (P12) e Uso (P13). Tem relação com as tendências: TTC, TRG, TSC, TSE.

Dimensão de Gestão (D4) – relaciona-se com a aplicação de técnicas de mediação e definição de indicadores de acesso e uso dos livros digitais para retroalimentar as demais dimensões dando continuidade ou não aos serviços e produtos. Inclui, também, a segurança da informação que desponta como uma área emergente de pesquisa no campo da biblioteconomia em função dos dados dos usuários que são lançados na base dos fornecedores. Compreende, por fim, a preservação digital dos livros adquiridos por compra perpetua e dos livros que forem digitalizados para garantir a permanência de acesso e uso. Definimos as seguintes dimensões: Métricas (P14),

Segurança da Informação (P15) e Preservação Digital (P16). Tem relação com as tendências: TTC, TRG, TSC, TSE.

As dimensões que envolvem a gestão dos livros digitais são cíclicas e mutáveis. Como visto na figura 22 acima, apresentamos o mapa multidimensional na forma de quadro (Quadro 9) contendo os parâmetros, o conceito de cada um deles, suas características, aplicabilidade, documentos externos que tem relação com as tendências apresentadas e o relacionamento com as outras dimensões e parâmetros.

Quadro 10 – Quadro multidimensional com parâmetros para gestão de eBooks

D	Dimensão	P	Parâmetros	Características	P	Aplicabilidade	Documentos externos	Relação com outros parâmetros
D1	Dimensão social e de relacionamento com o usuário	P1	Usuários	Indivíduo que busca o apoio das BU para estudo, pesquisa e/ou troca de experiências	1.1	Segmentar usuários de acordo com o perfil		P3
					1.2	Estabelecer um relacionamento personalizado com os usuários		P4
		P2	Serviços	Reune todas as possibilidades de serviços que o ebook pode prover, tanto relacionada ao conteúdo como acesso.	2.1	Promover espaços colaborativos		P1
					2.2	Promover orientações sobre direitos autorais	Lei de direitos autorais	P1,P7
					2.3	Realizar treinamento para uso de <i>e-Readers e acesso as plataformas de eBooks</i>		P1,P7
		P3	Relacionamento interinstitucional	Contempla as possibilidades de articulação entre instituições congêneres	3.1	Direito de transferir <i>eBooks</i> para uma plataforma diferente		11.1
		P4	Marketing	Ações realizadas a divulgação dos ebooks no âmbito Institucional envolvendo as ferramentas digitais	4.1	Sistematizar as ações de marketing		P1, P2, e P3
					4.2	Usar redes sociais para divulgação		P1,P2 e P3
					4.3	Confeccionar peças para divulgação		P1,P2 e P4

D	Dimensão	P	Parâmetros	Características	P	Aplicabilidade	Documentos externos	Relação com outros parâmetros
	Dimensão social e de relacionamento com o usuário				4.4	Solicitar apoio do editor ou agregador		P1,P2 e P4
		P5	Acessibilidade	Tem relação com inclusão e promoção da autonomia para deficientes visuais	5.1	Agregar aos <i>eBooks</i> funcionalidades para deficientes visuais	Tratado de Marquesh/ Lei do livro e da escrita	P7,P1,P11
D2	Dimensão de Ensino e Pesquisa	P6	Bibliografias	Títulos dos livros que constam nos planos dos cursos de graduação e pós	6.1	Pesquisar eBooks que constam nas BB e BC		P9
		P7	Treinamentos	Ações que visam criar autonomia (competência informacional) para os usuários no uso dos eBooks e demais recursos eletrônicos	7.1	Realizar treinamento em consonância com os serviços		P2
		P8	Geração de conteúdo	Conteúdos originais produzidos a partir da autopublicação, assim como os gerados a partir dos treinamentos e orientações realizadas.	8.1	Autopublicação de livros digitais resultantes de pesquisas ou não	Lei de direitos autorais e depósito legal	P2
					8.2	Digitalização das obras da Bibliografia básica e complementar	Lei de direitos autorais	P6, P9
D3	Dimensão Técnica	P9	Seleção	Prática de escolha dos títulos que comporão a coleção dos eBooks com base nos dados de monitorados e avaliação de acesso e uso e demais demandas internas e externas.	9.1	Considerar as BB e BC dos planos de curso	Documento do INEP	P6,P8,P5
					9.2	Elaborar políticas específicas para recursos eletrônicos	Documento IFLA de diretrizes para recursos eletrônicos	9

D	Dimensão	P	Parâmetros	Características	P	Aplicabilidade	Documentos externos	Relação com outros parâmetros
	Dimensão Técnica	P10	Aquisição	Processo de identificação, seleção e obtenção de <i>eBook</i> . Realizado na modalidade de Assinatura (CA) ou Compra Perpétua (CP)	10.1	Rede consorciada para compra por região ou federada		P9
					10.2	Incluir na plataforma módulo de estatística (CA) (CP)		P9,P11,P12,P13
					10.3	Livros sem DRM (CP) (CA)		P9,P11,P12,P14
					10.4	Exigir contrato		P15,P9,P11,P12,P13
					10.5	Discutir sobre as formas de licenciamento	Documento ALA. Model Bussiness eBook	
		P11	Representação	Representação descritiva dos eBooks após os dados serem migrados da plataforma do editor	11.1	Interoperabilidade entre plataformas e metadados	Documento IFLA de diretrizes para recursos eletrônicos	P12,P10
					11.2	Integrar os metadados ao OPAC		P12
					11.3	Importação de metadados		P12
					11.4	Solicitar os três formatos: 3 Formatos: PDF, e-Pub e Html		P12,P13
					11.5	Arquitetura do <i>eBook</i> opção por capítulo e completo		P12,P13
					11.6	<i>eBooks</i> sem DRM		P12,P13

D	Dimensão	P	Parâmetros	Características	P	Aplicabilidade	Documentos externos	Relação com outros parâmetros
	Dimensão Técnica	P11	Representação		11.7	Permitir a exportação os <i>eBooks</i> para outra plataforma caso o fornecedor termine o contrato		P12,P13
		P12	Acesso	Critérios tecnológicos que permitem o acesso ao conteúdo dos eBooks	12.1	Ilimitado para todos os segmentos de usuários; Direito de impressão ilimitada (CP)		P11,P1
					12.2	Implantar sistema de descoberta - integrar as bases de dados dos diferentes fornecedores		P11,P13,P1
		P13	Uso	O comportamento do usuário na plataforma tecnológica	13.1	Direito de emprestar conteúdo indefinidamente		P11,P13,P1
D4	Dimensão de Gestão	P14	Métricas	Estratégias e ferramentas empreendidas para realizar o acompanhamento e monitoramento do acesso e uso aos eBooks	14.1	Autonomia para acompanhar a performance da coleção		P10,P11,P12
					14.2	Acesso aos logs dos usuários para estudos prospectivos e desenvolvimento de ações		P10,P11,P13
					14.3	Implantar sistemas próprios de monitoramento e avaliação		P10,P11,P14
					14.4	Investir em plataformas próprias para mediar o acesso dispensando a do agregador		P10,P11,P15

D	Dimensão	P	Parâmetros	Características	P	Aplicabilidade	Documentos externos	Relação com outros parâmetros
		P15	Segurança da informação	Questões éticas sobre os dados lançados pelos usuários nas plataformas (comportamento informacional)	15.1	Vincular a política institucional de segurança da informação		P1,P11,P8
		P16	Preservação digital	Conjunto de processos responsáveis por garantir o acesso contínuo a longo-prazo à informação	16.1	Hospedagem do conteúdo no servidor da própria instituição	Modelo conceitual OAIS	P1,P11,P8,P10

Fonte: elaboração própria (2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bibliotecas de universidades públicas têm a função social de promover o livre acesso a informação/conhecimento. Pode-se enxergá-las como um ‘negócio’ orientado para o uso social e livre de informação/conhecimento. Pensar o conceito de negócio para essas instituições, ajuda a relacioná-las aos produtos e serviços ofertados para os usuários. A virtualização do livro impulsionou as unidades de informação a também buscarem inovações. Em muitos casos, a oferta dos *eBooks* é considerada um serviço de ponta, uma inovação.

A questão é que a maioria das bibliotecas universitárias públicas brasileiras não têm um modelo de negócio específico para livros digitais, diferente do que ocorre no mercado editorial. A adesão ao modelo de negócio dos editores ou agregadores implica em operar conforme as parametrizações (licenciamento, precificação) definidas pelos agentes da cadeia de valor (produtor (autor) – editor – agregador). A biblioteca universitária, a maior consumidora de livros técnicos científicos (Meadows, 1993), que fica na ponta da cadeia, ainda forma coleções de livros digitais licenciados sob a égide de quem dita as regras: grandes corporações de editores científicos.

A relação entre bibliotecas e editores é histórica. A editora vive a dicotomia entre produzir conteúdo para gerar e fazer circular cultura e vender para garantir a sua sustentabilidade. São as dinâmicas das relações de poder entre capital econômico e intelectual (THOMPSON, 2013). Conclui-se que, embora haja uma relação de complementaridade, visto que, afinal, fazem parte de uma mesma cadeia produtiva, ainda existem (e sempre existirão) pontos convergentes e divergentes nas atuações e objetivos dos diversos atores. O que não pode existir é uma relação onde o direito de escolha de um produto limita-se a ofertas casadas, criando uma assimetria desfavorável à biblioteca.

Se os editores utilizam estratégias e modelos de negócio para garantirem sua competitividade no mercado dos produtos digitais, as bibliotecas universitárias também podem aprender com o mundo dos negócios. Articulação (política e estratégica) e cooperação podem garantir maior poder de barganha nas negociações, ou seja, ao se reorganizarem, as instituições podem gerar modelos de negócio, atuação ou gestão inovadores para se posicionarem de maneira mais competitiva perante a indústria cultural de produção do livro.

Essa pesquisa teve a seguinte questão de partida: os modelos de negócios de livros digitais, no Brasil, são pertinentes ao imperativo de livre aquisição nas bibliotecas universitárias? Essa foi a pergunta norteadora, elaborada a partir da problematização de diversas questões nas perspectivas tecnológicas, de produção e circulação de informação, de gestão e na perspectiva social que culminou na elaboração da rede conceitual, apresentada na primeira seção.

Em seguida, discutiu-se as características da rede digital e as possibilidades de reconfiguração da sociedade em função da cultura da convergência potencializada pelas TICs. O referencial teórico levantado abordou as diversas tentativas de reprodução das funções cognitivas e de relacionamentos e associações que o cérebro humano pode executar apresentando o primeiro dispositivo de leitura o *Memex* projetado por Vannevar Bush, considerado o primeiro livro eletrônico.

Diversos modelos foram surgindo numa tentativa de lançar um novo produto que se assemelhasse com o livro, inclusive tentando replicar algumas funções somente possíveis com o objetivo físico (plasmado) como: marcações, o barulho da passagem das folhas, entre outros atributos. Isso acabou por gerar discussões se seria possível o fim do livro, assim como, discussões se o livro digital e livro eletrônico (*eBook*) designam a mesma coisa. Levantou-se alguns conceitos e entendeu-se que se trata de artefatos e que, associados às questões tratadas nessa pesquisa, livros digitais ou eletrônicos nas plataformas têm a mesma função. Portanto, ao longo da tese podem ser encontradas referências à forma contrata *eBook* ou livro digital.

Esse cenário de convergência do livro impresso para o digital não implica em uma substituição, mas sim, na geração de novos produtos para o mercado editorial. Sendo assim, o referencial teórico sobre modelo de negócios permitiu uma maior aproximação com a visão comercial, trazendo a idéia da ‘proposta de valor’ que faz parte da teoria do BMC. Ao confrontar esse referencial teórico com a análise dos dados, observamos que a ‘proposta de gerar valor’ para o cliente, quando aplicada ao modelo de negócio de *ebooks* dos editores ainda carece de uma revisão sistêmica dos modelos ofertados. A maior queixa é principalmente em relação aos altos custos de manutenção das assinaturas e da compra na modalidade de acesso perpétuo.

O mapeamento no site das bibliotecas das universidades públicas demonstrou o crescimento dessas coleções, assim como a presença dos mesmos fornecedores na região nordeste do país. Evidenciou-se, a partir dos fornecedores que ofertam ‘pacotes’ de livros digitais, que há similaridades nas coleções. Em vista dessa sinalização, parece

que há uma oportunidade de atuação em rede consorciada, para que as universidades possam se fortalecer frente a uma negociação. Esse fato, associado ao referencial teórico sobre o histórico de atuação em redes, só reforça a tendência das bibliotecas universitárias se posicionarem ativamente como instituições que buscam soluções nos consórcios e cooperação para fortalecimento da sua atuação.

As bibliotecas não têm uma tradição de pensar a sua atuação numa visão mercadológica. O termo ‘negócio’ por assim dizer, remete a uma proposta comercializável, o que talvez não se adeque à realidade da biblioteca universitária pública que tem como orientação o social, diferente do mercado privado que é orientado ao capital. A questão é que equipamentos científicos e culturais como são as bibliotecas universitárias precisam pensar de forma estratégica para garantir assertividade no seu posicionamento perante uma negociação comercial.

Com os negócios em constante dinâmica de mudança para os *ebooks*, as escolhas que as bibliotecas universitárias fazem hoje podem ter profundo impacto sobre todo um ciclo de processos inerentes ao âmago das bibliotecas. Portanto, é de suma importância que essas escolhas sejam feitas de maneira informada e cuidadosa, considerando as necessidades dos usuários atuais e futuros. Decisões sobre dar continuidade ou encerrar os serviços de acesso aos *eBooks* são mais ponderadas num contexto onde bibliotecários têm um olhar crítico para tomar a decisão mais acertada, sempre envolvendo a comunidade acadêmica, nunca de forma isolada.

Discutir a ideação de modelos de negócio aplicáveis a instituições públicas é um desafio. Porque a aplicação de qualquer ação relacionada à inovação ou melhoria de processos está também ligada à cultura de uma organização. As bibliotecas universitárias são, em sua natureza, organismos voltados para o acesso, uso e disseminação do conhecimento científico com um forte potencial de geração de produtos e serviços de informação.

O atual cenário clama para uma mudança de paradigma. A presente tese foi um convite a repensar determinados procedimentos e contextos, almejar e lograr uma possibilidade alternativa e sustentável para as bibliotecas. É assim que elas podem conseguir continuar mantendo seus espaços atraentes e com serviços que considerem a sua principal ‘proposta de valor’, o acesso ao conhecimento livre e sem restrições, aos seus usuários.

O exercício de propor parâmetros para um modelo de negócio para as bibliotecas, é obviamente uma proposta experimental, chamada na introdução de

protótipo e, portanto, passível de melhoria contínua. Recomenda-se que o modelo proposto seja discutido e aplicado com a participação e colaboração dos agentes envolvidos nos processos das bibliotecas universitárias.

A partir das discussões e do protótipo proposto, essa pesquisa prospectou possibilidades de interlocução da Ciência da Informação com a Inovação, a medida que discute os modelos de negócio em Unidades de Informação; com o domínio da Mediação, sugere-se uma investigação sobre o acesso e uso da coleção completa de *eBooks* ampliando o escopo da amostra para todas as áreas da UFBA, além da reconfiguração nos modos de leitura (leitura ubíqua); com a área de Ciência da computação e *Desing*, estudo da arquitetura, usabilidade, acessibilidade e interoperabilidade entre plataformas de *eBooks*; com a área da Economia da informação, discutir as políticas públicas e novas possibilidades de produção de conteúdo como a autopublicação de eBooks.

Por fim, não se poderia deixar de lembrar que o que está em jogo para a biblioteca do futuro é a capacidade de assumir uma posição mais protagonista na cadeia de valor do livro como agentes influenciadores na produção e mediação de conteúdo. A virtualização da informação deve ser interpretada como um fenômeno, de tal forma que permita ‘criar valor’ cada vez mais aderente às necessidades dos usuários agregando novos serviços e povoando de pessoas os espaços das bibliotecas universitárias.

REFERÊNCIAS

- ABADAL, Ernest; ANGLADA, Lluís. TIC e bibliotecas: situação atual e perspectivas. *In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Orgs.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2016. p. 301-326. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_desafios%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.*
- ASSOCIATION of college and research libraries (ACRL). **Future thinking of academic libraries: high education in 2025**. [s.l.]:ALA, 2010. Disponível em < <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/issues/value/futures2025.pdf>> Acesso em 07 jan. 2018.
- ALMEIDA, Lemilson José Cavalcanti de. **O livro eletrônico no mundo editorial e a evolução histórica do copyright e das estratégias de apropriação de lucro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALONSO ARÉVALO, J.; GARCÍA, J.-A. C.; DÍAZ, R. G. La autopublicación, un nuevo paradigma en la creación digital del libro. **Rev. cuba. inf. cienc. salud**, v. 25, n. 1, 2014. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2307-21132014000100009. Acesso em: 06 jul. 2019.
- ALVITE DÍEZ; M.Luisa, Colecciones de libros electrónicos en las bibliotecas universitarias españolas. *In: VIII Jornadas de Gestión de la Información, Madrid (Spain), 6-7 November 2006*. Disponível em < http://eprints.rclis.org/8484/1/Sesion_3_comunicacion_1_Alvite.pdf> Acesso em 06 jan. 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **EBook business models**. 2013. Disponível em: <http://connect.ala.org/files/80755/EBookBusinessModelsPublicLibs.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.
- ARÉVOLO, Julio Alonso. **Bibliotecas digitales: reflexiones desde la práctica**. *In: JORNADA PROFESIONAL EL MERCADO BIBLIOTECARIO COMO LA OPORTUNIDAD DE NEGOCIO PARA LA EDICION DIGITAL*, 2012, Salamanca, Espanha. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18143/>. Acesso em: 07 de jun. 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICAS. **ABNT NBR 6029**: Informação e documentação: livros e folhetos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BALCAGNI, Bruna **O serviço de disponibilização de eBooks pelas bibliotecas universitárias: análise do ponto de vista da gestão de operações de serviços**. 2016. 147 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BARBIER, Frédéric. **História do livro**. São Paulo: Paulitana, 2008.

BELO, André Belo. **História e livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BENÍCIO, Christine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na biblioteca eletrônica. **Biblioonline**. v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/580>. Acesso em: 24 dez. 2012.

BITTAR, Ana Carolina Folgosi. **Digital Right Management: concorrência e acesso ao conhecimento no mercado de livros digitais**. (2015). 168 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Direito de São Paulo. FGV, 2015

BRAGA, José Luiz. Para começar o projeto de pesquisa. **Rev. Comunicação & Educação**, v. 10, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542/40256>. Acesso em: 26 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3555.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000**. Regulamenta o parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória nº 2.026-7, de 23 de novembro de 2000, que trata do pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3697.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2300-86.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110994.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1994.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 03 maio 2019.

BROWN, Doris. Consórcios e redes nas bibliotecas acadêmicas dos EUA. **Transinformação**, v. 10, n. 1, p. 33-61, jan./abr. 1998. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000282&dd1=be40f>. Acesso em: 02 jun. 2016.

BULHÕES, Flávia; LUBISCO, Nídia. **Bibliografia básica e complementar para os cursos de graduação da UFBA**: critérios para uma construção conjunta do docente e do bibliotecário, à luz das normas do INEP. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

CASTELLS, Manuel: **A sociedade em rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 18. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2017

CENSO DO LIVRO DIGITAL. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira do Livro; SNEL; FIPE, 2016. Disponível em: <https://snel.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Apresentacao-Censo-do-Livro-Digital.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. **Estudos avançados**, v. 21, n. 8, 1994.

CHARTIER, Roger; MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa (Trad.). *A aventura do livro do leitor ao navegador*: conversações com Jean Labrun. 1. Reimp. São Paulo: UNESP, 2010.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO (CBL). **Relatório de gestão 2016**. São Paulo: CBL, 2017. Disponível em: <http://cbl.org.br/site/wp-content/uploads/2017/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-CBL-2016.pdf>. Acesso em: 05 maio 2013.

CLAVERO, Javier; CODINA, Miguel; PÉREZ, Andrés; SERRAT-BRUSTENGA, Marta. Estudio de caso de servicio de préstamo de libros electrónicos. **El profesional de la información**, 2009, vol. 18, n. 2, pp. 237-241. Disponível em < http://eprints.rclis.org/14662/1/clavero_estudiocaso.pdf > Acesso em 10 de jan. 2019.

CORDÓN-GARCIA, Jose Antonio. **La revolucion del libro electrónico**. UOC: Barcelona, 2012.

CORDÓN-GARCIA, J.; ARÉVOLO, J. A; DIAZ, R. G. Modelos de negocio y plataformas de venda de libros electronicos em Espana. **Infoconexión**, n. 2, maio, 2011. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/15715/1/cordon%20InfoConexi%C3%B3n.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

COSTA, Raquel Pereira; CUNHA, Murilo Bastos. Modelo de negócios de livros eletrônicos para bibliotecas. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.25, n.3, p. 7-19, set./dez. 2015. Disponível em <

https://www.researchgate.net/publication/292168706_Ebook_business_models_for_libraries> Acesso em 10 maio 2019

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olívia. eBooks: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial. **Páginas a&b**, série 3, n. 3, p. 169-195, 2015. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/672/638>. Acesso em: 10 maio 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 3, p. 257-268, set./dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Construindo o futuro**: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

DIAS, G. A.; VIEIRA, A. A. N.; SILVA, A. L. A. Em busca de uma definição para o livro eletrônico: o conteúdo informacional e o suporte físico como elementos indissociáveis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-15. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/283/199>. Acesso em: 10 maio. 2016.

DRABENSTOTT, Karen; BURMAN, Celeste M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. **Ci. Inf.** v. 26 n. 2, maio/ago. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração e negócios**. [s.l.]: Ysdron, 2011. Disponível em: http://ysdronnewstime.weebly.com/uploads/5/9/8/2/59820101/dicionario_de_administracao_e_n_-_geraldoduarte.pdf. Acesso em: 19 jul 2019.

DZIEKANIAK, G. V.; MORAES, R. P. T.; MEDEIROS, J. S.; RAMOS, C. R. R. Considerações sobre o e-book: do hipertexto à preservação digital. **Biblos**, v. 24, n. 2, 2010. Disponível em <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010112&dd1=a0710>> Acesso em 09 de julho 2012 .

EARP, Fábio Sá; KRONIS, George. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

EBLIDA. European Bureau of Library, Information and Documentation Associations. **As bibliotecas europeias e os desafios da edição eletrônica**. 2012. Disponível em: <http://www.eblida.org/news/digital-single-market-strategy.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky Saponaro. **Developing library and information center collections**. 5.ed. Westport; Connecticut; London: Libraries unlimited, 2005.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em:
http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1992.

FERREIRA, Fernando Coelho Martins; MIRANDA, Luis Fernando Moreira; MORAS, Monique. Impacto dos e-books na cadeia editorial brasileira: uma análise exploratória. **Rev. adm. empres.**, v. 58, n. 5, p. 494-505, 2018. Disponível em:
<http://www.eblida.org/news/digital-single-market-strategy.html>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FREITAS, L.; GOMES, H. F. **O uso do livro eletrônico e a mediação da informação na biblioteca universitária**: um estudo de caso da biblioteca da área de saúde da UFBA. 2015. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18065/1/Disserta%20a7%20a3o%20L%20advia.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FUGITA, Mariângela. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 97-112, jul./dez. 2005. Disponível em
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33/1514>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GEIST, Rachel Ann. A “license to read”: the effect of eBooks on publishers, libraries, and the first sale doctrine. **IDEA: The Intellectual Property Law Review**, v. 52, n. 1, 2012. Disponível em:
http://www.ipmall.info/sites/default/files/hosted_resources/IDEA/idea-vol52-no1-geist.pdf. Acesso em: 20 jul 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAELLS, Miquel Térmens. Los consórcios, una nueva etapa de la cooperación bibliotecaria. **El profesional de la informacion**, v.14, n.3, may-jun, 2005. Disponível em< <http://eprints.rclis.org/12873/>> Acesso em 20 de jun., 2013.

GRIGSON, A. An introduction to *eBook* business models and suppliers. In: PRICE, K.; HAVERGAL, V. (Eds.). **EBooks in libraries**: a practical guide. London: Facet, 2011. p. 19-36.

IFLA. International Federation of Library Association and Institutions. **Cuestiones clave para el desarrollo de colecciones con recursos electrónicos: Una guía para bibliotecas.** [s.l.]: IFLA, 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Brasília, DF: INEP/MEC, 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em: 13 jan 2018.

JATUF, Julio Diaz; BORGUEZ, Clarissa; STROCOVSKY, Juan. **Desarrollo de la colección de las bibliotecas universitarias en el entorno digital: transiciones, transformaciones y tendencias.** 8 Jornada sobre la biblioteca digital Universitaria (JBUDU), 2011. Disponível em < <http://eprints.rclis.org/18406/1/JBDU%202011.pdf>> Acesso em 06 jan. 2018.

JENKIS, Henry. **A cultura da convergência.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador: questões, metodologia e técnicas qualitativas.** Rio de Janeiro: e-papers, 2010.

JOIA Luis Antônio; FERREIRA, Sinval. Modelo de negócios: constructo real ou metáfora de estratégia? Fundação Getúlio Vargas. **Cadernos EBAPE.BR.**, v. 3, n. 4, dez., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n4/v3n4a02.pdf>. Acesso em: 06 jul 2019.

KRZYANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan-jun. 2007. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27/32>. Acesso em: 06 jul 2019.

LANDONI, Monica. Electronic books. In: FEATHER, John; STURGES, Paul. (Eds.). **International encyclopedia of information and library science.** 2. ed. London: Routledge, 2003. p. 168-171.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação.** Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologia da inteligência.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2. ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 1999.

WILKINSON, Frances C; LEWIS, Linda K. **The complete guide to acquisitions management.** Westport; Connecticut; London: Libraries unlimited, 2003. (Library and information science text series).

LINDOSO, Felipe. O 'censo' do Livro Digital. **Ppublishnews**, São Paulo, 04 jun. 2017. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/09/01/o-censo-do-livro-digital>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MAGALHÃES, Carolina; SERAVOLO, Suely Moraes. **Seleção de coleções de livros digitais nas universidades públicas brasileiras**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MANGUEL, Alberto; SOARES, Pedro Maia. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ci. Inf.** Brasília, v. 26, n. 2, maio/ago. 1997. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019651997000200002&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Integração e interoperabilidade no acesso a recursos informacionais eletrônicos em C&T: a proposta da Biblioteca Digital Brasileira. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 24-33, set./dez. 2001. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_d1d2f039be_0008420.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

MARTEL, Frédéric. **Smart: o que você não sabe sobre a internet**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 1996.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MELLO, G. *Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital*. **BNDES Setorial**, Brasília, n. 36, p. 429- 473, 2012 Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3612.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MELLO, G; NYKO, D.; GARAVINI, F.; ZENDRON, P. Tendência da era digital na cadeia produtiva do livro. **BNDES Setorial**, Brasília, n. 43, p. 41-79, 2016. Disponível em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9583/2/BS%2043%20Tend%c3%aanacias%20da%20era%20digital%20na%20cadeia%20produtiva%20do%20livro_P_BD.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MICHAU, C. Modelos e conhecimento. *In.*: TARAPANOFF, K. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT; UNESCO, 2006. p. 211-239.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo, contexto de observação, interação e descoberta. *In.*: MINAYO, M.C; DESLANDES, S. F; GOMES, Romeo. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. *In*: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ODDONE, Nanci. Política de acesso aberto para livros digitais e eletrônicos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO – CIFORM, 11, 2013. Salvador. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/neoddone/politica-de-acesso-aberto-para-livros-digitais-e-eletrnicos>. Acesso em: 21 ago. 2016.

OSTERWALDER, Alexander. **Business Model Generation: inovação em Modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários**. Rio de Janeiro: Alta books, 2011. Disponível em: <http://brazil.enactusglobal.org/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/Business-Model-Generation.pdf>. Acesso em: 07 maio 2019.

OSTERWALDER, Alexander. **The business model ontology a proposition in a design science approach**. 2004. These (Doctorate in Management Computer Science) – Ecole des Hautes Etudes Commerciales, Université de Lausanne, 2004. Disponível em: http://doc.rero.ch/record/4210/files/1_these_Osterwalder.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. An e-business model ontology for modeling e-business. *In*: BLED ELECTRONIC COMMERCE CONFERENCE, 15., 2002, Bled, Slovenia. **Proceedings...** Bled, Slovenia, 17-19 June 2002.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. **Business model generation: inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y.; TUCCI, C. L. Clarifying business models: origins, present, and future of the concept. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 16, jul. 2005. Disponível em <<https://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=3016&context=cais>> Acesso em 07 maio 2019.

PROCÓPIO, Ednei. **A revolução dos eBooks: a indústria dos livros na era digital**. São Paulo: SENAC, 2013.

PROCÓPIO, Ednei. **O livro na era digital: o mercado editorial e as mídias digitais**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

GAMA RAMÍREZ, Miguel (coord.). **El libro electrónico en la universidad: testimonios y reflexiones**. México. México: Colegio Nacional de Bibliotecarios, 2006.

RAO, Siriginidi Subba. Electronic books: their integration into library and information centers. **The Electronic Library**, Inglaterra, v. 23, n. 1, p. 116-140, 2005. Disponível em: <http://info.emeraldinsight.com/products/journals/journals.htm>. Acesso em: 13. mar. 2007.

- REIS, J. M. **EBooks, bibliotecas e editoras**: um diálogo necessário. 2013. 139 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- RODRIGUES, Eloy; CARVALHO, José. **Gestão e organização da coleção digital**. RBE: MEC, 2013. Disponível em <http://www.rbe.minedu.pt/np4/np4/?newsId=871&fileName=be_rbe_3.pdf> Acesso em 20 de jun. 2017.
- RONCAGLIA, Gino. **La cuarta revolución**: seis lecciones sobre el futuro del libro. Bogotá: Universidad de los Andes: Eduvim, 2015
- ROWLEY, Jennifer. **A biblioteca eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SANZ, Pedro. **Libros electrónicos, el nuevo concepto del libro**. 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/8751/>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- SAYÃO, Luis Fernando. Modelos teóricos em Ciência da Informação: abstração e método científico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 82-91, jan./abr. 2001.
- SERRA, Liliana Giusti. Bibliotecas e livros digitais: breve história e novos desafios. *In.*: RIBEIRO, Ana Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Bibliotecas do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7426/1/Biblioteca%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_desafios%20e%20perspectivas.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019
- SERRA, Liliana Giusti. **Livro digital e bibliotecas**. Editora FGV, 2014.
- SERRA, Liliana Giusti. **Os livros eletrônicos e as bibliotecas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SERRA, Liliana Giusti, SANTAREM, José Eduardo. A teoria da primeira venda e os livros digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 1, p. 19-38, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v23n1/1413-9936-pci-23-01-19.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- SERRA, Liliana Giusti, SANTAREM, José Eduardo. Modelos de negócios, bibliotecas e livros digitais. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 131-143, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/31307/pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- SILVA, Heide Miranda da; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Modelos de gestão do conhecimento aplicado a ambientes empresariais. *In.*: VALENTIM, M. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis, 2008.
- SMIT, Johanna W. **Os desafios da ciência da informação na contemporaneidade**. [Aula inaugural UFBA], 2004.

SOUZA, Francisco das Chagas de Souza. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações Durkheimianas. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 16, 2º sem. 2003. Disponível em: http://eprints.rclis.org/8591/1/Souza_metodologia.pdf: Acesso em: 16 jul 2019

SPINAK, Ernesto. Livros eletrônicos: mercado global e tendências – parte III – final: a publicação do livro impresso e digital no contexto mundial. **Scielo em Perspectiva**, 27 jul. 2016. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/07/27/livros-eletronicos-mercado-global-e-tendencias-parte-iii-final-a-publicacao-do-livro-impresso-e-digital-no-contexto-mundial/#.XFjFHdJKjIW>. Acesso em: 3 fev. 2019

STOCKER, Gerfried. Além dos arquivos (ou a internet 100 anos antes da internet). *In.*: BEIGUELMAN-MESSINA, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Orgs). **Futuros possíveis: arte, museus e arquivos digitais**. São Paulo: Edusp, 2014.

TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília: Briquet de Lemos. 2008.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. ; PAIVA, M. J. R. Repositórios Institucionais brasileiros: entre o sonho e a realidade. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 1, p. 117-133, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/320/143>. Acesso em: 3 fev. 2019

THOMPSON, John B. **Mercadores de cultura**. São Paulo: UNESP, 2013.

TOMAEL, Maria Inês. Redes de informação: o ponto de contato dos serviços e unidades de informação no Brasil. Londrina. **Inf. Inf.**, v. 10, n. 1, jan./dez., 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1611>. Acesso em: 06 jul. 2019

TOWLE, Gemma. **Ebooks: challenges and effects on the book chain**. 2007. These (Doctorate in Philosophy) – Loughborough University, Loughborough, England, 2007. Disponível em: <https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/bitstream/2134/7980/3/479447.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2000

UFBA. Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI).[Relatórios do SIBI 2015-2018]. Salvador: UFBA, 2018.

UFBA. Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI). Política de desenvolvimento de coleções. Salvador: UFBA, 2010.

VASILEIOU, M.; ROWLEY, J.; HARTLEY, R. The *eBook* management framework: the management of *eBook* in academic libraries and its challenges. **Library & information Science**, v. 34, p. 282-291, 2012. Disponível em: <https://www->

sciencedirect.ez10.periodicos.capes.gov.br/scienc/article/pii/S0740818812000606.
Acesso em: 19 jul. 2019

VASSILIOU, M; ROWLEY, Jennifer. Progressing the definition of *eBook*. **Library Hi Tech**, v. 26, n. 3, p 355-368, 2008. Disponível em:
<https://pdfs.semanticscholar.org/41b4/82071541e1cf2a8ec6f625d705eba00b3d33.pdf>.
Acesso em: 19 jul 2019.

VIANA, José Antônio, ODDONE, Nanci. Autopublicação de livros acadêmicos no Brasil: um estudo exploratório. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: PPGCI/ICI/UFBA, 2016. Disponível em:
http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3565/2016_GT7-PO_08.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 fev. 2019

YÁÑEZ, José Antonio. El libro electrónico, nueva herramienta para el aprendizaje (estado actual y perspectiva). **Bibl. Univ.**, Nueva época, v. 7, n. 1, p. 48-55, enero/jun. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28570106>. Acesso em: 16 jul. 2019.